



UFAM



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ – UEPA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM - PPGENF
MESTRADO ACADÊMICO UEPA-UFAM**

LUCAS PEREIRA DA COSTA

**OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA EDUCAÇÃO
CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE
NO MUNICÍPIO DE MANAUS**

**MANAUS/AM
2025**

LUCAS PEREIRA DA COSTA

**OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA EDUCAÇÃO
CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE
NO MUNICÍPIO DE MANAUS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Amazonas, em Associação Ampla com a Universidade do Estado do Pará, como requisito para obtenção do título de Mestre em Enfermagem.

Linha de Pesquisa: Educação e Cuidado em Saúde e Enfermagem na Amazônia.

Orientadora: Profa. Dra. Nair Chase da Silva.

Ficha Catalográfica

Elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

- C837o Costa, Lucas Pereira da
Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na educação continuada dos profissionais da Atenção Primária à Saúde no município de Manaus. / Lucas Pereira da Costa. - 2025.
121 f. ; 31 cm.
- Orientador(a): Nair Chase da Silva.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Manaus, 2025.
1. Desenvolvimento Sustentável. 2. Educação Continuada. 3. Atenção Primária à Saúde. 4. Profissionais de saúde. I. Silva, Nair Chase da. II. Universidade Federal do Amazonas. Programa de Pós-Graduação em Enfermagem. III. Título
-

LUCAS PEREIRA DA COSTA

**OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA EDUCAÇÃO
CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE NO
MUNICÍPIO DE MANAUS**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem em Associação UEPA/UFAM da Universidade Federal do Amazonas, como parte do requisito para obtenção do título de Mestre em Enfermagem, área de concentração: Enfermagem no Contexto da Sociedade Amazônica.

Aprovado em: 25/07/2025

Examinada por:

Profa. Dra. Nair Chase da Silva – Orientadora
Escola de Enfermagem de Manaus – EEM
Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Profa. Dra. Rizioléia Marina Pinheiro Pina
Escola de Enfermagem de Manaus – EEM
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Profa. Dra. Marta Lenise do Padro
Escola de Enfermagem de Manaus – EEM
Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Dedicatória,

Dedico este trabalho a Deus, sem Ele nada seria possível, e a Zélia Menezes da Costa, que sempre valorizou e apoiou meu processo educacional.

Agradecimentos

A minha mãe Dayse Freitas Pereira da Costa, o meu pai José Felipe da Costa Filho e a minha irmã Ana Luísa Pereira da Costa, que, com grande empenho, sempre me proporcionaram as condições necessárias para dedicar-me plenamente aos estudos.

Aos meus avós Célia de Freitas Pereira e José Felipe da Costa, pelo zelo constante em todas as etapas da minha vida.

A Professora Nair Chase da Silva, por ser uma figura constante de inspiração e por toda orientação durante o mestrado.

Aos demais professores da instituição e do programa, por todos os ensinamentos durante esses dois anos de jornada acadêmica, principalmente as professoras Sáskia Cipriano, Marta Lenise e Rizioléia Pinheiro, por aceitarem fazer parte do meu exame de qualificação e defesa, contribuindo de forma exitosa no estudo.

Aos meus queridos amigos e companheiros de jornada, pelo apoio contínuo, parceria, momentos de leveza e descontração.

Ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da UEPA/UFAM, pela valiosa oportunidade de cursar o mestrado acadêmico.

À Escola de Enfermagem de Manaus (EEM), pelo suporte estrutural e pela sólida formação profissional oferecida desde a graduação até a conclusão do mestrado.

À Universidade Federal do Amazonas (UFAM), por disponibilizar a infraestrutura necessária para minha formação profissional e para a realização da pesquisa de mestrado.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), pela concessão de bolsa, permitindo minha dedicação integral à realização do mestrado.

À Secretaria Municipal de Saúde de Manaus a todo o apoio prestado para realização do estudo.

“Tudo tem o seu tempo determinado, e há tempo para todo propósito
debaixo do céu.”

— *Eclesiastes 3:1.*

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Número de publicações encontradas em bases de dados sobre os ODS com ênfase na educação, Unidades Hospitalares e APS;

Quadro 2 – Relação dos cursos com foco na Dimensão Ambiental (ODS 6, 13 e 15);

Quadro 3 - Relação dos cursos com foco na Dimensão Social (ODS 2);

Quadro 4 – Relação dos ODS com foco na Dimensão Social (ODS 3);

Quadro 5 – Relação dos ODS com foco na Dimensão Social (ODS 10 e 16).

LISTA DE ABREVIATURAS

AIDPI – Atenção Integrada às Doenças Prevalentes na Infância;
ANAHP – Associação Nacional de Hospitais Privados;
APS – Atenção Primária à Saúde;
AES – Agenda de Educação na Saúde;
BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações;
CAAE – Certificado de Apresentação de Apreciação Ética;
CAPS – Centros de Atenção Psicossocial;
CCZ – Centro de Controle de Zoonoses;
CEO – Centros de Especialidade Odontológicas;
CEP – Comitê de Ética em Pesquisa;
CER – Centro Especializado de Reabilitação;
Cerest – Centro de Referência em Saúde do Trabalhador;
CIES – Comissões Permanentes de Integração Ensino-Serviço;
CNODS – Comissão Nacional para os ODS;
CNUAD – Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento;
DISA – Distritos de Saúde;
DEGES – Departamento de Gestão da Educação na Saúde;
DGES – Departamento de Gestão da Educação na Saúde;
DIVAEDS – Divisão de Ações Estratégicas de Educação na Saúde;
DTEC – Departamento Técnico;
EC – Educação Continuada;
ES – Educação em Saúde;
ESAP – Escola de Saúde Pública de Manaus;
ET-SUS – Escolas Técnicas do SUS;
GT – Grupo Técnico;
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
IN – Instrução Normativa;
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada;
IST's – Infecções Sexualmente Transmissíveis;
MS – Ministério da Saúde;
ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio;
ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;

OMS – Organização Mundial de Saúde;

ONU – Organização das Nações Unidas;

PEPS – Polos de Educação Permanente em Saúde;

Pet-Saúde – Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde;

PGRSS – Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde;

PNAISP – Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade;

PNAB – Política Nacional de Atenção Básica;

PNEPS – Política Nacional de Educação Permanente em Saúde;

PMEPS – Política Municipal de Educação Permanente em Saúde;

Pró-Saúde – Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde;

Profae – Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem;

Profaps – Programa de Formação na Área de Educação Profissional em Saúde;

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento;

SAMU – Serviço Móvel de Urgência;

Samu Fluvial – Unidades Fluviais do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência;

SEMSA – Secretaria Municipal de Saúde de Manaus;

SGTES – Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde;

SUS – Sistema Único de Saúde;

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido;

UBS – Unidades Básicas de Saúde;

UBSF – Unidades Básicas de Saúde Fluviais;

VAN – Vigilância Alimentar e Nutricional.

RESUMO

Introdução: Diante de eventos globais como a pandemia de COVID-19 e as mudanças climáticas, o papel dos profissionais de saúde tornou-se ainda mais desafiador. Nesse cenário, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, propostos pela Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, oferecem diretrizes essenciais para enfrentar as crises atuais, integrando dimensões sociais, econômicas e ambientais. A baixa visibilidade dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a falta de aprofundamento sobre o tema dificultam sua efetiva implementação. A Educação Continuada dos profissionais de saúde é, portanto, um elemento estratégico para garantir práticas alinhadas aos princípios da sustentabilidade e da equidade. O fortalecimento das ações educativas pode favorecer o engajamento crítico desses profissionais frente aos desafios impostos pela Agenda. Assim, investigar como esses Objetivos são abordados na Educação Continuada torna-se fundamental para a construção de políticas eficazes. **Objetivos:** O estudo tem como objetivo geral analisar como se dá a abordagem educativa dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Educação Continuada dos profissionais da Atenção Primária à Saúde, apoiado nos seguintes objetivos específicos: Analisar se as Agendas de Educação na Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde de Manaus, contemplam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; Descrever o conhecimento dos profissionais que atuam na Educação Continuada e Conselho Consultivo sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; e Examinar como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável podem ser otimizados na opinião desses profissionais. **Método:** Trata-se de uma pesquisa exploratória descritiva de abordagem qualitativa, com a realização de duas etapas, sendo a primeira: pesquisa documental; e a segunda: pesquisa de campo com realização de entrevistas semiestruturadas. **Resultados:** Com base nos objetivos do estudo, os resultados da dissertação estão apresentados em dois artigos: 1. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Educação Continuada dos profissionais de saúde; 2. O conhecimento dessemelhante sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável dos profissionais da saúde. **Conclusão:** O estudo concluiu que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável não estão institucionalizados na Secretaria Municipal de Saúde, estando invisibilizados nas Agendas de Educação na Saúde, que estão em seu lugar as ações programáticas do Ministério da Saúde, com predominância do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3. O conhecimento das profissionais sobre os Objetivos são heterogêneas, indo desde os que pouco sabem sobre o assunto, até os que têm domínio maior capazes de entender seu caráter indissociável e articulador entre si. A ausência de articulação entre os conteúdos da Agenda de Educação na Saúde e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável compromete a construção de uma cultura organizacional alinhada à Agenda 2030. Reforça-se a importância da educação continuada como estratégia para fortalecer a compreensão e a prática dos Objetivos no setor saúde.

Descritores: Desenvolvimento Sustentável; Educação Continuada; Atenção Primária à Saúde.

ABSTRACT

Introduction: Faced with global events such as Covid-19 pandemic and climate change, the role of health professionals has become even more challenging. In this scenario, the sustainable development objectives, proposed by the United Nations Agenda 2030, offer essential guidelines for facing current crises, integrating social, economic and environmental dimensions. The low visibility of sustainable development objectives and the lack of deepening on the topic hinders its effective implementation. Continuing education of health professionals is therefore a strategic element to ensure practices aligned with the principles of sustainability and equity. Strengthening educational actions may favor the critical engagement of these professionals in the face of the challenges imposed by the agenda. Thus, investigating how these goals are addressed in continuing education becomes fundamental to the construction of effective policies. **Objectives:** The study aims to analyze how the educational approach of sustainable development objectives in the continuing education of primary health care professionals, supported by the following specific objectives: analyze whether the health education agendas of the Municipal Health Secretariat of Manaus include the objectives of sustainable development; Describe the knowledge of professionals who work in continuing education and advisory board on sustainable development objectives; And examine how sustainable development objectives can be optimized in the opinion of these professionals. **Method:** This is a descriptive exploratory research of qualitative approach, with the conduct of two steps, being the first: documentary research; and the second: field research with semi -structured interviews. **Results:** Based on the study objectives, dissertation results are presented in two articles: 1. The sustainable development objectives in the continuing education of health professionals; 2. Knowledge of primary health care professionals about sustainable development objectives. **Conclusion:** The study concluded that the sustainable development objectives are not institutionalized at the Municipal Health Secretariat, being invisible in the health education agendas, which are instead of the programmatic actions of the Ministry of Health, with the predominance of the objective of sustainable development 3. The knowledge of professionals about the objectives are heterogeneous, ranging from those who know little about the subject, to those who have greater mastery capable of the inseparable and articulator. SI. The absence of articulation between the contents of the health education agenda and the sustainable development objectives compromises the construction of an organizational culture aligned with the 2030 Agenda. The importance of continuing education as a strategy to strengthen the understanding and practice of objectives in the health sector is reinforced.

Descriptors: Sustainable Development; Continuing Education; Primary health care.

SUMÁRIO	
INTRODUÇÃO	13
PROBLEMA	15
JUSTIFICATIVA	16
OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS	18
REVISÃO DA LITERATURA	18
O Desenvolvimento Sustentável e seus principais marcos históricos	18
Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e sua transição para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	21
O setor saúde como agente promotor dos ODS	27
A Educação de Qualidade como um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 4)	28
A Educação em Saúde, Educação Permanente, Continuada e Popular em Saúde	31
MÉTODO	36
Delineamento/Desenho da pesquisa	36
Instrumento de levantamento de dados	38
Local do estudo	41
Participantes da pesquisa	42
Critérios de inclusão e exclusão	43
Análise dos dados	44
Aspectos Éticos	45
RESULTADOS E DISCUSSÃO	45
Artigo 1 - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Educação Continuada dos profissionais de saúde	45
Artigo 2 - O conhecimento dessemelhante sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável dos profissionais de saúde	69
CONCLUSÃO	90
REFERÊNCIAS	92
APÊNDICE A – ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DE ANÁLISE DOCUMENTAL	101
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO	102
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - VIA PARTICIPANTE	104
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - VIA PESQUISADOR	107
PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	110
TERMO DE ANUÊNCIA	121

INTRODUÇÃO

Atualmente, vários eventos em escala global têm impactado significativamente o profissional da área da saúde. As mudanças climáticas e a pandemia de COVID-19 são apenas alguns exemplos das questões complexas que têm gerado desafios e incertezas em todo o mundo. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) oferecem diretrizes para lidar com essas preocupações globais, mas requerem uma análise mais profunda (Fields, 2022).

Os ODS foram antecidos pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que possuíam 8 objetivos, 21 metas e 60 indicadores, compondo a Agenda 21 em referência ao Século 21. O Brasil destacou-se no cumprimento da maioria das metas estabelecidas antes da finalização de seu prazo de vigência. Na década de 90, aproximadamente 36,2 milhões de brasileiros viviam em extrema pobreza. Com a adoção rigorosa das metas, em 2003 o país conseguiu reduzir em 25% e, em 2008 superou a meta (Barbosa, 2019, p.11).

Em 2015, foi iniciada uma nova agenda global, denominada Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotada por 193 Estados-membros da ONU. Trata-se de um plano de ação global, que abrange as dimensões ambiental, econômica e social do desenvolvimento sustentável, de forma integrada e inter-relacionada. Nessa Agenda, estão incluídos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com 169 metas de ação global e 231 indicadores, para alcance até o ano de 2030 (Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030, 2019).

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são parte integrante da Agenda 2030, que tem como eixo os cinco P: Paz, Pessoas, Planeta, Prosperidade e Parceria e como metas erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir que as pessoas alcancem a paz e a prosperidade. Fruto de um processo construído ao longo dos anos, os ODS devem ser assumidos pelos diferentes segmentos da sociedade, a saber: instituições, organizações, empresas privadas, academia, mídia e sociedade civil (ONU, 2015).

Os ODS representam um apelo global à ação para acabar com a pobreza (ODS 1) e a fome (ODS 2); promover a saúde e bem-estar (ODS 3); assegurar educação (ODS 4), água potável e saneamento (ODS 6) e energia (ODS 7); igualdade de gênero (ODS 5); promover o trabalho decente e o crescimento econômico (ODS 8), a indústria, a inovação e a infraestrutura (ODS 9), e as cidades e comunidades sustentáveis (ODS 11); reduzir a desigualdade (ODS 10); assegurar consumo e produção sustentáveis (ODS 12), a vida na água (ODS 14) e a vida terrestre (ODS 15); agir contra a mudança climática (ODS 13); promover a paz, a justiça e

instituições eficazes (ODS 16); e fortalecer parcerias para o desenvolvimento (ODS 17) (ONU, 2015).

No contexto brasileiro, o país aderiu aos ODS desde o início de sua vigência, no ano de 2016, com a função de internalizar, difundir e prover transparência ao processo de aderência e implantação da agenda 2030 foi instituído a Comissão Nacional para os ODS (CNODS) (Brasil, 2016).

Na convergência entre o Ministério da Saúde (MS) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, retomamos ao conceito de saúde pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que define como o “estado do mais completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de enfermidade” (WHO, 1946). Ao entender o significado nota-se que os 17 ODS propostos refletem sobre a saúde humana, destacando o caráter integrador e transversal da Agenda 2030 (Zanella, 2020).

Com o objetivo de realizar o acompanhamento do cenário atual de desenvolvimento dos ODS surge a partir do ano de 2017 o Relatório Luz, produzido pelo Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 (GT Agenda 2030/GTSC A2030), com o objetivo de avaliar a execução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil e apontar as medidas necessárias para que o país cumpra o compromisso firmado com a ONU de atingir as metas globais até 2030.

O 8º Relatório Luz, publicado em 2024, mostra que das 169 metas, apenas 13 metas (7,73%) registraram progresso satisfatório, 58 (34,52%) apresentaram progresso insuficiente, 40 metas (23,8%) retrocederam, 43 (25,59%) permaneceram estagnadas e 10 (5,95%) estão ameaçadas. Além disso, 4 metas (2,38%) não possuem dados suficientes para avaliação (Relatório Luz, 2024).

Segundo o Relatório Nacional Voluntário (2024), o desempenho dos indicadores da Agenda 2030 foram intensamente impactados nos últimos anos. A crise política e econômica pós 2015 ocasionou cortes no financiamento de políticas sociais, aumento de desemprego e a inflação, refletindo diretamente no preço dos alimentos, soma-se a esse cenário negativo a pandemia de COVID-19. Atualmente o país ainda enfrenta significativos desafios, com destaque os retrocessos deixados pelas gestões anteriores, que fragilizaram as políticas ambientais e as mudanças climáticas.

Bunder (2023) afirma que a situação atual do Brasil em relação à Agenda 2030 reflete uma combinação de avanços e desafios complexos. Para concretizar os ODS, é crucial intensificar os esforços em prol da sustentabilidade e da justiça social, harmonizando o

desenvolvimento e a preservação, tendo em vista o curto prazo restante para cumprimento das metas estabelecidas pela Agenda.

Na perspectiva de atuar com responsabilidade social e compromisso com a cidadania, como promotor da saúde do ser humano, o profissional da saúde deve estar apto a desenvolver ações de prevenção de agravos, promoção, proteção e reabilitação da saúde, tanto em nível individual quanto coletivo. Cada profissional deve assegurar que sua prática seja realizada de forma integrada e contínua com as demais instâncias do sistema de saúde, sendo capaz de pensar criticamente, de analisar os problemas da sociedade e de procurar soluções para os mesmos (Cesáreo; Costa; Pereira, 2014).

No que diz respeito ao ‘setor saúde’, as dificuldades em alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estão relacionadas a questões históricas e são agravadas pela crise do federalismo cooperativo que fundamenta o Sistema Único de Saúde (SUS). Estados e municípios enfrentam dificuldades financeiras, limitam investimentos, atrasam o pagamento de salários de servidores e lidam com a falta de recursos federais como um dos principais desafios para a melhoria do SUS (Ribeiro, 2016).

Reconhecendo que a educação sobre os ODS é um alicerce fundamental para que os profissionais da saúde contribuam ativamente para o alcance das metas, é necessária a abordagem crítica da educação para criar a transformação almejada, para que os profissionais tenham formação sobre os ODS que capacite para a ação, quer ao nível da investigação, quer ao nível da prática, quer ao nível das políticas (Fields, 2022).

Assim, a relação entre os ODS e a educação é indissociável, pois a educação contínua dos profissionais da saúde é essencial para alcançar as metas estabelecidas pela ONU. Através da formação contínua e da atualização constante sobre práticas e tecnologias, os profissionais de saúde podem oferecer um atendimento de qualidade, reduzir a incidência de doenças e contribuir para a promoção do bem-estar da população, em linha com os princípios da sustentabilidade e justiça social preconizados pelos ODS.

PROBLEMA

Desde a sua implementação em 2016 até os dias atuais, trabalhar com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável tem sido uma tarefa complexa pela falta de aprofundamento sobre o tema. Com apenas cinco anos restantes até a conclusão da Agenda 2030 surge a preocupação quanto à falta de destaque do tema, sendo pouco conhecido pela sociedade e quando conhecido é de forma superficial. Destaca-se também a quantidade reduzida de estudos que focam na temática ODS no âmbito da prática profissional. A difusão do conhecimento é

fundamental para o sucesso de qualquer agenda global, porém os ODS ainda carecem de visibilidade e engajamento de todos os setores e regiões, públicos e privados, universidades, iniciativas privadas e sociedade civil.

Em observância ao Plano Plurianual 2022-2025 da Prefeitura de Manaus que em seu escopo trabalha com a premissa de integrar os ODS como referencial para a discussão e definição do conjunto de programas e indicadores dos resultados, como objetivo que cada ação programática seja vinculada a um ou mais ODS (Manaus, 2021), buscou-se examinar a abordagem dos ODS na área da saúde sendo selecionado um Setor de Educação Continuada da Secretaria de Saúde de Manaus, em razão da existência de uma ação de educação continuada para os profissionais por meio da Agenda de Educação na Saúde (AES).

Considerando a proximidade do prazo estabelecido para atingir os ODS, o cenário atual de desenvolvimento dos objetivos e metas propostos pela Agenda 2030 a necessidade de garantir o cumprimento desses objetivos ambiciosos e a falta de trabalhos sobre a temática e a incorporação dos ODS, este estudo busca responder às seguintes questões: Como a abordagem da Agenda de Educação na Saúde contempla os ODS? ; e Qual o conhecimento dos profissionais da Atenção Primária à Saúde, vinculados à Educação Continuada, sobre os ODS ?.

Nesse estudo considerou-se como âncora o ODS 4 intitulado de Educação de Qualidade tendo como declaração de missão “Garantir uma educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”, por tratar-se do exame dos ODS na educação continuada dos profissionais.

JUSTIFICATIVA

Estudar e pesquisar sobre como os ODS têm sido incorporados dentro dos serviços de saúde é um desafio complexo. A busca realizada em bases de dados mostra que a temática ainda é pouco explorada no que tange a sua aplicação dentro da Atenção Primária à Saúde (APS) e seus profissionais, haja vista a quantidade reduzida de publicações. As fontes utilizadas foram os trabalhos disponibilizados por meio eletrônico, produzidos do ano de 2016 a 2024, em razão de que a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável entram em vigor a partir do ano de 2016. As bases utilizadas foram: Lilacs, disponível em: | LILACS (bvsalud.org); e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, disponível em: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). (ibict.br). Os descritores utilizados foram: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável AND Educação; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável AND Unidade Hospitalar; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável AND Atenção Primária à Saúde.

O Quadro 1 apresenta as bases de dados utilizadas, os descritores pesquisados e a quantidade de trabalhos publicados. As referências duplicadas foram excluídas, mantendo-as em apenas uma das bases de dados.

Quadro 1: Número de publicações encontradas em bases de dados sobre os ODS com ênfase na educação, Unidades Hospitalares e APS.

BASE DE DADOS	ODS e Educação	ODS e Unidade Hospitalar	ODS e Atenção Primária à Saúde	TOTAL
Lilacs	78	11	19	108
BDTD	1.410	26	46	1.482
TOTAL	1.488	37	65	1.590

Fonte: Autor, 2024.

Através do levantamento bibliográfico realizado nas bases de dados foi possível observar o que se tem publicado sobre os ODS com recorte na educação, Atenção Primária à Saúde e unidade hospitalar. Há destaque para as publicações que abordam os ODS na educação, compreendendo artigos com experiência desde o ensino básico ao superior, com foco na educação ambiental; sustentabilidade como práxis pedagógica; desastres naturais; a relação da educação, pobreza e gênero; e o gerenciamento de recursos hídricos. O recorte ODS e educação, quando comparado aos demais, é o que apresenta maior número de publicações, o que corrobora para o avanço da temática dentro do processo de formação.

O recorte ODS nas Unidades Hospitalares apresenta quantidade reduzida de estudos produzidos. Os achados voltam-se para o debate acerca do descarte do lixo hospitalar e a produção de gases que contribuem para o efeito estufa. Surge na temática a iniciativa "Hospitais verdes", que são aqueles hospitais que se comprometeram em reduzir os impactos ambientais aliados ao setor econômico. Em resumo, esse recorte tem a maioria de suas publicações relacionadas a proteção ambiental e desenvolvimento econômico.

A abordagem dos ODS na APS através do levantamento de literatura realizado apresenta-se de forma limitada, como demonstra os números contidos no Quadro 1. Os achados seguem as seguintes abordagens: convergência entre planejamento da APS e os ODS; o alcance da cobertura universal de saúde em todo o mundo como um objetivo dos ODS; APS, geoprocessamento e os ODS; saúde sexual; saúde rural; saúde ambiental; diagnóstico socioambiental e segurança alimentar e nutricional.

O levantamento na literatura em base de dados mostrou que os ODS são mais estudados na área da educação do que na área da saúde. Examinar mais a fundo essa realidade na APS é importante para contribuir com estudos nessa área. O estudo também se justifica pelo potencial em aumentar a demanda de conhecimento dos profissionais sobre os ODS.

OBJETIVOS

Objetivo geral

- Analisar como se dá a abordagem educativa dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na Educação Continuada dos profissionais da Atenção Primária à Saúde de Manaus;

Objetivos específicos

- Analisar se as Agendas de Educação na Saúde, da Secretaria de Saúde de Manaus, publicadas no período de janeiro de 2022 a janeiro de 2024, contemplam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.
- Descrever o conhecimento dos profissionais que atuam na EC e Conselho Consultivo sobre os ODS;
- Examinar como os ODS podem ser otimizados na opinião dos profissionais da EC e Conselho Consultivo.

REVISÃO DA LITERATURA

A Revisão de Literatura abordará aspectos relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável a saber: O Desenvolvimento Sustentável e seus principais marcos históricos; Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e sua transição para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; O setor saúde como agente promotor dos ODS; A Educação de Qualidade como um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 4); e A Educação em Saúde, Educação Permanente, Continuada e Popular em Saúde, considerando que estão presentes no estudo como abordagem educacional.

O Desenvolvimento Sustentável e seus principais marcos históricos.

Quando se dispõe sobre a origem do conceito atual de desenvolvimento sustentável é comum remeter ao ano de 1987, quando foi elaborado o relatório Nosso Futuro Comum pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, liderada pela ex-primeira-ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland. O objetivo desse relatório era

encontrar maneiras de conciliar desenvolvimento econômico e proteção ambiental, superando assim a aparente dicotomia entre esses dois aspectos (WCED, 1987).

O Relatório de Brundtland afirma que desenvolvimento sustentável é o “desenvolvimento que atende as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades”. Também é discutido como as limitações da tecnologia e das estruturas sociais afetam os recursos ambientais, assim como a capacidade da biosfera de lidar com as consequências das atividades humanas (WCED, 1987).

Durante a Cúpula da Terra em 1992, também denominada como Rio 92, foi consolidado o conceito de desenvolvimento sustentável elaborado em 1987. Realizada 20 anos após a Conferência de Estocolmo, no Rio de Janeiro, a conferência contou com a participação de 178 chefes de governo e foi caracterizada pelo aumento da participação de representantes da sociedade civil, pela efetiva participação das ONGs e movimentos sociais no Fórum Global (Ignacio, 2020).

O principal objetivo da conferência foi enfatizar que se todos os países buscarem o mesmo padrão de desenvolvimento dos países ricos, os recursos naturais não serão suficientes para todos. Essa preocupação está ligada ao consumo desenfreado e à utilização insustentável dos recursos naturais. Se todos os países alcançassem o mesmo padrão de consumo das nações desenvolvidas, a demanda por água, energia, minerais e alimentos seria insustentável. Além disso, a crescente poluição e degradação dos ecossistemas também trariam consequências prejudiciais (Ignacio, 2020).

Além disso, os líderes presentes no evento estabeleceram 27 princípios importantes na Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, com o objetivo de promover um melhor entendimento sobre o desenvolvimento sustentável. O documento tinha como objetivo estabelecer uma nova e justa parceria global através da cooperação entre Estados, setores-chave da sociedade e indivíduos, respeitando os interesses de todos e protegendo a integridade do sistema global de meio ambiente e desenvolvimento (MMA, 2017).

Como principal resultado da Conferência, destaca a Agenda 21 que estabeleceu políticas e ações de cunho ambiental, somado a isso, a agenda preocupou-se em abordar padrões de desenvolvimento que causam danos ao meio ambiente que precisavam ser combatidos. (IGNACIO, 2020). Representa uma das principais ferramentas de aceitação internacional que procurou estabelecer um novo padrão de desenvolvimento, buscando a harmonização entre proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica, que são os pilares fundamentais da sustentabilidade (Brasil, 1995).

A Agenda 21 serviu de referência para a implementação do desenvolvimento sustentável, apresentando em seus 40 capítulos uma série de diretrizes que visavam a construção de um futuro mais sustentável (Brasil, 1995). A Agenda proporcionou grandes contribuições em diversas áreas geográficas, unindo métodos para proteção do meio ambiente, justiça social e eficiência econômica (Ignacio, 2020).

Cinco anos após o lançamento da Agenda 21, em 1997 aconteceu a Rio +5 em Nova Iorque, com o objetivo de avaliar a implementação do Programa da Agenda 21 e fornecer recomendações para o seu avanço (ONUBR, 2017). A Conferência Rio+5 foi a primeira avaliação abrangente do progresso na implementação dos acordos da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento - CNUAD. Seu objetivo era renovar e fortalecer o compromisso com o desenvolvimento sustentável, identificar falhas, reconhecer sucessos, estabelecer prioridades e abordar questões não suficientemente tratadas na conferência (ARE, 2017).

A Conferência Rio+5 constatou que houve poucos avanços, com problemas como injustiça social, pobreza, emissão de gases de efeito estufa e poluição do ar e resíduos sólidos. Durante a reunião, foram aprovados dois programas: o "Programa de Trabalho da Comissão para 1998-2002" e o "Programa de Implementação da Agenda 21", um plano de ação para os próximos cinco anos (ARE, 2017).

A conferência Rio+10 aconteceu em Johannesburgo – África do Sul, no período de 26 de agosto a 04 de setembro de 2002, com o objetivo de elaborar um plano de ação viável. O documento resultante dessa conferência, intitulado A DECLARAÇÃO DE JOHANNESBURG (2002), apresentou poucas novidades em relação aos princípios já conhecidos, mas detalhou alguns objetivos dentro desses mesmos princípios (Diniz, 2002).

No documento são apontados vários desafios globais, incluindo a persistência de problemas ambientais, bem como os impactos desiguais da globalização em termos de benefícios e custos. Pela primeira vez, destaca-se a conexão entre globalização e questões ambientais. Adverte-se também sobre o perigo da desigualdade social gerar desconfiança nos sistemas democráticos, podendo resultar na ascensão de regimes ditatoriais (Diniz, 2002). A Rio+10 teve a intenção de transformar promessas em ações concretas e foi oportuna para que os Estados reafirmassem seu compromisso com os princípios do desenvolvimento sustentável (ONUBR, 2017).

Em 2012, na cidade do Rio de Janeiro, foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio+20, para marcar duas décadas da Rio-92. Os principais tópicos discutidos foram a economia verde dentro do contexto do

desenvolvimento sustentável e a eliminação da pobreza, além da estrutura institucional necessária para promover o desenvolvimento sustentável (Rio+20, 2017).

A finalidade da Conferência foi reafirmar o compromisso político com o desenvolvimento sustentável, revisando o avanço e os desafios na aplicação das decisões tomadas em eventos anteriores e discutindo questões atuais e emergentes (Rio+20, 2017).

Em setembro de 2015, na sede da ONU em Nova Iorque, foi realizada a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável. Neste encontro, foram estabelecidos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que devem ser alcançados até o ano de 2030, conhecidos como Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Todos os países da ONU ratificaram os acordos desta reunião como parte de uma nova agenda para o desenvolvimento sustentável (ONUBR, 2017).

A Agenda 2030 representa um conjunto de diretrizes para promover a ação em prol das pessoas, do planeta e da prosperidade, visando fortalecer a paz mundial e aumentar a liberdade. Entendemos que a erradicação da pobreza em todas as suas nuances, inclusive a extrema, é o principal desafio global e fundamental para alcançar o desenvolvimento sustentável (ONUBR, 2015).

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e sua transição para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) consistem em oito metas globais estabelecidas pelos países membros da Organização das Nações Unidas (ONU), com o objetivo de acelerar o progresso em direção à erradicação da extrema pobreza e da fome no mundo, principalmente afetando as populações mais vulneráveis dos países menos desenvolvidos (Roma, 2019).

O documento marco dos ODM foi aprovado na Resolução 55/2 da Assembleia Geral da ONU, conhecida como "Declaração do Milênio das Nações Unidas". Foi adotado por unanimidade por chefes de Estado e altos representantes de 191 países durante a 55ª sessão da Assembleia Geral, a "Cúpula do Milênio das Nações Unidas", realizada de 6 a 8 de setembro de 2000 em Nova Iorque, Estados Unidos. Segundo essa importante declaração, o grande desafio na época era assegurar que a globalização fosse benéfica para todos os povos do mundo. Embora reconhecesse as oportunidades que ela oferecia, também apontava que os benefícios eram distribuídos de forma desigual entre as nações, especialmente para países em desenvolvimento e economias em transição, que enfrentavam dificuldades significativas para acessar essas vantagens, apesar de suportarem altos custos (Roma, 2019).

Os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio foram formulados com foco na fome e na pobreza, e incluíam ações específicas relacionadas à saúde, saneamento, educação, moradia, igualdade de gênero e meio ambiente, além de medidas para promover uma parceria global para o desenvolvimento sustentável. Cada objetivo tinha metas globais estabelecidas, totalizando 21 metas, monitoradas através de 60 indicadores. A maioria das metas tinha como prazo o período entre 1990 e 2015, avaliando o progresso em intervalos regulares a partir de dados iniciais de 1990 (Roma, 2019).

No Brasil, a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) foi feita por meio do Decreto Presidencial de 31 de outubro de 2003, que criou o Grupo Técnico (GT) responsável por acompanhar as metas estabelecidas. Uma das responsabilidades do GT era adaptar os ODM, as metas e os indicadores relacionados à realidade brasileira. Em alguns casos, as metas e indicadores nacionais eram mais ambiciosos do que os globais. Essa abordagem de "nacionalização", incentivada pela ONU, resultou em um número maior de metas e indicadores específicos para o Brasil em comparação com o total global (Roma, 2019).

A figura a seguir apresenta o Quadro-síntese de divulgação da ONU com os 8 Objetivos do Milênio, apresentando as metas estabelecidas pela organização para melhorar as condições de vida em todo o mundo até 2015.

Figura 1 - Quadro-síntese de divulgação da ONU com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.



Fonte: ONU, 2002.

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) representam um marco histórico e eficaz na mobilização global para alcançar um conjunto de prioridades sociais importantes em todo o mundo. Eles refletem a preocupação generalizada da sociedade sobre questões como pobreza, fome, doenças, educação, desigualdade de gênero e degradação ambiental (Sachs, 2012).

Os países em desenvolvimento avançaram significativamente em direção ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, embora haja uma grande disparidade de progresso entre os diferentes objetivos, países e regiões (Sachs, 2012).

Após o término do prazo estabelecido para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000-2015), a avaliação foi favorável quanto ao progresso na realização das metas, apesar de serem reconhecidas tanto conquistas como deficiências em diversas áreas, e de haver o problema de que as pessoas mais pobres e vulneráveis estão sendo deixadas para trás (Un, 2015; Sachs, 2012).

De acordo com Sachs (2012), é recomendado seguir em frente após o término dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) em 2015, sugerindo a criação de novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável como uma abordagem promissora para o futuro.

Em junho de 2012, foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) no Rio de Janeiro, como parte do processo de criação de uma agenda para substituir os ODM, cujo prazo de execução terminaria em 2015. O documento resultante da Conferência, intitulado "O Futuro que Queremos", estabeleceu as bases para que os países-membros da ONU elaborassem um novo conjunto de objetivos e metas voltadas para o desenvolvimento sustentável, seguindo a experiência bem-sucedida dos ODM, que entrariam em vigor no período pós-2015 (Roma, 2019).

Após mais de dois anos de negociações, em 25 de setembro de 2015, líderes e representantes de alto nível dos 193 países-membros da Assembleia Geral da ONU aprovaram o documento intitulado "Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável". Este documento representa um plano de ação abrangente para promover o bem-estar das pessoas, proteger o planeta e garantir a prosperidade global. Nele, os países-membros da ONU reconhecem que a erradicação da pobreza, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e fundamental para alcançar o desenvolvimento sustentável. Um dos compromissos essenciais da Agenda é o de assegurar que ninguém seja deixado para trás, especialmente os mais desfavorecidos (Roma, 2019).

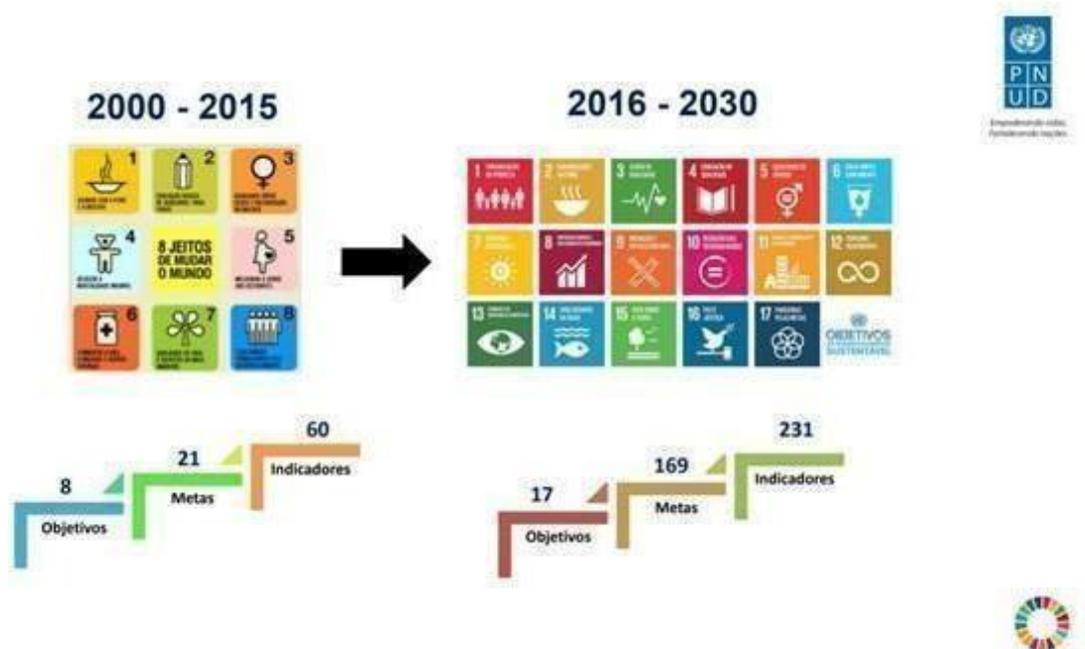
Barbosa (2019), afirma que a elaboração da Agenda de desenvolvimento que iria dar continuidade pós-2015 se deu através da transição das agendas (ODM-ODS), marcada pela

expansão dos objetivos que passam a ser divididos em quatro dimensões, dessa forma, a Agenda 2030 fundamenta-se sobre o legado dos ODM e busca concluir e alcançar o que não foi possível até 2015.

A Agenda 2030 é um plano abrangente que visa promover a ação em prol das pessoas, do planeta e da prosperidade, além de buscar fortalecer a paz universal garantindo mais liberdade. Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, presentes nessa agenda, abordam diferentes aspectos essenciais para a construção de uma sociedade sustentável. Esses objetivos são interligados, indivisíveis e equilibrados, combinando os elementos chave da sustentabilidade. Além disso, são universais e aplicáveis a todos os países do mundo (ONUBR, 2016).

A figura a seguir apresenta a transição dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (2000-2015) para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (2016-2030).

Figura 2 - Transição dos ODM para ODS.



Fonte: ONU, 2016.

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e suas 169 metas representam uma agenda universal de grande escala e ambição. Construídos sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, buscam atingir o que não foi alcançado anteriormente. Esses objetivos visam garantir os direitos humanos de todos, promover a igualdade de gênero e fortalecer o empoderamento das mulheres e meninas. São interligados e complementares,

equilibrando as três dimensões do desenvolvimento sustentável: econômico, social e ambiental (ONUBR, 2015).

A agenda foi iniciada em 1 de janeiro de 2016 e tem validade por 15 anos. De acordo com o Ministério de Relações Exteriores do Brasil, a Agenda 2030 vai além de simplesmente propor os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), abordando também os meios necessários para alcançar esses objetivos e suas metas. Esse debate inclui assuntos fundamentais, como financiamento para o desenvolvimento, transferência de tecnologia, capacitação técnica e comércio internacional, que possuem impacto sistêmico (Brasil, 2016).

A figura ilustrada a seguir apresenta os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Figura 3 – Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).



Fonte: ONU, 2016.

No Brasil, a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável foi oficializada através do Decreto nº 8.892, de 27 de outubro de 2016, que estabeleceu a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS). Após um ano de sua criação, em outubro de 2017, a CNODS lançou o seu Plano de Ação 2017-2019, que incluía a adaptação das 169 metas dos ODS e seus indicadores globais à realidade brasileira como parte da estratégia da Agenda 2030 Brasil. Para isso, as responsabilidades de "nacionalização" das metas e indicadores foram designadas ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), respectivamente, como órgãos de assessoramento permanente da CNODS em sua estrutura de governança (Roma, 2019).

Das 169 metas globais propostas pela ONU, 167 foram consideradas aplicáveis ao Brasil, embora muitas tenham exigido ajustes para se adequar às particularidades do país. 39 metas foram mantidas sem modificações, enquanto 128 foram alteradas para refletir a realidade brasileira, tornar seu conteúdo mais claro ou quantificá-las com precisão. Além disso, o Brasil criou oito novas metas, totalizando 175 no total, sendo 99 finalísticas e 76 de implementação (Roma, 2019).

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio inicialmente focaram em países pobres, com a expectativa de que países mais ricos fornecessem apoio financeiro e tecnológico. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável trazem uma abordagem distinta, com uma nova perspectiva sobre essas metas (Sachs, 2012).

A liderança e responsabilidade do setor privado são fundamentais para alcançar a sustentabilidade, juntamente com o setor público e a sociedade civil. O setor privado é essencial para a economia global, possuindo tecnologias avançadas e sistemas de gestão fundamentais para o sucesso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). As empresas privadas devem apoiar os ODS de forma prática e mensurável, incorporando em suas políticas, processos de produção e relacionamento com as partes interessadas (Sachs, 2012).

Os ODS podem beneficiar-se tanto dos sucessos como das deficiências dos ODM. O sucesso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) requer que todas as sociedades ao redor do mundo façam investimentos adequados. O desenvolvimento sustentável é a única maneira viável de garantir o futuro da humanidade, porém isso só será possível se uma pequena parcela dos gastos de consumo for direcionada para investimentos de longo prazo (Sachs, 2012).

Será necessária uma mobilização sem precedentes do conhecimento global em vários setores e regiões para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Governos, organizações internacionais, empresas privadas, instituições acadêmicas e sociedade civil terão que colaborar para identificar os caminhos essenciais para o sucesso, unindo conhecimentos técnicos e representação democrática. As redes globais dedicadas à resolução de problemas para o desenvolvimento sustentável - como energia, alimentação, urbanização, resiliência climática e outros setores - serão fundamentais nos próximos anos (Sachs, 2012).

Antes mesmo do lançamento dos ODS, já se percebia a importância da mobilização necessária para alcançá-los. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (2017), para atingir as metas estabelecidas, os ODS precisarão de uma colaboração

global envolvendo todos os setores, incluindo governos, sociedade civil, setor privado, academia, mídia e Nações Unidas.

O setor saúde como agente promotor dos ODS.

Durante a pandemia de COVID-19, foi evidenciado um aumento significativo de indivíduos sem acesso a tratamentos e serviços de saúde. As desigualdades globais foram agravadas, impactando de forma devastadora grupos mais vulneráveis e empurrando centenas de milhões de pessoas para a pobreza extrema (Shulla, 2021). Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram postos à prova e, infelizmente, muitos fatores de risco globais permaneceram inalterados, aumentando a preocupação em relação a futuras emergências de saúde e possíveis novas pandemias. Portanto, é mais imperativo do que nunca comprometer-se com a implementação de ações concretas para alcançar os ODS (Patterson, 2020).

No cenário atual, várias instituições e profissionais da área da saúde continuam priorizando políticas e práticas de gestão centradas na doença e nos gastos associados, negligenciando sua responsabilidade socioambiental. Entretanto, não podemos mais negligenciar nossa responsabilidade em relação ao futuro do planeta, pois isso afeta a todos (Furukawa, 2023).

Primeiramente, é importante ressaltar que nosso mundo está enfrentando uma situação de urgência. As mudanças climáticas representam uma grande ameaça para a saúde e o bem-estar de todos os seres vivos do planeta. A poluição do ar, a contaminação do solo, a escassez de alimentos, a propagação de doenças, a resistência aos antibióticos, bem como os impactos das mudanças climáticas, como ondas de calor, tempestades, inundações, secas e incêndios, aumentam a demanda por serviços de saúde. A pandemia de covid-19, causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, está diretamente ligada à crise climática (Ossebaard, 2023).

As pesquisas apontam que os eventos climáticos extremos e mais frequentes estão causando cada vez mais danos à saúde física e mental da população, resultando na diminuição da produtividade e no aumento dos riscos de infecções e surtos de doenças. Esses impactos na saúde impõem uma pressão adicional aos sistemas de saúde já sobrecarregados (Romanello, 2022).

Contribuindo com esse cenário insalubre e devastador estão os hospitais, que somam mais de 6.300 no Brasil. Segundo a Associação Nacional de Hospitais Privados (ANAHP) a atuação de um único hospital sem considerar os impactos ambientais pode contribuir significativamente para o esgotamento de recursos naturais, aumento das mudanças climáticas e, conseqüentemente, afetar negativamente a saúde humana. Essa situação se torna ainda mais

preocupante quando consideramos todos os serviços de saúde do país e do mundo (ANAHP, 2022).

Nos serviços de saúde, o uso de combustíveis fósseis é responsável pela maior parte das emissões de gases que contribuem para as mudanças climáticas. A utilização de carvão, petróleo e gás para abastecer hospitais, as viagens relacionadas aos serviços de saúde e a fabricação e transporte de produtos médicos representam 84% de todas as emissões de gases de efeito estufa do setor (Health Care Without Harm, 2021).

Apesar dos hospitais contribuírem significativamente na emissão dos gases do efeito estufa, é imprescindível reconhecer que a introdução das práticas sustentáveis além de mitigar o impacto ambiental também traria benefícios diretos a essas instituições.

Na tentativa de mudança do cenário atual, cada vez mais, as organizações estão adotando a prática da "ecoeficiência", que consiste em criar produtos e serviços mais úteis e valiosos, ao mesmo tempo em que reduzem o consumo de recursos e a emissão de carbono. Essa abordagem de gestão incentiva as empresas a buscarem melhorias ambientais que tragam benefícios econômicos, focando em oportunidades de negócio, inovação, crescimento e competitividade (WBCSD, 2000).

É fundamental que o setor de saúde seja pioneiro na adoção de práticas mais sustentáveis, visando não apenas a redução, mas também a neutralização das emissões de carbono até 2030, conforme sugerido pelo pacto global da ONU. (Gordon, 2020). Esta meta não apenas é viável, como também urgente. É crucial que ajamos com rápida e firme determinação, a fim de que nós, como seres racionais deste planeta, possamos utilizar nossa capacidade de pensamento e inovação para corrigir os erros que ameaçam a vida de todos os seres vivos (Furukawa, 2023).

Os serviços de saúde podem contribuir para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU estabelecidos na Agenda 2030 em diversas áreas (ONU, 2019). Além da saúde e bem-estar, ODS 3, esses objetivos abrangem a melhoria da nutrição e o estímulo à agricultura sustentável por meio da escolha dos alimentos oferecidos em suas instalações; garantia de uma educação de qualidade inclusiva e equitativa, bem como promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos os funcionários; e promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres (Furukawa, 2023).

É importante ressaltar que em relação aos profissionais de saúde, a enfermagem por ter o maior número de trabalhadores dentro do setor saúde, desempenha um papel crucial na promoção do ODS 3, favorecendo uma vida saudável e bem-estar para todos, independentemente da idade. Profissionais de enfermagem, como enfermeiros, técnicos e

auxiliares, estão na vanguarda do cuidado de saúde, oferecendo assistência direta aos pacientes, realizando exames de saúde, administrando medicamentos e educando as pessoas sobre a importância da prevenção de doenças. A enfermagem possui papel fundamental na promoção da saúde e na prevenção de enfermidades, ajudando a alcançar metas relacionadas à diminuição da mortalidade infantil, saúde materna e controle de doenças (Dossey, 2019).

A enfermagem desempenha um papel fundamental no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, contribuindo para a promoção da saúde, prevenção de doenças e redução das desigualdades no acesso aos cuidados de saúde. No entanto, é importante ressaltar que uma agenda de alcance global como a dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável depende do esforço coletivo de diversos atores, além dos profissionais de enfermagem. É necessário que governos, organizações não governamentais, setor privado e sociedade em geral trabalhem juntos para garantir que as metas estabelecidas sejam alcançadas de forma eficaz e sustentável. Somente com uma abordagem colaborativa e integrada será possível transformar as aspirações dos ODS em realidades tangíveis para todas as comunidades ao redor do mundo. A enfermagem, com sua expertise e dedicação, certamente desempenha um papel crucial nesse processo, mas sozinha não será capaz de garantir o sucesso dessa empreitada.

A Educação de Qualidade como um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 4).

A proposta do Objetivo 4 - Educação de Qualidade é assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. Ainda que as metas deste ODS em sua maioria estejam referidas a educação básica onde a aprendizagem da leitura, escrita e matemática são enfatizadas, uma vez que o exercício da cidadania pressupõe o domínio desses conhecimentos, também o fato de os mesmos integrarem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que é um indicador de qualidade da educação básica no Brasil, há que se considerar a contribuição dos demais níveis de escolaridade para o alcance do pacto global.

Para além da educação básica o ODS 4 aponta para outros níveis de escolarização no sentido de promover a igualdade de acesso à educação técnica, profissional e superior assim como refere no final de seu título “aprendizagem ao longo da vida”.

O ODS 4 possui em seu escopo 10 metas, que são acompanhadas por 11 indicadores, que serão apresentados a seguir.

A Meta 4.1 tem como objetivo assegurar que todos os meninos e meninas concluam o ensino primário e secundário, de forma gratuita, equitativa e com qualidade, acompanhada por 3 indicadores: proporção de crianças e jovens nos segundo e terceiro anos do ensino

fundamental, no final dos anos iniciais do ensino fundamental; no final do ensino fundamental 2, que atingiram um nível mínimo de proficiência em leitura e matemática; e a Taxa de conclusão dos ensinos fundamental e médio (IPEA, 2024).

A Meta 4.2 visa garantir o acesso de qualidade à primeira infância e à educação pré-escolar, preparando meninas e meninos para o ensino primário, sendo os indicadores dessa meta a proporção de crianças com idade entre 24 e 59 meses que estão com desenvolvimento adequado de saúde, aprendizagem e bem-estar psicossocial, além da taxa de participação no ensino fundamental (IPEA, 2024).

Acompanhada pelo indicador de taxa de participação de jovens e adultos na educação formal e informal, a Meta 4.3 estabelece que até 2030, tanto homens como mulheres devem possuir a igualdade de acesso à educação técnica, profissional e superior de qualidade (IPEA, 2024).

Já a Meta 4.4 pretende aumentar a quantidade de jovens e adultos com habilidades técnicas e profissionais para o mercado de trabalho, assistido pelo indicador da proporção de jovens e adultos com competências em tecnologias de informação e comunicação (IPEA, 2024).

A Meta 4.5 propõe eliminar as desigualdades de gênero na educação e garantir igualdade de acesso a todos os níveis de ensino e formação profissional para os grupos mais vulneráveis, incluindo pessoas com deficiência, povos indígenas e crianças em situação de vulnerabilidade. Para monitorar esse avanço, o Indicador 4.5.1 estabelece a análise de índices de paridade, como mulher/homem, áreas rural/urbana, renda e outros grupos (IPEA, 2024).

A Meta 4.6 aspira que todos os jovens e uma expressiva quantidade de adultos estejam alfabetizados e tenham conhecimentos básicos da matemática, observada pelo percentual da população que alcançou o nível básico de leitura, escrita e matemática (IPEA, 2024).

Emblemática dessa circunstância é a meta 4.7 que embora referida a alunos é perfeitamente desejada para todos os membros da sociedade uma vez que advoga em:

“Garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável” (IPEA, 2024).

Além dessas metas, o ODS 4 também conta com a Meta 4.a voltada a construir e melhorar a estrutura física das escolas, promovendo ambientes seguros e inclusivos; 4.b que pretende aumentar o número de bolsas de estudo; e 4.c aumentar o número de professores qualificados (IPEA, 2024).

No que tange ao panorama atual, entre 2016 e 2022, a grande parte dos indicadores relacionados ao ODS 4 apresentou avanços positivos. Houve melhora no atendimento às populações em idade escolar, tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio. O Brasil alcançou parcialmente as metas globais da educação básica (metas 4.1 e 4.2), da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e do ensino superior (meta 4.3). No entanto, aspectos relacionados ao desempenho dos alunos, referentes às metas 4.1 e 4.2, não foram acompanhados (IPEA, 2024).

A Educação em Saúde, Educação Permanente, Continuada e Popular em Saúde.

Considerado como um fenômeno social, o processo educacional constitui-se como atividade primordial à existência humana, destacando-se como essencial para o funcionamento da sociedade. Sendo assim, é fundamental que a educação esteja presente para que ocorra o desenvolvimento contínuo dos indivíduos, contribuindo com o desenvolvimento de suas aptidões físicas e mentais, promovendo a integração da sociedade em todas as esferas (Morin, 2002).

Existem diferentes concepções de educação adotadas no campo da saúde: a Educação em Saúde (ES) como processo educativo de construção de conhecimentos em saúde que visa à apropriação da temática pela população (Brasil, 2006); A Educação Permanente em Saúde (EPS) como a aprendizagem no trabalho, onde o aprender e o ensinar se incorporam ao cotidiano das organizações e ao trabalho (Brasil, 2009); A Educação Continuada (EC) como processo educativo permanente que visa promover a formação e o aprimoramento dos profissionais de saúde (Brasil, 2009); e Educação popular em Saúde: abordagem que busca promover a saúde por meio da conscientização e empoderamento das comunidades, fortalecendo a participação popular (Brasil, 2007).

No setor dos sistemas de saúde, a discussão a respeito da educação e do desenvolvimento dos recursos humanos levaram a contrastar os paradigmas da EPS e EC. A Educação Continuada acontece em qualquer fase da vida, em qualquer ambiente por meios comunicacionais diversos, podendo se dar fora do espaço formal como escolas e universidades. Também é caracterizada como um tradicional recurso do setor saúde, a EC representa o seguimento do modelo escolar/acadêmico, focado na atualização de conhecimentos, foco disciplinar, ambiente didático baseado em técnicas de transmissão com a finalidade de atualizar as pessoas (Brasil, 2009).

O estudo em questão tem essa característica uma vez que não se trata da educação básica, tão pouco do ensino formal, mas aplica-se a aprendizagem de adultos, tida como aprendizagem ao longo da vida. No caso em pauta os profissionais de saúde buscam aperfeiçoar conhecimentos para melhorar seu desempenho e o serviço busca ser mais resolutivo.

A Educação Continuada contorna as atividades de ensino após a graduação, com duração definida e metodologia tradicional na maioria das vezes, a saber: cursos de pós-graduação, participação em eventos e cursos de atualização. Em contrapartida a EPS fundamenta-se a partir de 2 elementos: as necessidades do processo de trabalho e o processo crítico como inclusivo ao trabalho (Motta, 2002).

Outra característica que a EC carrega é a de conceituar tecnicamente a prática como cenário de aplicação dos conhecimentos especializados adquiridos, sendo a continuidade dos currículos universitários, alocado no final ou após o processo de obtenção do conhecimento. Dessa forma, destaca-se a ruptura do saber com a resolução de problemas na prática (Brasil, 2009). Dentre as ferramentas para viabilizar a EC destaca-se os cursos presenciais ou on-line aos profissionais que desejam continuar os seus estudos para aperfeiçoar seu desempenho ou suprir uma lacuna de conhecimento ou de atualização. Desse modo os profissionais mantêm-se atualizados e preparados para otimizar seu trabalho e seu crescimento profissional.

As críticas atribuídas a Educação Continuada estão relacionadas ao fato de ser uma estratégia descontínua de capacitação, com rupturas no tempo, caracterizada por cursos periódicos sem constância (Brasil, 2009).

Para Mancia, Cabral e Koerich (2004), a Educação Permanente distingue-se da Educação Continuada por dispor do aspecto multidisciplinar, concentrando-se nos problemas de atuação na saúde, buscando promover o desenvolvimento das práticas profissionais e sociais do sujeito, dispondo de frequência constante e metodologia com eixo na resolução de problemas.

A Educação continuada retoma o aprendizado através da metodologia sistemática de informações, sendo o cenário das práticas profissionais o local de execução da teoria estudada. A EPS considera o cenário de práticas moldáveis, favorecendo a transformação constante da atuação profissional (Ceccim; Feuerwerker, 2004).

No contexto brasileiro, a Educação Permanente em Saúde surge no ano de 1980, entretanto, foi oficialmente estabelecida como Política Nacional em 2004. Esse marco foi estabelecido com a criação da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES) em 2003, que passou a ser responsável pela elaboração de políticas de gestão,

formação e qualificação dos profissionais de saúde, além da regulação profissional no país (Brasil, 2018a).

A Educação Permanente em Saúde carrega a definição pedagógica de analisar o cotidiano do trabalho ou formação em saúde, permeando-se pelas relações concretas que influenciam as realidades. Essa abordagem possibilita a criação de espaços coletivos para reflexão e avaliação dos atos realizados no dia a dia. Ao mesmo tempo, busca atualizar constantemente práticas de acordo com os avanços teóricos, metodológicos, científicos e tecnológicos disponíveis (Ceccim, 2005).

Além disso, a EPS se insere na construção de relações e processos que envolvem as equipes de trabalho, as práticas organizacionais e as políticas de saúde. Isso implica em uma atuação conjunta dos agentes de saúde, das instituições de saúde e/ou setores de saúde, e das práticas interinstitucionais e/ou intersetoriais (Ceccim, 2005).

A Educação Permanente em Saúde pode ser vista como uma forma de Educação em Serviço, quando os conteúdos, instrumentos e recursos são adaptados para atender a um projeto de mudanças institucionais ou políticas em determinado tempo e local. Também pode ser comparada à Educação Continuada, quando está relacionada à formação de quadros institucionais e ao avanço de carreiras em locais específicos. Além disso, pode ser considerada como Educação Formal de Profissionais, quando está aberta a diferentes experiências profissionais e colabora com a integração entre o trabalho e o ensino (Ceccim, 2005).

A luta pela expansão e fortalecimento do SUS e a proposição de um modelo de saúde universal e gratuito, com organização em várias instâncias de atuação a nível nacional, regional e local, incentivou a elaboração de estratégias de capacitação profissional. Essa necessidade fez com que se explorasse o potencial educativo do ambiente de trabalho, resultando na criação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) (Machado et al., 2015).

A política foi criada com o objetivo de promover mudanças na formação e atuação dos profissionais de saúde no Brasil, buscando integrar a educação no ambiente de trabalho com a realidade dos profissionais. Isso possibilita a transformação da assistência em saúde prestada por eles. Dessa forma, a PNEPS se baseia no trabalho conjunto entre o sistema de saúde e as instituições de ensino, visando identificar problemas e construir soluções para o processo de trabalho em saúde (Brasil, 2005).

Após a criação da SGTES em 13 de fevereiro de 2004, o Ministério da Saúde publicou a portaria GM/MS 198/2004, que estabeleceu a PNEPS. Essa iniciativa do MS visa promover uma mudança nas práticas de educação em saúde, buscando aprimorar a qualificação, a organização dos serviços e dos processos formativos, as práticas pedagógicas e

desenvolvimento dos trabalhadores através da colaboração intersetorial, envolvendo gestores, trabalhadores, estudantes e usuários da saúde (Brasil, 2004; França, 2017).

A secretaria foi estruturada em diversos departamentos, incluindo o Departamento de Gestão da Educação na Saúde (DEGES), encarregado da educação técnica, superior e popular, além da criação de atividades educativas e do desenvolvimento de recursos humanos na área da saúde por meio da implementação de diversos programas. Entre eles, destacam-se o Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde), o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (Pet-Saúde), o Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem (Profae), o Programa de Formação na Área de Educação Profissional em Saúde (Profaps) e o Fortalecimento das Escolas Técnicas do SUS (ET-SUS) (Haddad et al., 2008).

Em meio a discussão sobre a formação profissional no Brasil, foi apresentada a ideia do quadrilátero de formação na área da saúde, que se baseia na conexão entre ensino, gestão, atenção e controle social. Essa proposta visa promover a integração entre diversos setores e atores para aprimorar as práticas educacionais e de saúde (Ceccim; Feuerwerker, 2004).

No início, o modelo de gestão da PNEPS era implantado através dos Polos de Educação Permanente em Saúde (PEPS), os quais tinham a responsabilidade de identificar as necessidades regionais de capacitação profissional e direcionar as estratégias para melhorar a qualidade dos serviços de saúde, gestão e participação social. Além disso, os PEPS incluíam a colaboração de instituições de ensino na área da saúde, gestores, escolas técnicas, centros de saúde comunitária, profissionais de saúde, estudantes, conselhos de saúde, movimentos sociais, hospitais de ensino e serviços de saúde (Brasil, 2004).

No entanto, em 2006, através da publicação do Pacto pela Saúde a portaria anterior foi substituída pela portaria GM/MS n.º 1.996/2007, que tratava das diretrizes de implementação da PNEPS e propôs a condução regional da política através das Comissões Permanentes de Integração Ensino-Serviço (CIES), com o objetivo de descentralizar a incorporação, nas instituições de saúde, do processo de formação profissional baseado nas diretrizes do SUS e na abordagem integral do processo saúde-doença de uma maneira mais próxima e em sintonia com as necessidades locais e regionais (Brasil, 2018b).

França (2017), afirma que o estabelecimento das CIES ocorreu em diferentes momentos e ações, incluindo o movimento de sensibilização das instituições, a realização de seminários para debater e esclarecer a política, reuniões e parcerias com os colegiados intergestores e regionais de saúde para a implementação das CIES. Essas instâncias passam a ser responsáveis

pela participação na elaboração, condução e desenvolvimento da PNEPS, tornando-se assim uma nova instância intersetorial e interinstitucional permanente.

Esse novo contexto possibilitou aos Estados regulamentarem a capacitação de profissionais na área da saúde e promover o avanço da ciência e tecnologia, através de iniciativas educacionais e de aprimoramento profissional. Através de uma abordagem crítica e reflexiva, que considera o conhecimento prévio dos profissionais, busca-se uma aprendizagem significativa que integre a prática profissional com a teoria e o contexto social, visando aproximá-los (França, 2017; Pernambuco, 2019).

A Educação Permanente (EP) é fundamentada na pedagogia da problematização, cujo objetivo é promover a reflexão em grupo para transformar as práticas dos serviços. Destaca-se a importância de capacitar os alunos para identificar problemas em seu cotidiano, de acordo com a realidade vivenciada, e buscar soluções que possam alterá-la (Vendruscolo et al., 2018).

Segundo Lemos (2016), a aprendizagem significativa presente na PNEPS é caracterizada por uma abordagem ativa, na qual o indivíduo precisa estar disposto a aprender, levando em consideração suas habilidades e dificuldades, e utilizando suas experiências passadas para construir conhecimento. A aprendizagem acontece quando o novo conhecimento se relaciona com o que a pessoa já sabe, ou seja, quando a nova informação se conecta de alguma forma com os conhecimentos prévios do indivíduo (Brasil, 2005).

A evidência da aprendizagem significativa também destaca a importância da metodologia de aprender a aprender, possibilitando ao indivíduo mais autonomia na busca por novos conhecimentos. Esse processo, derivado de suas próprias necessidades e da criação de um processo de descoberta, leva ao protagonismo e participação ativa do trabalhador, de acordo com seus objetivos e necessidades de aprendizagem (Lemos, 2016; França, 2017).

Refletir sobre o processo de trabalho, por meio da prática de ações de EPS, pode contribuir para reduzir a alienação e burocratização, aumentando o acesso às informações e elevando a autoestima, além de promover um maior engajamento com a realidade laboral dos profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS) (Brasil, 2014).

Sena et al. (2017), aponta que a EPS visa valorizar o trabalho e os trabalhadores, proporcionando uma melhoria na qualidade da assistência em saúde conforme preconizado pelo Ministério da Saúde. Isso contribui para o fortalecimento do SUS e para a integração entre ensino e serviço. A EPS tornou-se uma ferramenta importante para a consolidação do SUS, pois capacita os profissionais e os orienta na transformação dos modelos de assistência à saúde. De acordo com o estudo realizado por Freitas (2018), a EPS também auxilia nas ações de gestão e atenção em saúde, ao identificar problemas locais de saúde e refletir sobre a realidade.

A EC, inserida no contexto da Educação Permanente, ganha destaque em diversas instituições de saúde, sendo que nesse cenário, o processo da EC é fundamentada na integração dos conhecimentos adquiridos posteriormente à formação inicial, inferindo um segmento ativo e constante de construção de conhecimento. Todo esse caminho é mediado pelo desenvolvimento do discernimento e da consciência crítica e reflexiva, situação que conduz a formação de compromissos pessoais e profissionais do cotidiano, qualificando o profissional de acordo com sua realidade (Girade; Cruz; Stefanelli, 2006).

Nos serviços de saúde, os processos educacionais, como a EPS e a EC geralmente são organizados por intermédio de atividades variadas, como as capacitações, treinamentos e cursos, podendo ser pontuais ou contínuos. Independente da nomenclatura, carregando suas especificidades, estes processos carregam o mesmo objetivo: desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores (Silva; Seiffert, 2009).

MÉTODOS

Delineamento/Desenho da pesquisa

Trata-se de uma pesquisa exploratória descritiva de abordagem qualitativa que visa compreender a lógica interna de grupos, instituições, quanto a valores culturais e representações sobre sua história e temas específicos, processos históricos e sociais (Minayo, 2013).

O método qualitativo pode ser definido como:

[...] aquele que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem (Minayo, 2013, p.57).

A partir da compreensão, é possível observar que essa metodologia de investigação possibilita elucidar os fenômenos sociais ainda não completamente compreendidos, contribuindo para o desenvolvimento de novas perspectivas e a revisão e formulação de novas ideias. Destaca ainda que este tipo de análise possui as seguintes características: entendimento sobre um acontecimento, além do estudo das relações entre o global e o local sobre um determinado fato (Minayo, 2010).

Sua característica mais marcante está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como entrevistas, questionários e a observação sistêmica. Neste tipo de pesquisa, não há interferência do pesquisador, que somente descreve a situação estudada, procurando descobrir a frequência com a qual ocorre, sua natureza, características, causas, relações e conexões com outros fenômenos (Barros, Lehfeld; 2007).

Nesta pesquisa, o estudo foi realizado na Secretaria de Saúde de Manaus, em um Setor de Educação Continuada. Como técnica de levantamento de dados utilizou-se a Análise de Documentos e a Entrevista Semiestruturada.

A **Análise de Documentos** tem como objetivo compreender uma realidade, contextualizando-a e trazendo as informações desse momento. Ludke e André (1986, p. 39) afirmam que os documentos constituem uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentam afirmações e declarações do pesquisador, “[...] representam ainda uma fonte “natural” de informação. Não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto”.

Por outro lado, Vuori (1991; 23), considera as limitações da análise de documentos, destacando que nem tudo o que é realizado se traduz em registros escritos. Essa perspectiva é fundamental, pois sugere que muitos aspectos das práticas sociais, decisões e interações humanas ocorrem fora do alcance da documentação formal. Além disso, a ausência de registros escritos pode levar a uma visão incompleta ou distorcida da realidade analisada, já que experiências, conversas informais e dinâmicas interpessoais muitas vezes não são capturadas em documentos.

Portanto, a análise documental, embora valiosa, deve ser complementada por outras abordagens metodológicas que considerem as nuances e as complexidades da vida social, permitindo uma compreensão mais rica e abrangente do fenômeno em estudo.

A segunda técnica de levantamento de dados, a Entrevista Semiestruturada, permite reunir informações sobre o objeto de estudo, aproximando o pesquisador da realidade. Essa interação com a realidade favorece um aprofundamento das questões formuladas e elaboração de dados empíricos (Gil, 2006).

As Entrevistas semiestruturadas são consideradas como uma modalidade de interação entre duas ou mais pessoas, onde o pesquisador busca coletar dados e o pesquisado se apresenta como fonte de informações. Pela flexibilidade com que se apresentam, são adotadas como técnica fundamental e uma das mais difundidas em pesquisas nos mais diversos campos de atuação. Podem ser utilizadas como a única fonte de coleta de dados, como uma técnica preliminar ou ainda associada a outros tipos (Gil, 2006).

Minayo (2013), destaca que a entrevista é a estratégia mais utilizada no processo de trabalho de campo. É acima de tudo, uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores. Tem o objetivo de construir informações para um objeto de pesquisa.

Em pesquisas qualitativas, é fundamental que a seleção da amostragem seja feita de forma que seja possível ampliar a compreensão do tema, explorando as variadas representações sobre o objeto de estudo. Para Minayo (2013), uma amostra ideal não atende a critérios numéricos e sim é aquela que reflete as múltiplas dimensões da totalidade. Por isso, devemos considerar que o número de entrevistas deve ser pensado após considerarmos os objetivos da pesquisa, os diferentes ambientes e principalmente a possibilidade ou não de esgotamento do tema.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os profissionais e os membros do Conselho Consultivo da Secretaria Municipal de Saúde de Manaus que desenvolvem ações de Educação Continuada, com o objetivo de obter informações aprofundadas sobre as práticas e políticas de EC adotadas no contexto dos ODS. Essas entrevistas permitiram uma compreensão mais detalhada dos desafios, estratégias e impactos das ações de formação dos profissionais de saúde.

Instrumentos de Levantamento de Dados

Para realizar a coleta de dados da pesquisa documental, foi utilizado um roteiro semiestruturado (em anexo). O roteiro de análise documental dispôs do objetivo de analisar se as Agendas de Educação na Saúde da Secretaria de Saúde em questão, publicadas no período de janeiro de 2022 a janeiro de 2024, contemplam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Para coleta de dados da pesquisa de campo foi realizada entrevista guiada por um instrumento semiestruturado contendo duas partes. A 1ª Parte: Consistirá na caracterização dos profissionais, com dados relativos a sexo, idade, local de trabalho, tempo de trabalho junto ao Núcleo/Comissão de Educação Continuada. A 2ª Parte: Consistiu em perguntas abertas voltadas ao conhecimento, vivência e projetos relacionados aos ODS, de acordo com os objetivos específicos 2 e 3: Descrever o conhecimento dos profissionais que atuam na EC e Conselho Consultivo sobre os ODS; e examinar como os ODS podem ser otimizados na opinião dos profissionais da EC e Conselho Consultivo.

A primeira etapa da pesquisa teve como foco a análise das Agendas de Educação na Saúde, que nasce a partir da Instrução Normativa 001/2022, documentos digitais de livre acesso contidos no seguinte site: manaus.am.gov.br.

Instrução Normativa Nº 001/2022-ESAP/SEMSA.

Essa Instrução Normativa foi criada considerando a Política Municipal de Educação Permanente e Continuada em Saúde, a Classificação de Eventos no Ensino, o Guia de Eventos da Secretaria Municipal de Saúde e a Nota de Técnica Nº 001/2019 - DEGES/ESAP, com o objetivo de qualificar o gerenciamento de atividades educacionais no âmbito da Secretaria (DOM, 2022).

A IN 001/2022 define o procedimento para submissão de propostas relacionadas à Educação na Saúde nas modalidades de Educação Continuada e Educação Permanente para servidores, trabalhadores do SUS e afins no âmbito da Saúde, conforme procedimento estabelecido em um Setor de Educação Continuada. Além de atribuir a uma Escola de Saúde Pública o gerenciamento do processo de submissão das propostas que serão incluídas na Agenda de Educação na Saúde (DOM, 2022).

Válido ressaltar que são considerados proponentes de propostas os profissionais e trabalhadores da saúde, através de diretorias, departamentos, pontos de atenção à saúde e outros setores. O parágrafo único do artigo 5 define que as Instituições Externas e profissionais não vinculados à Secretaria poderão também submeter propostas (DOM, 2022).

A submissão de propostas é realizada por meio digital, ocorrendo duas vezes por ano: Fevereiro e Março, para propostas com início de execução no 2º semestre do ano vigente e Agosto e Setembro, para propostas com início de execução no 1º semestre do ano subsequente. As modalidades aceitas são os cursos de qualificação profissional de curta duração e Eventos de ensino: Conferências, Congressos, Colóquio, Encontro, Feira ou Mostras, Fórum, Jornada, Mesa redonda, Oficina/Workshop, Painel, Palestras e Ciclo de Palestras, Reunião, Roda de conversas, Seminários, Simpósios e outros. Destacando que excluem-se as modalidades e ações inerentes à rotina dos serviços (DOM, 2022).

No que tange às propostas, devem apresentar a seguinte estrutura: Título, Justificativa; Objetivos; Público-alvo; Número de turmas e quantitativo de participantes por turma; Carga horária; Conteúdo programático; Estratégia educacional; Cronograma; Descrição de material necessário; Fonte de recursos; Resultado Esperado; Parcerias; Estratégias de monitoramento e de avaliação. Deverão ser encaminhadas previamente para conhecimento e validação das áreas técnicas (DOM, 2022).

A Secretaria, através do setor de EC, receberá as propostas e analisará, caso haja necessidade de esclarecimentos serão devolvidas a quem propôs e deverão ser reenviadas no prazo de 5 dias. As propostas são analisadas pelo Conselho Consultivo instituído pela Secretaria em reunião para esta finalidade, onde será necessária a presença do proponente ou representantes para esclarecimentos oportunos (DOM, 2022).

A análise do Conselho Consultivo é baseada nos seguintes critérios: Relevância do objeto abordado e relação com a área temática; Período de execução oportuno e conveniente para o serviço; Relevância para a qualificação e resolutividade dos serviços; Relevância para a qualificação e formação do servidor/trabalhador; Natureza inovadora da proposta; Impacto social e produção de saúde; Instituições Externas e Parcerias não conflitantes com a visão da Secretaria. A Divisão enviará o parecer do Conselho para conhecimento dos proponentes, e caso seja aprovado com ressalvas deverão ser corrigidos e devolvidos (DOM, 2022).

As propostas aprovadas serão enviadas para validação da Subsecretaria de Gestão da Saúde ou Subsecretaria de Gestão Administrativa e Planejamento, conforme área temática da proposta. E por fim, será criada a Agenda de Educação na Saúde com as propostas aprovadas pelo Conselho Consultivo e validadas, que será publicada no site da Secretaria (DOM, 2022).

Em casos de emergências de saúde ou por ato discricionário do Secretário e ou Subsecretários, poderão ser incluídos novos cursos ou eventos de ensino, fora do período de submissão. A Secretaria irá certificar todos os participantes das propostas executadas, atendendo aos critérios de aprovação/conclusão presentes na estratégia educacional das propostas e respeitadas as parcerias (DOM, 2022).

Além da Instrução Normativa, há um checklist operacional de projetos, contendo todos os itens que são necessários e que serão avaliados, divididos em pré-execução: contendo datas, conteúdo e programação, cronograma, recursos e espaço físico. O segundo ponto tange sobre o planejamento para realização do projeto, seguido pela seleção de docentes, facilitadores e palestrantes; local, espaço físico e acessórios; materiais para uso durante o projeto; finalizando com a checagem da execução e pós-execução.

O Fluxo de submissão respeita a seguinte ordem: 1º Secretaria abre o período de submissão online de propostas; 2º Proponentes elaboram as propostas mediante anuência do setor envolvido; 3º A Secretaria recebe, analisa e enquadra, devolvendo ao proponente caso seja necessário; 4º Conselho Consultivo analisa e emite parecer; 5º Secretaria recebe o parecer e envia para adequação se necessário; 6º Secretaria recebe e envia para a validação, cria e publica a Agenda de Educação na Saúde.

As Agendas de Educação na Saúde

A Agenda de Educação na Saúde sistematiza, organiza e divulga os cursos e eventos de ensino ofertados a todos os profissionais da Secretaria, em um período específico, realizado nas modalidades presencial, virtual ou híbrido. Como recorte do estudo, foram analisadas as AES publicadas no período de janeiro de 2022 a janeiro de 2024, compreendendo o total de 4 agendas, sendo a primeira referente ao segundo semestre do ano de 2022, apresentando 11 cursos; a 2º é direcionada ao primeiro semestre do ano de 2023, com um total de 23 cursos; a 3º referente ao segundo semestre de 2023 possui 21 cursos e 04 Eventos de Ensino; por fim, a Agenda do primeiro semestre de 2024 é composta por 15 cursos e 05 Eventos de Ensino.

Local do estudo

A pesquisa foi realizada na Secretaria Municipal de Saúde de Manaus, sendo a pesquisa documental realizada no site da Secretaria; as entrevistas aconteceram na Escola de Saúde Pública de Manaus.

Com a missão de gerir o sistema municipal de saúde, observando os direitos e diretrizes do SUS, a Secretaria Municipal de Saúde de Manaus onde o estudo ocorreu foi criada em 20 de novembro de 1975, através da Lei nº 1240, desenvolvendo com qualidade as ações de vigilância e atenção à saúde manauara (SEMSA, 2024).

Os serviços e ações efetuadas pela secretaria estão alinhados à Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), com centralidade na promoção de saúde e prevenção de doenças e agravos, no diagnóstico e tratamento, na reabilitação e redução de danos. Tem como função coordenar o cuidado e ordenar as Redes de Atenção à Saúde, sendo a porta de entrada preferencial do SUS (SEMSA, 2024).

Atualmente, a Rede de Atenção à Saúde conta com: 288 Unidades Básicas de Saúde (UBS), destacando-se 10 UBS que funcionam em horário ampliado de atendimento; 6 Clínicas da Família; 4 UBS Móvel terrestre; 2 Unidades Básicas de Saúde Fluviais (UBSF); 5 Policlínicas; 4 Centros de Especialidade Odontológicas (CEO); 4 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS); 1 Centro Especializado de Reabilitação (CER); 48 unidades do Serviço Móvel de Urgência (SAMU), distribuídas em unidades de suporte básico e de suporte avançado; 2 unidades Fluviais do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu Fluvial); 6 laboratórios, sendo 4 Distritais, 1 de Especialidades e 1 de Vigilância; 2 Centrais de Atendimento do Programa Leite do Meu Filho; além da Maternidade Dr. Moura Tapajóz; da Vigilância Sanitária (Visa Manaus); do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest); e do 1 Centro de Controle de Zoonoses (CCZ) (SEMSA, 2024).

A Escola de Saúde Pública em que o estudo aconteceu foi criada através da Lei nº 2.320 de 6 de junho de 2018, sob a gestão da SEMSA, assumindo o papel de indutora no processo de reorientação da formação do profissional, a partir das necessidades sociais e do SUS, com ênfase na atenção primária à saúde, visando fortalecer a integração entre ensino, serviço e comunidade (SEMSA, 2024).

A ESAP surge com a missão de coordenar o processo de integração ensino, serviço e comunidade, fomentando inovação, produção tecnológica e científica, com ênfase na atenção primária à saúde, a partir das necessidades sociais e do Sistema Único de Saúde em Manaus. A ESAP conta com dois departamentos: 1) DTEC: Departamento Técnico que gerencia as

questões administrativas da Escola; 2) DGES: Departamento de Gestão da Educação na Saúde - responsável pelas ações de EPS e EC (SEMSA, 2024).

O processo de criação da ESAP destaca o reconhecimento e valor da EPS e da qualificação dos recursos humanos como estratégias essenciais para o desenvolvimento do SUS. Por intermédio da Escola, buscou-se suprir a demanda da qualificação profissional, que por sua vez, habilita profissionais com a capacidade de lidar com os desafios e demandas do sistema de saúde, e de contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços oferecidos à população (Manaus, 2018, p.1).

A Escola de Saúde Pública gerencia 100% da Educação Permanente e Continuada em Saúde da SEMSA. Dentro do DGES encontra-se um setor responsável pelas ações da EPS e EC, que desenvolve a Agenda de Educação na Saúde, reunindo todas as atividades que serão desenvolvidas semestralmente com foco na qualificação profissional (SEMSA, 2024).

As atividades que constam na Agenda de Educação na Saúde, inicialmente são propostas pelos profissionais que atuam nas Unidades Básicas de Saúde, partindo das necessidades que são observadas no dia a dia, essas propostas são submetidas à Secretaria, sendo o setor de EC, junto com o Conselho Consultivo, responsável por avaliar e selecionar as propostas que serão incluídas na Agenda de cursos de Educação na Saúde (SEMSA, 2022).

Os Distritos de Saúde (DISA) de Manaus, dentro de suas ações, são responsáveis por intermediar as ações de educação permanente e continuada entre as unidades da ponta e a ESAP, contando com um corpo técnico de EPS e EC que lidam diretamente com as demandas relacionadas. Ao todo são 5 Distritos de Saúde localizados em cada zona da cidade, sendo eles: Norte, Sul, Leste, Oeste e a Zona Rural.

Participantes da pesquisa

Os participantes da pesquisa foram os profissionais de saúde com inserção na Educação Continuada, a saber: profissionais do Setor de EC os membros do Conselho Consultivo da Escola de Saúde Pública de Manaus.

Foram entrevistadas as profissionais que compõem um Setor, responsáveis pelas ações de Educação Continuada dentro da Secretaria. O setor é composto por 4 profissionais, sendo que uma delas encontrava-se de licença durante o período de coleta de dados do estudo, totalizando três entrevistadas.

Os membros do Conselho Consultivo da Secretaria também foram entrevistados, esses profissionais são responsáveis por avaliar as ações de Educação Continuada que são oferecidas aos trabalhadores e sistematizadas através da Agenda de Educação em Saúde. O Conselho Consultivo é formado por 13 titulares e 04 deles responderam ao convite de participação da

pesquisa. Ao todo foram entrevistadas 07 profissionais, sendo três do Setor e quatro do Conselho Consultivo, totalizando 50% dos profissionais que integram esses setores.

Critérios de inclusão

- Atuar na Educação Continuada em Saúde;

Critérios de exclusão

- Profissionais que estivessem de férias ou licença por qualquer motivo durante o levantamento de dados.

Análise dos dados

A análise dos dados possuiu como objetivo organizar e sumarizar os dados de tal forma que possibilitaram o fornecimento de respostas ao problema investigado (Gil, 2008). Os dados obtidos através da pesquisa documental e das entrevistas, foram analisados de acordo com a análise de conteúdo de Bardin, que consiste em um conjunto de técnicas de análise de comunicação.

A análise de conteúdo utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo e das mensagens. Tais procedimentos são criteriosos e observáveis e colaboram significativamente para desvendar os conteúdos dos documentos (Bardin, 2011).

O processo de análise dos dados envolve várias fases para obtenção de significação dos resultados coletados. O método traduz-se na organização da análise, compreendendo a **pré-análise** que consiste na fase de organização e sistematização das ideias para operacionalização da análise, integrada pela leitura flutuante, que representa o primeiro contato com os documentos, deixando-se invadir pelas impressões dos textos lidos.

A escolha de documento e constituição de um corpus que é o conjunto de documentos escolhidos para análise, requer para sua constituição regras de seleção a saber: regra de exaustividade, regra de representatividade, regra de homogeneidade e regra de pertinência.

A exploração do material é uma fase longa que consiste essencialmente em operações de codificação dos materiais, a saber: O recorte, enumeração e classificação e agregação. E por fim o Tratamento dos resultados obtidos e interpretação onde o pesquisador analisa os dados coletados, identifica padrões, relações e tendências, e interpreta o significado das mensagens presentes no texto. Os resultados obtidos são então apresentados de forma clara e objetiva, com base nas categorias de análise previamente estabelecidas. (Bardin, 2011).

As categorias foram estabelecidas a priori com base nos objetivos traçados para o estudo, sendo para o primeiro artigo intitulado “Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Educação Continuada dos profissionais de saúde”, com base nas dimensões em que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estão inseridos, a saber: dimensão Ambiental, Social e Econômica, conforme serão apresentadas nos resultados.

Já para o segundo artigo intitulado “O conhecimento dessemelhante sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável dos profissionais de saúde”, as categorias foram estabelecidas a posteriori, sendo: Conhecimento heterogêneo sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável importantes mas invisibilizados.

Aspectos Éticos

O estudo foi construído segundo as orientações da resolução Nº 466/2012, que orienta sobre a pesquisa envolvendo seres humanos, e entre outros princípios trata da autonomia, não maleficência, beneficência e justiça. O pesquisador comprometeu-se a garantir o sigilo dos dados no sentido de preservar a privacidade dos sujeitos da pesquisa e das instituições envolvidas, e que os dados coletados foram utilizados exclusivamente para a destinação proposta através dos objetivos apresentados no projeto de pesquisa.

A fase de coleta de dados iniciou-se apenas após a anuência da Secretaria e aprovação do projeto no Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas. Após aprovação, foi iniciado o levantamento dos dados junto aos participantes, mediante explicitação dos objetivos e métodos da pesquisa aos sujeitos envolvidos e em seguida foram convidados a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, concordando com sua participação no estudo, garantindo-lhes sigilo de informações, anonimato, e a possibilidade de desistência em qualquer momento da pesquisa, se assim desejarem.

O convite aos participantes da pesquisa aconteceu mediante o envio de e-mail ou mensagens nos demais canais de comunicação digital com o objetivo de realizar uma apresentação prévia da pesquisa e para marcar data e local para realização da entrevista semiestruturada. As entrevistas foram pré-agendadas, e aconteceram de forma presencial.

Durante o processo da coleta de dados, as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas, a fim de auxiliar no processo de análise de dados, mediante o consentimento do participante por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Ressalta-se que os dados coletados serão armazenados de forma segura e confidencial, sob a guarda do pesquisador principal, por um período de 05 anos. Após esse período, os dados serão destruídos, garantindo a privacidade e a segurança das informações dos participantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nos objetivos do estudo, os resultados da dissertação serão apresentados através de dois artigos: 1. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Educação Continuada dos profissionais de saúde; 2. O conhecimento dessemelhante sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável dos profissionais de saúde.

Artigo 1: Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Educação Continuada dos profissionais de saúde.

The Sustainable Development Goals in the Continuing Education of Health Professionals.

RESUMO

Introdução: Em pauta, neste artigo elegemos a análise da presença dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável para alcance da Agenda 2030 nas Agendas de Educação na Saúde. O interesse no estudo dá-se no momento em que faltam apenas cinco anos para chegarmos em 2030 e como nos mostra a literatura esse assunto ainda é de desconhecimento de muitos e quando conhecido pouco aprofundado. **Objetivo:** Analisar se as Agendas de Educação na Saúde, publicadas no período de janeiro de 2022 a janeiro de 2024, contemplam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. **Métodos:** Trata-se de uma pesquisa documental, exploratória descritiva, de abordagem qualitativa. A pesquisa foi realizada nas Agendas de Educação na Saúde de domínio público, sendo os dados analisados de acordo com a análise de conteúdo de Bardin. Foram estabelecidas categorias a priori com base nas dimensões em que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estão inseridos, a saber: dimensão Ambiental, Social e Economia. **Resultados:** Quanto às dimensões, destaca-se a Social por apresentar o maior número de ações desenvolvidas, seguindo pela dimensão Ambiental, dando ênfase à questão da água potável e saneamento, a dimensão econômica não apresentou ações diretamente contempladas pelas Agendas de Educação na Saúde. **Conclusão:** A baixa institucionalização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para alcance da Agenda 2030 repercute na Educação Continuada dos profissionais levando a uma prática incipiente.

Descritores: Desenvolvimento Sustentável; Educação Continuada; Atenção Primária à Saúde.

ABSTRACT

Introduction: This article focuses on analyzing the presence of the Sustainable Development Goals within Health Education Agendas as a means to achieve the 2030 Agenda. The motivation for this study arises from the fact that only five years remain until the year 2030, and, as highlighted in the literature, this topic is still largely unknown or superficially understood by many. **Objective:** To analyze whether the Health Education Agendas published between January 2022 and January 2024 include the Sustainable Development Goals. **Methods:** This is a documentary, exploratory, and descriptive study with a qualitative approach. The research was conducted using publicly available Health Education Agendas, and the data were analyzed using Bardin's content analysis method. A priori categories were established based on the dimensions in which the Sustainable Development Goals are embedded, namely: Environmental, Social, and Economic dimensions. **Results and Discussion:** Among the dimensions, the Social dimension stood out for presenting the highest number of developed actions, followed by the Environmental dimension, with emphasis on the issue of clean water and sanitation. The Economic dimension did not present any actions directly addressed by the Health Education Agendas. **Conclusion:** The limited institutionalization of the Sustainable Development Goals for achieving the 2030 Agenda has repercussions for the Continuing Education of professionals, resulting in an incipient practice.

Descriptors: Sustainable Development; Continuing Education; Primary Health Care.

INTRODUÇÃO

A contribuição da educação na saúde é uma prática antiga e reconhecidamente valorosa para mudar e atualizar processos de trabalho, promover a construção da cidadania, capacitar os profissionais para desenvolver práticas que atendam as necessidades de saúde da população e instrumentalizar as pessoas para o cuidado de si.

Assim podemos constatar o desenvolvimento de ações educativas em saúde adotando diferentes estratégias, para públicos diversos com foco em alguma situação que se deseja produzir mudanças para melhorar os resultados. Exemplo disso, a Secretaria Municipal de Saúde, local em que realizou-se o estudo, conta com um programa de educação continuada por meio da Agenda de Educação na Saúde (AES), no qual são programados e realizados cursos e eventos sobre temas relevantes para os profissionais que atuam na Atenção Primária em Saúde.

Em pauta, neste artigo elegemos como objeto de análise a abordagem dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para alcance da Agenda 2030 na AES. O interesse no estudo dá-se no momento em que faltam apenas cinco anos para chegarmos em 2030 e como nos mostra a literatura esse assunto ainda é de desconhecimento de muitos de nós e quando conhecido pouco aprofundado.

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotada por 193 Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU), trata-se de um plano de ação global que abrange as dimensões ambiental, econômica e social do desenvolvimento sustentável, de forma integrada e inter-relacionada. Nessa Agenda, estão incluídos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), compostos por 17 objetivos e 169 metas de ação global para alcance até 2030 (Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030, 2019).

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável têm como eixos os cinco P: Paz, Pessoas, Planeta, Prosperidade e Parceria e como metas erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir que as pessoas alcancem a paz e a prosperidade. Fruto de um processo construído ao longo dos anos, os ODS devem ser assumidos pelos diferentes segmentos da sociedade, a saber: instituições, organizações, empresas privadas, academia, mídia e sociedade civil (ONU, 2015).

Os ODS representam um apelo global à ação para acabar com a pobreza (ODS 1) e a fome (ODS 2); promover a saúde e bem-estar (ODS 3); assegurar educação (ODS 4), igualdade de gênero (ODS 5) água potável e saneamento (ODS 6) e energia (ODS 7); promover o trabalho decente e o crescimento econômico (ODS 8), a indústria, a inovação e a infraestrutura (ODS 9); reduzir a desigualdade (ODS 10); promover cidades e comunidades sustentáveis (ODS 11); assegurar consumo e produção sustentáveis (ODS 12); agir contra a mudança climática (ODS

13); conservar a vida na água (ODS 14) e a vida terrestre (ODS 15); promover a paz, a justiça e instituições eficazes (ODS 16); e fortalecer parcerias para o desenvolvimento (ODS 17) (ONU, 2015).

Nesse estudo considerou-se como âncora o ODS 4 intitulado de Educação de Qualidade, tendo como declaração de missão “Garantir uma educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”, por tratar-se do exame dos ODS na educação continuada dos profissionais (IPEA, 2024).

Importante destacar que apesar da proposta dos ODS ser do ano de 2015, os mesmos não introduzem direitos inéditos, pois seus princípios já são assegurados pela legislação brasileira, desde a Constituição Federal de 1988, como o direito a saúde e educação (Silva, 2020).

O *Stockholm Resilience Centre* agrupa os Objetivos de Desenvolvimento em três eixos, de acordo com as dimensões do desenvolvimento sustentável. A dimensão Ambiental compreende os ODS: 6, 13, 14 e 15, abordando questões relacionadas ao ambiente saudável. Na dimensão Social estão contidos os ODS: 1, 2, 3, 4, 5, 7, 11 e 12, visando o desenvolvimento social. Os ODS 8, 9, 10 e 12 fazem parte da dimensão Econômica, e transversal a todos eles está o ODS 17 que tange sobre os meios de implementação e parcerias, conforme demonstrado na figura a seguir (SRC, 2017).

Figura 1 - Dimensões ODS.



Fonte: SRC, 2017.

Uma observação assistemática tem mostrado que desde a sua implementação em 2016 até os dias atuais, trabalhar com os ODS tem sido uma tarefa complexa pela falta de aprofundamento sobre o tema. Com apenas cinco anos restantes até a conclusão da Agenda 2030 surge a preocupação quanto à falta de destaque do tema, sendo pouco conhecido pela

sociedade e quando conhecido é de forma superficial. Destacamos também a quantidade reduzida de estudos que focam nos ODS no âmbito das ações educativas da APS. A difusão do conhecimento é fundamental para o sucesso de qualquer agenda global e os ODS ainda carecem de visibilidade e engajamento de todos os setores.

Em foco neste estudo, a AES tem sua trajetória a partir da Instrução Normativa N° 001/2022-ESAP/SEMSA. Essa Instrução define o procedimento para submissão de propostas relacionadas à Educação na Saúde nas modalidades de Educação Continuada e Educação Permanente para servidores, trabalhadores do SUS e afins no âmbito da Saúde, conforme procedimento estabelecido na Divisão de Ações Estratégicas de Educação na Saúde. A Escola de Saúde Pública (ESAP), é responsável pelo gerenciamento do processo de submissão das propostas que serão incluídas na Agenda de Educação na Saúde (Manaus, 2022).

Com base na IN os setores da Secretaria e instituições externas propõem ações educativas em saúde para os servidores a partir de sua observação da realidade e de sua expertise. Uma vez aprovadas pelo Conselho Consultivo a ação educativa e os eventos são realizados com apoio da gestão institucional.

Dessa forma, a Agenda de Educação na Saúde reúne todos os cursos e eventos ofertados aos profissionais da Secretaria Municipal de Saúde, com periodicidade semestral. O documento é divulgado antes dos inícios das atividades, proporcionando tempo hábil para os trabalhadores participarem das ações.

Nesse sentido, atendendo ao que propõe o ODS 4 - Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos, este estudo tem como objetivo: Analisar se as Agendas de Educação na Saúde da ESAP/SEMSA, publicadas no período de janeiro de 2022 a janeiro de 2024, contemplam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa documental, exploratória descritiva, de abordagem qualitativa que visa compreender a lógica interna de grupos, instituições, quanto a valores culturais e representações sobre sua história e temas específicos, processos históricos e sociais (Minayo, 2013).

A pesquisa foi realizada na AES de domínio público. Foram analisadas as seguintes agendas: Agenda Única de Educação na Saúde – 2º Semestre de 2022; Agenda de Educação na Saúde – 1º e 2º Semestres do ano de 2023; e Agenda de Educação na Saúde do 1º Semestre de 2024.

Como técnica de levantamento de dados foi realizada a análise de documentos, utilizando-se de um roteiro semiestruturado, a fim de subsidiar a extração de informações, mapeando as ações que caracterizam a abordagem dos ODS. O levantamento e análise documental se deu no período de Novembro de 2024 a Janeiro de 2025.

O artigo é parte da pesquisa de dissertação de Mestrado submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), aprovado sob o seguinte número de Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE): 84853924.0.0000.5020. Considerando que as informações estão publicadas no site da SEMSA: [Educação na Saúde - SEMSA](#), dispensando assim aprovação pelo CEP para esta etapa da pesquisa.

A coleta de dados deu-se inicialmente pela leitura na íntegra da Agenda Única de Educação na Saúde – 2º Semestre de 2022; Agenda de Educação na Saúde – 1º e 2º Semestres do ano de 2023; e Agenda de Educação na Saúde do 1º Semestre de 2024. Após leituras iniciais, os dados foram coletados e inseridos no instrumento de coleta (em anexo), com as informações iniciou-se o processo de análise.

Os dados foram analisados de acordo com a análise de conteúdo de Bardin, que consiste em um conjunto de técnicas de análise de comunicação, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo e das mensagens. Tais procedimentos são criteriosos e observáveis e colaboram significativamente para desvendar os conteúdos dos documentos (Bardin, 2011). Foram estabelecidas categorias a priori com base nas dimensões em que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estão inseridos, a saber: dimensão Ambiental, Social e Economia, conforme serão apresentadas nos resultados.

RESULTADOS

A Agenda de Educação na Saúde sistematiza, organiza e divulga os cursos e eventos de ensino ofertados a todos os profissionais da SEMSA, realizados nas modalidades presencial, virtual e híbrido. Como recorte do estudo, foram analisadas as agendas publicadas no período de janeiro de 2022 a janeiro de 2024, compreendendo o total de 4 Agendas, sendo a primeira referente ao segundo semestre do ano de 2022, apresentando 11 cursos; a 2º é direcionada ao primeiro semestre do ano de 2023, com um total de 23 cursos; a 3º referente ao segundo

semestre de 2023 possui 21 cursos e 04 Eventos de Ensino; por fim, a Agenda do primeiro semestre de 2024 é composta por 15 cursos e 05 Eventos de Ensino.

Os resultados estão apresentados por dimensões, a saber: dimensão ambiental (Quadro 1) e dimensão social (Quadros 2, 3 e 4). A dimensão econômica não foi alcançada pela Agenda de Educação na Saúde. A dimensão social foi estratificada por grupo de ODS a saber Quadro 2 - ODS 2; Quadro 3 - ODS 3; Quadro 4 - ODS 10 e 16.

Considerando que as AES não fazem relação com os ODS, foi atribuído pelo pesquisador o ODS que tinha relação com a ação realizada. Assim, o curso sobre Resíduos de serviços de saúde e qualidade do ar, foi considerado como uma meta do ODS 6 e 13, como pode ser visto no quadro 1. Tal procedimento foi realizado para todas as ações dos cursos atribuindo-se um ODS correspondente.

Dimensão Ambiental

Na dimensão Ambiental estão inclusos os ODS 06 - Água potável e saneamento; ODS 13 - Ação contra a mudança global do clima; ODS 14 - Vida na água e ODS 15 - Vida terrestre. Com base na análise das Agendas de Educação na Saúde, o quadro a seguir mostrará como os ODS estão contemplados nos cursos e eventos ofertados.

Quadro 1 – Relação dos cursos com foco na Dimensão Ambiental (ODS 6, 13 e 15).

Curso/Evento	Público-alvo	Conteúdo	ODS
Curso - Resíduos de serviços de saúde e qualidade do ar (Agenda 2023/1).	Gestores e servidores da área de administração de estabelecimentos de saúde.	Legislação sanitária sobre resíduos de serviços de saúde; água; qualidade do ar; Síndrome do edifício doente; riscos relacionados aos RSS; Plano de Gerenciamento de RSS.	ODS 6 e 13.
Curso - Aperfeiçoamento em Vigilância Sanitária.	Profissionais da Vigilância Sanitária e áreas correlatas.	Saúde e meio ambiente; atuação da vigilância sanitária; controle sanitário; instituição do Código Sanitário.	ODS 13 e 15.

Fonte: Manaus, 2023.

Dimensão Social

A dimensão social reúne os ODS 1, 2, 3, 4, 5, 7, 11 e 16, abordando questões como combate à pobreza e a fome; promoção da saúde, educação e igualdade de gênero; paz, justiça e instituições eficazes.

O Quadro 2 apresenta os cursos e eventos oferecidos que propõe trabalhar com a redução da fome, o público a quem a ação é direcionada, o conteúdo programático e o ODS em pauta.

Quadro 2 - Relação dos cursos com foco na Dimensão Social (ODS 2).

Curso/Eventos	Público-alvo	Conteúdo	ODS
Curso - Implantação e implementação da Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil nas unidades de saúde	Profissionais de saúde	Alimentação infantil, vigilância nutricional, aleitamento materno, alimentação complementar saudável e aconselhamento.	ODS 2
Curso - Formação e atualização de tutores na Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil	Profissionais de saúde	Aleitamento materno e alimentação complementar saudável.	ODS 2
Curso - Implantação da Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil	Profissionais de saúde	Fatores culturais e sociais que afetam a alimentação infantil.	ODS 2
Curso - Aproveitamento sócio-nutricional dos alimentos desperdiçados na região norte	Profissionais de saúde	Desperdícios alimentares, alimentos comestíveis e não comestíveis, e seus impactos socioeconômicos.	ODS 2
Curso - Ampliação da implantação da agenda Proteger e Cuidar	Enfermeiros, Assistentes sociais e Médicos	Alimentação e nutrição.	ODS 2
Curso - Capacitação de nutricionistas para atuação na atenção primária à saúde	Nutricionistas	Vigilância Alimentar e Nutricional (VAN).	ODS 2

Fonte: Manaus, 2022; Manaus, 2023; Manaus, 2024.

Proposto pelo 3º ODS, os cursos e eventos que visam a garantia de uma vida saudável e a promoção do bem-estar também estão no foco dessa categoria. O Quadro 3 apresenta os cursos/atividades, o público-alvo, conteúdo programático e o ODS associado.

Quadro 3 – Relação dos ODS com foco na Dimensão Social (ODS 3).

Curso/Atividade	Público-alvo	Conteúdo	ODS 3
Curso - Saúde da Mulher	Profissionais de saúde	Prevenção do câncer de colo de útero, planejamento reprodutivo	ODS 3
Curso - Inserção de DIU	Médicos clínicos da APS	Inserção de DIU, planejamento familiar	ODS 3

Curso - Formação de Gestantes	Profissionais da saúde	Sentimentos na gravidez, sinais de parto, cuidados com o recém-nascido	ODS 3
Curso - Pré-natal	Médicos e enfermeiros	Riscos gestacionais, manejo das intercorrências, sífilis, COVID-19	ODS 3
Oficina - Aleitamento materno	Profissionais da saúde	Amamentação e o Desenvolvimento Infantil	ODS 3
Curso - Saúde da Criança	Profissionais da saúde infantil	Doenças comuns, AIDIP, prevenção de doenças	ODS 3
Curso - Transtornos do Sono na Infância	Profissionais de saúde infantil	Prevenção e tratamento dos transtornos do sono	ODS 3
Curso - Prevenção Combinada (HIV)	ACS, técnicos de enfermagem	Cenário do HIV, prevenção combinada	ODS 3
Curso - Infecções transmissíveis	ACS e AES	Prevenção e controle das IST, HIV/AIDS, hepatites virais; ODS e Agenda 2030	ODS 3
Curso - Manejo de sífilis e IST.	Enfermeiros e médicos	Cenário epidemiológico, transmissão e fluxo de atendimento.	ODS 3
Curso - Agenda Proteger e Cuidar	Profissionais da saúde	Direitos legais, cuidados com adolescentes, ISTs, HIV/AIDS	ODS 3
Curso - Infecções transmissíveis	ACS e AES	Prevenção e controle das IST, HIV/AIDS, hepatites virais; ODS e Agenda 2030	ODS 3
Curso - Profilaxia Pré e Pós-Exposição.	Médicos, enfermeiros, farmacêuticos	Profilaxia contra HIV	ODS 3
Curso - Manejo HIV	Profissionais da saúde	Cenário do HIV/Aids; Avanços e desafios do manejo de PVHA na APS; Fluxo de atendimento, manejo clínico e seguimento da PVHA.	ODS 3
Curso - Atendimento Antirrábico	Médicos e enfermeiros	Tratamento de raiva, esquemas vacinais, vigilância	ODS 3
Curso - Teleconsultoria	Diversos profissionais	Tele-atendimento a tuberculose	ODS 3

em Tuberculose			
Curso - Atualização em Vigilância de Zoonoses	Profissionais de saúde	Vigilância em doenças zoonóticas	ODS 3
Capacitação - Esporotricose humana	Profissionais da saúde	Atendimento à esporotricose humana.	ODS 3
Aperfeiçoamento em Gestão Farmacêutica	Profissionais da farmácia	Hanseníase, tuberculose, profilaxia PREP	ODS 3
Curso - Malária na APS	Profissionais da saúde	Epidemiologia, etiologia, quadro clínico e tratamento	ODS 3
Curso - Doenças Crônicas	Profissionais da saúde	Acompanhamento de doenças crônicas (DM, HAS)	ODS 3
Atualização - Diabetes	Profissionais da APS	Rastreamento, complicações e manejo.	ODS 3
Curso - Saúde Mental Indígena	Gestores e profissionais SEMSA	Prevenção ao suicídio, uso abusivo de substâncias	ODS 3
Curso - Saúde Mental	Profissionais de saúde	Atendimento a transtornos mentais e uso de substâncias	ODS 3
Treinamento - Manejo clínico para desregulação emocional e risco ao suicídio.	Profissionais de saúde	Transtornos mentais e comportamentos de risco.	ODS 3
Capacitação em psiquiatria.	Médicos	Panorama, diagnóstico, exames e tratamento.	ODS 3
Curso – Vacinação	Equipe de enfermagem	Calendário de vacinação, redes de frio, precauções	ODS 3
Atualização - Vacinas para pessoas vivendo com HIV.	Profissionais da saúde	Situação epidemiológica do HIV/AIDS; Importância da imunização e da busca ativa de fáltosos.	ODS 3
Curso - Saúde da População LGBTI+	Diversos profissionais	Acolhimento, direitos à saúde, violência, especificidades	ODS 3

Fonte: Manaus, 2022; Manaus, 2023; Manaus, 2024.

Em relação a Agenda de Educação na Saúde e o alcance do ODS 4, o curso 04 e 05, da Agenda de 2022/2, propostos pela Diretoria de rede pré-hospitalar móvel e sanitária, sendo o

4º denominado “SAMUCAST”, onde os temas: políticas ministeriais aplicadas a urgência e emergência; prática baseada em evidência; práticas avançadas para a enfermagem; trauma: prevenção, evento e recuperação, transfusão sanguínea; clínica: reanimação cardiopulmonar, infarto agudo do miocárdio e entre outros foram abordados em episódios mensais através de *podcasts* (AES, 2022).

Já o 5º curso chamado de “SAMUZINHO”, teve a proposta de levar aos alunos de Escolas Municipais de Manaus assuntos como: Conhecendo o SAMU; Cadeia de sobrevivência pré-hospitalar para PCR; Reconhecendo Acidente Vascular Cerebral, visita a central e uma base do SAMU. Válido ressaltar que dentro do ODS 4 - Educação de qualidade, sua meta 4.7 propõe garantir aos alunos conhecimentos e habilidades em diversas áreas, proposta atingida através desses cursos (AES, 2022).

Por fim, o quadro 4 compromete-se em apresentar os cursos e eventos de ensino, público-alvo, conteúdo e meta que pretende-se alcançar em relação a igualdade de gênero, promoção da paz, justiça e instituições eficazes.

Quadro 4 – Relação dos ODS com foco na Dimensão Social (ODS 10 e 16).

Curso/Evento	Público-alvo	Conteúdo	ODS
Curso – Capacitação sobre Infecções	ACS e AES	Prevenção e controle das IST, AIDS e hepatites virais, abordando o SUS, saúde das populações vulneráveis e políticas de saúde.	ODS 10
10º Curso – Sexualidade	Enfermeiros, Assistentes sociais e Médicos.	Sexualidade, saúde bucal, violência, uso de drogas, gravidez na adolescência, ISTs, HIV e hepatites virais.	ODS 10 e ODS 16
11º Curso - Saúde Infantil	Profissionais da saúde	Oficina sobre a implementação da estratégia de Atenção Integrada às Doenças Prevalentes na Infância, com foco na prevenção de doenças comuns em crianças e violência.	ODS 16
Evento de Ensino 05 - Sistema Prisional	Profissionais de saúde	Palestras sobre a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade (PNAISP), diagnóstico e tratamento de agravos no sistema prisional.	ODS 10 e ODS 16.
7º Curso - População LGBTQIAPN+.	Profissionais de saúde	Curso sobre acesso e cuidado em saúde à população LGBTQIAPN+ na Atenção Primária à Saúde (APS)	ODS 10 e ODS 16.

Fonte: Manaus, 2022; Manaus, 2023; Manaus, 2024.

Dimensão econômica

A dimensão econômica compreende os ODS: Trabalho decente e crescimento econômico (8), Indústria, inovação e infraestrutura (9), Redução das desigualdades (10) e Consumo e produções responsáveis (12). Como já citado, nessa categoria não foram encontrados cursos/atividades contemplados pelas Agendas de Educação na Saúde, apesar de entender que os ODS são transversalizados, como será apresentado na discussão.

DISCUSSÃO

Neste quesito, serão discutidos os cursos e eventos das AES e sua relação com os ODS e metas pertinentes, ainda que as ações não tenham buscado essa aproximação.

Os ODS, construídos pelos 193 países referendados pela ONU em 2015 como parte da Agenda 2030, fornecem uma visão holística sobre desenvolvimento sustentável, trabalhando com saúde, educação, igualdade de gênero, trabalho digno entre outros. Para que os ODS sejam eficazmente aplicados, é necessário que suas metas e indicadores sejam integrados de forma transversal às diversas ações do governo. No caso específico da Secretaria em questão, é fato que os ODS estão sendo trabalhados nas ações educativas, mas de forma isolada, refletindo uma falta de uma estratégia mais robusta e integrada.

Dimensão Ambiental

A Dimensão Ambiental compreende os ODS: Água potável e saneamento (6), Ação contra a mudança global do clima (13), Vida na água (14) e Vida terrestre (15), que realizam a aproximação com as questões ambientais contidas na Agenda 2030, abordando a água potável e saneamento, ações contra a mudança global do clima, vida na água e terrestre (ONU, 2025).

Dentre os Objetivos contidos nessa dimensão, aquele em que a Secretaria dá mais ênfase e é possível visualizar dentro das ações educativas corresponde a Gestão sustentável da água e saneamento para todos. A importância da água potável e saneamento - ODS 6, é indiscutível para o bom andamento da saúde, o Censo Demográfico 2010 registrou um total de 460.844 domicílios em Manaus, desses, 75,49% eram abastecidos com água pela rede geral de abastecimento, 23,70% por poço ou nascente dentro ou fora da propriedade e 0,81% por outras formas de abastecimento de água. Vale ressaltar que as águas poluídas por esgoto doméstico causam hepatites, diarreias, verminoses, cólera, infecções intestinais, alergias, doenças da pele, poliomielite, amebíase dentre outras doenças que afetam a população e sobrecarregam os sistemas de saúde (IBGE, 2010).

A água é, indiscutivelmente, um dos elementos essenciais para a manutenção da saúde pública. Esse contexto evidencia a importância do ODS 6, que enfatiza a necessidade de garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos. A qualidade

da água potável é um fator crucial para o funcionamento adequado da saúde humana, e qualquer falha nesse fornecimento pode ter consequências dramáticas para a população, como ilustrado pelos resultados apresentados (Manaus, 2018).

A destinação inadequada do lixo é outro problema ambiental significativo, com impactos diretos na saúde da população (pública). A presença de criadouros de roedores e insetos, gerados pelo lixo mal administrado, facilita a transmissão de doenças infecciosas. O abandono do lixo em terrenos baldios pela população e o seu descarte através de queimadas contribuem para a proliferação de vetores, além de prejudicar o ambiente urbano, colocando em risco a saúde da população. A importância da gestão correta dos resíduos e do saneamento é um ponto central nas estratégias de promoção de saúde e na prevenção de doenças associadas ao ambiente (Manaus, 2018).

Dada suas consequências para a saúde da população é possível compreender a preocupação com o ambiente como um espaço de produção das doenças quando não devidamente cuidado. Nesse sentido, é fundamental a importância da educação em saúde, na tentativa de lidar com essas questões. O terceiro curso da AES 2023/1, aborda a legislação sanitária relacionada a resíduos de serviços de saúde e à qualidade do ar, temas de elevada importância para promover ambientes mais seguros e menos propensos à transmissão de doenças. O conteúdo programático do curso, que inclui o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) e as legislações sobre a qualidade do ar, está ligado com as metas globais do ODS 3 (redução das mortes por contaminação do ar, água e solo) e do ODS 6 (garantia de qualidade da água), meta 6.3, além de reforçar a importância do ODS 13, que trata da ação contra as mudanças climáticas e suas implicações no ambiente, meta 13.3 (ONU, 2015).

Sobre a questão dos resíduos dos serviços de saúde, conteúdo abordado pelos cursos voltados a dimensão ambiental, a Agenda Global Hospitais Verdes e Saudáveis destaca que: Infelizmente, a gestão dos resíduos de saúde ainda é escassamente financiada e implementada. As propriedades tóxicas e infectantes combinadas dos resíduos serviços de saúde representam uma ameaça para a saúde pública e meio ambiente que tem sido subestimada (AGHVS, 2021, p. 14).

Ao refletir na perspectiva do setor saúde, é importante ressaltar que a gestão dos resíduos provenientes dos serviços de saúde é um problema estrutura que influencia diretamente na saúde coletiva e ambiental. A seleção de temas como esse é de grande relevância, com potencial de formar profissionais que saibam de suas funções institucionais e sistêmicas, contribuindo para práticas cada vez mais sustentáveis.

Nessa perspectiva, Barboza et al. (2022), reforça que o setor saúde promove impactos consideráveis tanto na dimensão ambiental quanto na saúde pública e ainda se mostra defasado em relação a outros setores da sociedade comparados com o desenvolvimento sustentável. Esse cenário está relacionado ao elevado consumo de recursos naturais, produtos e tecnologias pelos serviços de saúde. Mediante a isso, tem crescido a preocupação dentro da própria área, motivando a formulação de normativas por parte de órgãos governamentais e entidades representativas, visando à incorporação de práticas ambientalmente responsáveis no dia a dia. Os autores ainda destacam que a implementação de medidas sustentáveis no setor pode começar por ações simples, mas que geram efeitos significativos na preservação ambiental.

Dimensão Social.

No que tange a Dimensão Social, pode-se afirmar que é a mais presente, fator que pode ser associado a ser dentre as dimensões a que mais agrupa ODS e o cenário da pesquisa ser uma Secretaria de Saúde, que tem no ODS 3 uma expressiva quantidade de ações que vão ao encontro das metas globais. Estão incluídos nessa dimensão os ODS: Erradicação da pobreza (ODS 1); Fome zero e agricultura sustentável (ODS 2), Saúde e bem-estar (ODS 3), Educação de qualidade (ODS 4), Igualdade de gênero (ODS 5), Energia limpa e acessível (ODS 7), Cidades e comunidades sustentáveis (ODS 11) e Consumo e produções responsáveis (ODS 12). *ODS 2 – Fome zero e agricultura sustentável.*

Os cursos descritos no Quadro 2 têm como objetivo central fortalecer a capacitação dos profissionais de saúde em temáticas diretamente relacionadas à promoção da alimentação saudável, prevenção da desnutrição e combate ao desperdício alimentar. Esses objetivos estão alinhados com as metas do ODS 2, que visa: erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar e a melhoria da nutrição, e promover a agricultura sustentável (ONU, 2015). A inserção de temáticas como alimentação infantil, desperdício de alimentos e práticas culturais e sociais de alimentação dentro dos cursos oferecidos reflete uma abordagem holística, que é essencial para enfrentar as complexas questões de nutrição e de saúde pública.

O Curso de Implantação e Implementação da Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil nas Unidades de Saúde do município, tem destaque por observar a alimentação infantil e o aleitamento materno, que são fundamentais na promoção da saúde desde os primeiros anos de vida. A capacitação de profissionais nesse campo é essencial para garantir que práticas adequadas de amamentação e alimentação complementar sejam discutidas e implementadas. Esses cursos contribuem diretamente para a meta 2.2 do ODS 2, que busca erradicar a desnutrição, visto que a nutrição infantil nos primeiros anos de vida tem importância

permanente na saúde das crianças, prevenindo a desnutrição e suas consequências (ONU, 2015).

Nesse sentido, destaca-se também o curso sobre o Aproveitamento Sócio-Nutricional dos alimentos desperdiçados na Região Norte, que é particularmente importante no contexto amazônico, tendo em vista que é fundamental atuar na redução de desperdício de alimentos e das desigualdades socioeconômicas. Ao dialogar sobre as questões do desperdício e destacar a diferença entre alimentos comestíveis e não comestíveis, o curso busca conscientizar e capacitar os profissionais da saúde para um melhor aproveitamento dos alimentos, contribuindo para a redução da fome e melhorando o acesso à alimentação nutritiva. O curso se alinha à meta 2.1 do ODS 2, ao buscar maneiras de garantir que mais pessoas tenham acesso a alimentos adequados, particularmente em uma região tão afetada por desafios socioeconômicos.

O Curso de Ampliação da Implantação da Agenda Proteger e Cuidar é outro exemplo da estratégia de capacitação profissionais, focado em enfermeiros, assistentes sociais e médicos, que desempenham papéis fundamentais na Atenção Primária à Saúde. Ao capacitar esses profissionais para atuar com questões de alimentação e nutrição em sua prática diária, o curso fortalece a rede de apoio à população, com foco na prevenção de doenças relacionadas à alimentação inadequada e na promoção da saúde, caminhando na direção das metas 2.1 e 2.2 do ODS 2.

Ao se pensar no contexto global e local, esses cursos representam uma ação estratégica no enfrentamento dos desafios nutricionais e alimentares, principalmente relacionados à erradicação da fome e da desnutrição, áreas em que o Brasil ainda enfrenta desigualdades significativas. As metas do ODS 2 são ambiciosas, mas é somente através dessas ações, como o fortalecimento das capacitações de profissionais do setor saúde e a implementação de práticas alimentares adequadas e sustentáveis, que se pode vislumbrar o alcance de um sistema alimentar mais justo e equitativo.

ODS 3 – Saúde e bem-estar.

Quanto à abordagem do ODS 3, os resultados indicam que os cursos tratam áreas essenciais da saúde pública, como por exemplo: as doenças transmissíveis, saúde materna e infantil, saúde mental e saúde reprodutiva, representando um esforço significativo para alinhar a capacitação dos profissionais com as metas globais/nacionais da Agenda 2030 (ONU, 2015). Os cursos sobre Infecções Transmissíveis, Vacinação, Prevenção Combinada (HIV) e Teleconsultoria em Tuberculose representam um movimento estratégico em direção à redução das doenças transmissíveis, proposta da meta 3.3 do ODS 3, que visa combater epidemias de infecções como HIV/AIDS, tuberculose e hepatites virais (ONU, 2015).

A capacitação dos profissionais de saúde da APS, é fundamental para a disseminação de estratégias de prevenção e controle. Estes cursos não só oferecem atualização técnica, mas também proporcionam um impacto direto no dia a dia, fortalecendo a comunicação e o aconselhamento.

A redução da mortalidade materna e infantil, contemplada pelo ODS 3, referidas nas metas 3.1 e 3.2 respectivamente, estão presentes nos cursos de Formação de Gestantes, Pré-natal, Saúde da Mulher e Inserção de DIU, preparando os profissionais para oferecer cuidados mais eficazes a gestantes, recém-nascidos e mulheres em idade fértil. Há destaque para o manejo de riscos gestacionais, cuidados com o recém-nascido e a prevenção de complicações durante a gestação e o parto, que contribuem diretamente para a redução das taxas de mortalidade materna e infantil. Soma-se a isso a capacitação em Inserção de DIU, sendo fundamental para o fortalecimento da saúde reprodutiva, ao garantir que as mulheres tenham acesso a métodos anticoncepcionais modernos e eficazes, alcançando a meta 3.7 do ODS 3, que visa garantir o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva (ONU, 2015).

O Curso de Saúde da Criança, ao destacar as doenças comuns e práticas preventivas, atua diretamente na redução da mortalidade infantil, conforme a meta 3.2. Fornecer aos profissionais de saúde as ferramentas necessárias para lidar com doenças comuns e complicações da infância, o curso contribui diretamente para um olhar integral, preventivo e proativo na saúde infantil.

A saúde mental brasileira compreende um desafio de saúde pública, marcado principalmente pela alta prevalência de transtornos mentais e a disparidade no acesso aos serviços de saúde (Barreto et al., 2025). Os cursos voltados para Saúde Mental Indígena, Saúde Mental e Saúde do Trabalhador refletem um esforço na inclusão de populações vulneráveis e na abordagem de transtornos mentais.

Como exemplo, o curso de Saúde Mental Indígena destaca a importância de práticas culturais para o atendimento à população. A capacitação engloba a prevenção do suicídio e o uso abusivo de substâncias nas comunidades, contribuindo diretamente no alcance da meta 3.4 do ODS 3, que alcança a promoção da saúde mental e no enfrentamento de problemas relacionados ao uso de substâncias (ONU, 2015).

O tema Saúde da População LGBTI+ é contemplado no aperfeiçoamento em Gestão Farmacêutica e entre outros direcionados para grupos específicos, evidenciam a crescente preocupação com a equidade em saúde. O curso aborda o acolhimento, respeito aos direitos à saúde da população e as dificuldades no acesso a serviços de saúde adequados, refletindo a meta 3.3 e 3.8 do ODS 3, que tem como objetivo garantir o acesso universal e equitativo aos serviços de saúde.

ODS 4 – Educação de qualidade.

No que tange ao ODS 4 e o alcance da educação inclusiva, equitativa e de qualidade, promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos, reflete que o município de Manaus presencia o aumento das demandas da população, direcionadas a excelência no atendimento, reestruturação otimizada da rede física e a melhoria dos processos educacionais, nesse sentido, com objetivo pensar e propor um redimensionamento para intervenções que venham enfrentar essas novas demandas, a SEMSA em 2018 elaborou a proposta de redimensionamento das ações de educação na área da saúde com a criação da Escola de Saúde Pública de Manaus – ESAP/Manaus, de forma a qualificar melhor os trabalhadores do SUS (Manaus, 2018).

A capacitação contínua dos servidores de saúde é essencial para a oferta de serviços de excelência, atrelados às necessidades da população e às políticas públicas do SUS. A implementação da Política Municipal de Educação Permanente em Saúde (PMEPS) destaca-se como um marco na evolução das práticas educativas da SEMSA, promovendo a integração entre aprender e ensinar no cotidiano dos serviços. Esse modelo de educação no trabalho é fundamental para garantir que os profissionais estejam constantemente atualizados e preparados para atender às demandas de saúde (Manaus, 2022).

Destaca-se que a criação da ESAP promove o compromisso com a formação qualificada e a integração ensino-serviço-comunidade. Tais iniciativas contribuem diretamente para o alcance das metas globais, especialmente o ODS 4, que visa garantir educação de qualidade para todos. A meta 4.7 que busca fornecer aos alunos conhecimentos e habilidades em áreas fundamentais, é aproximada através de cursos como o “SAMUCAST” e “SAMUZINHO”, que abordam temas como urgência e emergência e saúde pública (AES, 2022).

O “SAMUCAST” e o “SAMUZINHO” demonstram como a educação em saúde pode ser acessível a diferentes públicos, envolvendo profissionais e estudantes, ampliando o conhecimento sobre a cadeia de sobrevivência e os serviços de urgência e emergência. Esses cursos têm o potencial de melhorar a resposta à saúde pública e ao mesmo tempo em que asseguram a execução das políticas públicas de saúde, alinham-se ao ODS 4 e à formação de uma força de trabalho de saúde mais bem preparada e capacitada.

Ainda no campo educacional, ressalta-se uma lacuna significativa no que tange a oferta de ações formativas que capacitem os profissionais para desenvolver práticas educativas, muitos até desenvolvem as ações, mas sem um preparo específico. Nesse sentido, é primordial investir na realização de processos formativos com foco na dimensão educativa do trabalho em saúde.

Ainda na dimensão Social, quanto a igualdade de gênero, redução das desigualdades, paz, justiça e instituições eficazes, apresentam uma série de cursos e eventos realizados com o objetivo de promover a inclusão e a redução das desigualdades, particularmente alinhados com os ODS 5 (igualdade de gênero), ODS 10 (redução das desigualdades) e o ODS 16 (paz, justiça e instituições eficazes) (ONU, 2015).

ODS 10 – Redução das desigualdades e ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes.

O Curso sobre Infecções Transmissíveis para Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Endemias (AES) destaca a importância de fortalecer o controle de doenças como AIDS, hepatites virais e outras Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's) em populações vulneráveis. Ao abordar em seu conteúdo o SUS e as políticas públicas e de saúde, o curso vai ao encontro do ODS 10, promovendo o acesso à informação e cuidados de saúde.

O Curso sobre Sexualidade é outro exemplo de como a educação em saúde pode contribuir para a diminuição das desigualdades e para promover os direitos à saúde. A abordagem integrada da violência, uso de drogas, gravidez na adolescência e IST's com foco específico na sexualidade, aproxima-se ao ODS 10, promovendo a conscientização e o cuidado de grupos vulneráveis. A inclusão do ODS 16 neste curso destaca a importância da promoção de um ambiente seguro e justo, combatendo toda e qualquer forma de violência (ONU, 2015). Além disso, o curso de Saúde Infantil, para profissionais de saúde, aborda a implementação da estratégia de Atenção Integrada às Doenças Prevalentes na Infância (AIDPI), destacando a prevenção da violência infantil, abordado pelo ODS 16, meta 16.2, sendo fundamental para promover um ambiente seguro e saudável para as crianças, estabelecendo uma base sólida para o desenvolvimento saudável e a redução das desigualdades (ONU, 2015).

O Evento de Ensino sobre o Sistema Prisional, ao tratar da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade (PNAISP), do diagnóstico e do tratamento de agravos no sistema prisional, compreende o ODS 10, meta 10.2 empoderando e promovendo a inclusão social, meta 10.3 garantindo a igualdade de oportunidades e ODS 16, meta 16.1 reduzindo as formas de violência, destaca a importância de promover cuidados de saúde adequados para a população carcerária. Garantir acesso a cuidados de saúde adequados dentro do sistema prisional contribui para a redução das desigualdades e fortalece as instituições de saúde.

Já o Curso voltado para a População LGBTQIAPN+ na APS reflete uma abordagem inclusiva e integral, de acordo com os ODS 10 e 16. Garantir o acesso e cuidado em saúde para a população é uma medida essencial para a redução das desigualdades, promover o respeito à

diversidade e a construção de ambientes de saúde acolhedores e seguros para todos. A garantia do amparo à saúde é uma prerrogativa de todo cidadão (Brasil, 1998).

Dimensão Econômica.

A dimensão econômica, conforme referido nos resultados, é composta por quatro ODS, abordando questões como o trabalho, indústrias, infraestrutura, redução das desigualdades, consumo e produção responsável. Embora esses ODS não apareçam diretamente nas ações presentes nas AES, pode-se reconhecer que seus princípios estão atrelados transversalmente aos demais objetivos.

Pode-se citar, por exemplo, que o ODS 10 - Redução das desigualdades é atingido e incorporado quando é feita a abordagem ao combate à pobreza (ODS 1) e à fome (ODS 2). Dessa forma, mesmo quando não citados, os Objetivos da dimensão econômica se manifestam nas práticas e discursos voltados à garantia de direitos, equidade e justiça social, revelando uma interdependência entre as dimensões social, ambiental e econômica no alcance da Agenda 2030. Em síntese nessa dimensão não foram identificados cursos/eventos, entretanto os mesmos são alcançados pelo caráter indivisível e articulador entre os ODS.

Ao analisar as AES e sua relação com os ODS, algumas questões precisam ser evidenciadas: muitas instituições e profissionais da saúde seguem priorizando políticas e práticas de gestão centradas apenas na doença e nos gastos associados, negligenciando sua responsabilidade socioambiental. Entretanto, não podemos mais negligenciar o futuro do planeta, pois isso afeta a todos (Furukawa, 2023). Nesse sentido, é fundamental que o setor saúde passe a empregar práticas mais sustentáveis (Gordon, 2020).

Furukawa (2023), destaca que os serviços de saúde podem e devem contribuir para o alcance dos ODS. Além da saúde e bem-estar, ODS 3, os demais ODS abrangem a melhoria da nutrição e o estímulo à agricultura sustentável; educação de qualidade inclusiva e equitativa, bem como promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos; além de promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres (ONU, 2015).

Através dos resultados foi possível demonstrar que as AES desenvolvem cursos e ações que vão ao encontro do que se propõe os ODS, mesmo sem citá-los. Por ser do segmento saúde as ações estão mais voltadas para o ODS 3, ainda que dada a característica dos ODS, este objetivo é transversalizado pelos demais. Há destaque positivo também para os ODS 2, 6, 10 e 16, que estão contemplados nas ações educativas desenvolvidas pela Secretaria, apesar de não serem citados diretamente, seus conteúdos estão contemplados pelos cursos e eventos de ensino direcionados aos profissionais.

Quanto às dimensões, destaca-se a Social por apresentar o maior número de ações desenvolvidas, seguindo pela dimensão Ambiental, dando ênfase à questão da água potável e saneamento, como já citado, a dimensão econômica não apresentou ações diretamente contempladas pelas AES.

A oferta de uma variedade de cursos para os profissionais de saúde é um aspecto positivo, pois permite que eles se tornem protagonistas no alcance das metas da Agenda 2030. A capacitação contínua desses profissionais contribui não apenas para a melhoria do atendimento à população, mas também para a incorporação de práticas sustentáveis, justiça social e promoção da saúde de forma integrada, fundamentais para a concretização dos ODS.

Por outro lado, destaca-se que apesar dos conteúdos dos cursos serem contemplados pelos ODS, somente quem possui algum conhecimento prévio consegue fazer a relação dos cursos/eventos com as metas globais/nacionais. A ausência da institucionalização dos ODS colabora para que não fique evidente se o trabalho está sendo feito em cima de metas do Ministério da Saúde ou se tem relação com a Agenda 2030.

Um estudo realizado na região norte do país, já destacava em 2020 que: “A institucionalização dos ODS revela-se como um grande desafio a ser enfrentado pelos estados e municípios brasileiros” (Silva, 2020, p. 42435). O que colabora com os achados do estudo, haja vista que apesar de estarem presentes nos conteúdos, com exceção do PPA 2022, os demais documentos e as próprias AES não fazem essa articulação direta com os ODS.

O mesmo estudo elenca alguns desafios que precisam ser enfrentados vislumbrando o alcance dos objetivos da Agenda 2030, sendo o primeiro deles a efetiva incorporação dos ODS na cultura organizacional da Administração Pública estadual, salientando a importância de os gestores públicos oportunizarem projetos alinhados aos ODS (Silva, 2020). Considera-se que tais desafios também estão relacionados ao âmbito municipal, foco do presente estudo.

Nessa perspectiva, o Plano Plurianual, com vigência para 4 anos, é uma ferramenta essencial de planejamento que promove a continuidade e a efetividade das ações do governo (Manaus, 2021). Em 2022, o PPA mencionou a necessidade de integrar as ações da saúde com as metas dos ODS, mas, como observado, a falta de direcionamento específico demonstrado na Agenda de Educação em Saúde pode enfraquecer esse processo. O sucesso dessa proposta depende da clareza nas diretrizes e na definição de responsabilidades dentro dos diferentes setores, algo que não se concretiza quando não há uma abordagem coordenada e estruturada. A falta de uma mesma linguagem nos documentos oficiais da Secretaria deixa várias questões pendentes. Sabe-se que de forma intencional ou não, há realização de cursos, ações e programas que caminham ao lado das metas nacionais, entretanto, não se sabe se as ações são

trabalhadas de formas isoladas/conscientes, relacionadas a algum programa ou se de fato existe uma ligação direta com a proposta dos ODS. O que se observa também é que a maioria dos ODS estão contemplados na Agenda podendo ora serem associados a algumas metas diretamente, o que lhes confere um caráter potencializador entre si. Isso, segundo Silva (2020), pode ser atribuído ao fato de que os direitos previstos pelos ODS já estão assegurados desde a Constituição Federal de 1988.

O que há de novo, por se tratar de um pacto global os países não devem se ver em sua delimitação territorial, mas entender que não estamos sozinhos no mundo, que os agravos sobre as pessoas e o planeta afetam a todos independente do estágio de desenvolvimento, ainda que reconheçamos as consequências das desigualdades sociais.

Reconhecendo que a educação sobre os ODS é um alicerce fundamental para que os profissionais da saúde contribuam ativamente para o alcance das metas, é necessária a abordagem crítica da educação para criar a transformação almejada, para que os profissionais tenham formação sobre os ODS que capacite para a ação, quer ao nível da investigação, quer ao nível da prática, quer ao nível das políticas (Fields, 2022)

Para que essa pauta aconteça, será necessária uma mobilização sem precedentes do conhecimento global/nacional em vários setores e regiões para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Governos, organizações internacionais e nacionais, empresas privadas, instituições acadêmicas e sociedade civil terão que colaborar para identificar os caminhos essenciais para o sucesso, unindo conhecimentos técnicos e representação democrática (Sachs, 2012).

Durante a pandemia de COVID-19, foi evidenciado um aumento significativo de indivíduos sem acesso a tratamentos e serviços de saúde. As desigualdades globais foram agravadas, impactando de forma devastadora grupos mais vulneráveis e empurrando centenas de milhões de pessoas para a pobreza extrema (Shulla, 2021). Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram postos à prova e, infelizmente, muitos fatores de risco globais permaneceram inalterados, aumentando a preocupação em relação a futuras emergências de saúde e possíveis novas pandemias. Portanto, é mais imperativo do que nunca comprometer-se com a implementação de ações concretas para alcançar os ODS (Patterson, 2020).

CONCLUSÃO

O artigo teve como proposta analisar se as Agendas de Educação na Saúde (AES) contemplam a abordagem dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Educação Continuada (EC) dos profissionais, tendo como premissa o ODS 4 Educação de Qualidade,

cujo propósito é “Garantir uma educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”. A análise dos dados produzidos permite chegar a algumas conclusões: a baixa institucionalização dos ODS para alcance da Agenda 2030 repercute na EC dos profissionais levando a uma prática incipiente. O estudo evidenciou o que a literatura informa sobre os ODS, como sendo pouco conhecidos e quando conhecidos pouco aprofundados. Também evidenciou que a não estranheza das metas globais com as nacionais se dá em função do direito à saúde estar contemplado na Constituição de 1988, gerando um reducionismo de seus propósitos. Há que se considerar, entretanto, que os ODS tratam de um pacto global, que requer o engajamento de todos os segmentos da sociedade, da solidariedade entre os povos, na perspectiva de “não deixar ninguém para trás”, trazendo como resultado uma contaminação positiva.

Observa-se também que apesar de um reconhecimento e esforço inicial da Secretaria, os ODS estão presentes de forma rudimentar, ressaltando uma abordagem fragmentada. A ausência de uma estratégia integrada e coordenada nos diversos documentos e ações evidencia a necessidade da visão mais holística e de uma maior articulação entre os diversos programas e políticas públicas.

Embora as iniciativas da SEMSA, como os cursos e eventos das Agendas de Educação na Saúde aproximam-se dos temas alinhados com os ODS, a falta de uma abordagem transversal, demonstra que não há uma articulação com o pacto global/nacional, mas sim com metas já consolidadas do Ministério da Saúde. As AES, embora apresentem importantes temas para capacitação dos profissionais, não demonstram de maneira clara e consistente o compromisso com a implementação dos ODS, limitando assim o impacto dessas ações.

A integração dos ODS na saúde pública de Manaus exige esforços além da inclusão de temas relacionados à dimensão social, e em particular a saúde e o bem-estar (ODS 3). Para que o setor saúde contribua efetivamente para o alcance das metas globais, é importante que se reconheça a interdependência entre os diferentes ODS, como a educação de qualidade, a igualdade de gênero, o trabalho decente e o combate à pobreza. A promoção de práticas sustentáveis, tanto nas ações educativas quanto na gestão dos serviços de saúde, deve ser considerada uma prioridade, alinhada à missão de garantir o bem-estar de toda a população.

Neste contexto, o papel da educação continuada é primordial. Capacitar os profissionais sobre os ODS não só reflete na melhora da qualidade do atendimento à população, mas também fortalece a implementação de práticas sustentáveis e sociais mais justas. Os ODS representam um pacto global e como tal não devemos nos ver isolados sob pena de ficarmos para trás ou de deixarmos alguém para trás. O profissional da saúde, como agente transformador, deve estar

preparado para atuar de forma integrada e crítica, buscando soluções que atendam tanto às necessidades locais quanto aos desafios globais.

A gestão da saúde em Manaus, com base no Plano Plurianual (PPA), apresenta a possibilidade de uma integração mais eficaz dos ODS nas suas ações, porém, sua implementação depende de um maior direcionamento estratégico e da criação de um plano de ação claro que envolva todos os atores responsáveis.

A participação das diferentes áreas da gestão pública e a institucionalização das metas nacionais são essenciais para que se crie possibilidades de capilaridade em toda a SEMSA, sendo a EC um importante espaço para que a cidade de Manaus contribua efetivamente para o desenvolvimento sustentável e o alcance das metas da Agenda 2030.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edição 70, 2011.

BARRETO, V. L. F.; CALADO, E. L. C.; SANT ANNA, L. M. M.; FRANCO, F. S.; ANJOS, L. O.; TEIXEIRA, M. T. T.; BRITO, O. E. O.; SOUZA, E. S.; SILVA, G. A.; SOUZA, K. B. Saúde mental no Brasil: desafios para construção de políticas de atenção e monitoramento de seus determinantes. *Ciências da Saúde*, v. 29, n. 143, fev. 2025. DOI: 10.69849/revistaft/dt102025021131455. Disponível em: <https://revistaft.com.br/saude-mental-no-brasil-desafios-para-construcao-de-politicas-de-atencao-e-monitoramento-de-seus-determinantes/>. Acesso em: 19 fev. 2025.

BARBOZA, Carolina; BEZERRA, Moema; SENA, Daniely; PEDROSA, Kamyly; MOTA, Marcio. Sustentabilidade ambiental em hospitais brasileiros: uma revisão narrativa. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, [S. l.], v. 15, e10890, 2022. DOI: 10.25248/reas.e10890.2022. Acesso em: 24 jun. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Decreto No 8.892, de 27 de outubro de 2016. Cria a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. [Internet]. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8892.htm. Acesso em: 8 out. 2024.

Brasil, Constituição Federal. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988. Título VIII – Da Ordem Social, Seção II – Da Saúde – artigo 196-200.

CESÁRIO, N. C. M.; COSTA, R. J. V. da; PEREIRA, J. T. O enfermeiro no ambiente escolar: práticas educativas atuais e eficazes. *Revista Tecer*, Belo Horizonte, v. 7, n. 12, maio 2014.

FIELDS, L.; DEAN, B. A.; PERKISS, S.; MORONEY, T. Education on the Sustainable Development Goals for nursing students: Is Freire the answer? *Nurs Inq.* 2022;29(4). <https://doi.org/10.1111/nin.12493>

FURUKAWA, P. O.; CUNHA, I. C. K. O.; PEDREIRA, M. L. G. Time to act sustainably: Why can't we wait any longer? *Rev Bras Enferm.* 2023;76(5):e20220813. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2022-0813pt>

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GORDON, D. Sustainability in the operating room reducing our impact on the planet. *Anesthesiol Clin.* 2020;38(3):679–92. <https://doi.org/10.1016/j.anclin>.

GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A AGENDA 2030. III Relatório Luz da Sociedade Civil sobre a implementação nacional da Agenda 2030 [Internet].

Disponível em:

https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2019/09/relatorio_luz_portugues_19_final_v2_download.pdf. Acesso em: 26 ago. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Agenda 2030: objetivos de desenvolvimento sustentável: avaliação do progresso das principais metas globais para o Brasil: ODS 4: assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos. Brasília: Ipea, 2024. 17 p. (Cadernos ODS, 4). DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/ri2024ODS4>. Acesso: 08 de Jul. 2025.

MANAUS. Plano Municipal de Saúde de Manaus (2014-2017). Manaus, 2014. Disponível em: PMS-2014-2017_APROVADO_CMS_RESOL.096-DE-27.12.2013. Acesso em: 6 jan. 2025.

MANAUS. Plano Municipal de Saúde de Manaus (2018-2021). Manaus, 2018. Disponível em: Plano-Municipal-de-Saude-2018-2021_4a-Revisao-2020-1.pdf. Acesso em: 8 jan. 2025.

MANAUS. Plano Municipal de Saúde de Manaus (2014-2017). Manaus, 2022. Disponível em: Plano-Municipal-de-Saude-2022-2025_revisao-2023.pdf. Acesso em: 11 jan. 2025.

MANAUS. Prefeitura de Manaus. Agenda Única de Educação em Saúde: 2º semestre de 2022. Manaus, 2022. Disponível em: Agenda de cursos_corrigido_26_09. Acesso em: 15 dez. 2024.

MANAUS. Prefeitura de Manaus. Agenda Única de Educação em Saúde: 1º semestre de 2023. Manaus, 2023. Disponível em: <AGENDA DE CURSOS OFICIAL 01/2023>. Acesso em: 17 dez. 2024.

MANAUS. Prefeitura de Manaus. Agenda de Educação em Saúde: 2º semestre de 2023. Manaus, 2023. Disponível em: <AGENDA DE CURSOS OFICIAL 2º SEMESTRE DE 2023>. Acesso em: 20 dez. 2024.

MANAUS. Prefeitura de Manaus. Agenda de Educação em Saúde: 1º semestre de 2024. Manaus, 2024. Disponível em: <AGENDA DE CURSOS OFICIAL 2024.01>. Acesso em: 23 dez. 2024.

MANAUS. Prefeitura de Manaus. Plano Plurianual (PPA) 2022-2025. Manaus, 2021. Disponível em: <SAPL - Sistema de Apoio ao Processo Legislativo>. Acesso em: 3 jan. 2025.

MANAUS. Prefeitura de Manaus. Instrução Normativa nº 001/2022-ESAP/SEMSA. Manaus, 2022. Disponível em: https://www.manaus.am.gov.br/semsa/wp-content/uploads/sites/8/2024/04/DOM-5410-19.08.2022-CAD-1-INSTRUCAO-NORMATIVA-No-001_2022-ESAP_SEMSA.pdf. Acesso em: 5 jan. 2025.

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

ONU. Transformando o nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nova York: Nações Unidas, 2015. Disponível em: <https://www.un.org/sustainabledevelopment/pt/brasil/>. Acesso em: 26 ago. 2024.

PATTERSON, A.; CLARK, M. A. COVID-19 and Power in Global Health. *Int J Health Policy Manag.* 2020;9(10):429-31. <https://doi.org/10.34172/ijhpm.2020.72>

SACHS, J. D. Dos objetivos de desenvolvimento do milênio aos objetivos de desenvolvimento sustentável. *Lanceta.* 9 jun. 2012;379(9832):2206-11. DOI: 10.1016/S0140-6736(12)60685-0. PMID: 22682467.

SILVA, Elcias; XERFAN, Andrea; BORBA, Dualyson. A Agenda 2030 na Amazônia Legal: os desafios do Estado do Pará para institucionalização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). *International Journal of Development Research*, [S.l.], v. 10, n. 11, p. 42430–42438, 2020. DOI: <https://doi.org/10.37118/ijdr.20479.11.2020>. Acesso em: 24 jun. 2025.

SHULLA, K.; VOIG, B. F.; CIBIAN, S.; SCANDONE, G.; MARTINEZ, R.; NELKOVSKI, F.; et al. Effects of COVID-19 on the Sustainable Development Goals (SDGs): discover sustainability. 2021;2:15. <https://doi.org/10.1007/s43621-021-00026-x>

Artigo 2: O conhecimento dessemelhante sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável dos profissionais de saúde.

RESUMO

Introdução: A educação em saúde é fundamental para capacitar profissionais, promover cidadania e atender às necessidades da população. Em pauta, neste artigo elegemos a análise do conhecimento de profissionais da saúde da Secretaria Municipal de Manaus sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para alcance da Agenda 2030 e formas de potencializá-los. **Objetivo:** Descrever o conhecimento dos profissionais que atuam na Educação Continuada e no Conselho Consultivo da Secretaria Municipal de Saúde de Manaus sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e examinar como otimizá-los na opinião desses profissionais. **Método:** Trata-se de uma pesquisa exploratória descritiva, de abordagem qualitativa, que realizou entrevistas guiadas por um instrumento semiestruturado de coleta de dados, sendo os dados analisados pela análise de conteúdo de Bardin. **Resultados:** Embora os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estejam presentes de formas diretas e indiretas nos discursos, sua incorporação plena nas práticas da Atenção Primária à Saúde ainda é incipiente. **Conclusão:** O estudo evidenciou o conhecimento desigual e ausência de institucionalização do tema. Apontaram-se limitações como falta de diretrizes claras, baixa articulação e carência de formação específica. Conclui-se que fortalecer os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na saúde municipal exige uma cultura institucional comprometida com equidade, participação e responsabilidade coletiva.

Descritores: Atenção Primária à Saúde; Desenvolvimento Sustentável; Educação Continuada.

ABSTRACT

Introduction: Health education is essential for empowering professionals, promoting citizenship, and addressing the needs of the population. This article focuses on analyzing the conceptions of health professionals from a Municipal Health Department regarding the Sustainable Development Goals (SDGs) and ways to enhance their implementation to achieve the 2030 Agenda. **Objective:** To describe the conceptions of professionals working in Continuing Education and the Advisory Council of a Health Department regarding the SDGs and to examine how, in their view, these goals can be optimized. **Method:** This is a descriptive exploratory study with a qualitative approach. Data were collected through interviews guided by a semi-structured instrument and analyzed using Bardin's content analysis method. **Results:** Although the SDGs are present in the professionals' discourse, both directly and indirectly, their full incorporation into Primary Health Care (PHC) practices remains incipient. **Conclusion:** The study revealed uneven knowledge among professionals and a lack of institutionalization of the SDGs. Reported limitations included the absence of clear guidelines, weak intersectoral coordination, and insufficient specific training. It is concluded that strengthening the implementation of the SDGs in municipal health requires an institutional culture committed to equity, participation, and shared responsibility. **Keywords:** Primary Health Care; Sustainable Development; Continuing Education.

INTRODUÇÃO

A contribuição da educação na saúde é uma prática antiga e reconhecidamente valorosa para mudar e atualizar processos de trabalho, promover a construção da cidadania, capacitar os profissionais para desenvolver práticas que atendam as necessidades de saúde da população e instrumentalizar as pessoas para o cuidado de si.

Em pauta, neste artigo elegemos como objeto de análise do conhecimento de profissionais que atuam na Educação Continuada (EC) e dos membros do Conselho Consultivo da Secretaria Municipal de Saúde sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para alcance da Agenda 2030 e formas de potencializá-los. A Secretaria em questão conta com um programa de educação continuada por meio da Agenda de Educação em Saúde no qual são programados e realizados cursos e eventos em saúde sobre temas relevantes para os profissionais que atuam na Atenção Primária em Saúde.

O interesse no estudo dá-se no momento em que faltam apenas cinco anos para chegarmos em 2030 e como nos mostra a literatura esse assunto ainda é de desconhecimento de muitos e quando conhecido pouco aprofundado. De igual modo, considerando a existência de uma AES no âmbito da Secretaria, é pertinente/instigante saber como os ODS são abordados nessa agenda, foco de estudo de um outro artigo, e como a abordagem dos ODS pode ser potencializada.

A Agenda 2030 e seus 17 objetivos para o Desenvolvimento Sustentável, adotada por 193 Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU), trata-se de um plano de ação global que abrange as dimensões ambiental, econômica e social do desenvolvimento sustentável, de forma integrada e inter-relacionada. Nessa Agenda, estão incluídos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), compostos por 17 objetivos e 169 metas de ação global para alcance até 2030 (ONU, 2015).

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável têm como eixos os cinco P: Paz, Pessoas, Planeta, Prosperidade e Parceria e como metas erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir que as pessoas alcancem a paz e a prosperidade. Fruto de um processo construído ao longo dos anos, os ODS devem ser assumidos pelos diferentes segmentos da sociedade, a saber: instituições, organizações, empresas privadas, academia, mídia e sociedade civil (ONU, 2015).

Os ODS representam um apelo global à ação para acabar com a pobreza (ODS 1) e a fome (ODS 2); promover a saúde e bem-estar (ODS 3); assegurar educação (ODS 4), igualdade de gênero (ODS 5) água potável e saneamento (ODS 6) e energia (ODS 7); promover o trabalho decente e o crescimento econômico (ODS 8), a indústria, a inovação e a infraestrutura (ODS

9); reduzir a desigualdade (ODS 10); promover cidades e comunidades sustentáveis (ODS 11); assegurar consumo e produção sustentáveis (ODS 12); agir contra a mudança climática (ODS 13); conservar a vida na água (ODS 14) e a vida terrestre (ODS 15); promover a paz, a justiça e instituições eficazes (ODS 16); e fortalecer parcerias para o desenvolvimento (ODS 17) (ONU, 2015).

Na perspectiva de atuar com responsabilidade social e compromisso com a cidadania, como promotor da saúde do ser humano, o profissional da saúde deve estar apto a desenvolver ações de prevenção de agravos, promoção, proteção e reabilitação da saúde, tanto em nível individual quanto coletivo. Cada profissional deve assegurar que sua prática seja realizada de forma integrada e contínua com as demais instâncias do sistema de saúde, sendo capaz de pensar criticamente, de analisar os problemas da sociedade e de procurar soluções para os mesmos (Cesáreo; Costa; Pereira, 2014).

Reconhecendo que a educação sobre os ODS é um alicerce fundamental para que os profissionais da saúde contribuam ativamente para o alcance das metas, é necessária a abordagem crítica da educação para criar a transformação almejada, para que os profissionais tenham formação sobre os ODS que capacite para a ação, investigação, prática e políticas (Fields, 2022).

Assim, a relação entre os ODS e a educação é indissociável, pois a educação contínua dos profissionais da saúde é essencial para alcançar as metas estabelecidas pela ONU. Através da formação contínua e da atualização constante sobre práticas e tecnologias, os profissionais de saúde podem disseminar informações para a sociedade sobre os ODS, oferecer um atendimento de qualidade, reduzir a incidência de doenças e contribuir para a promoção do bem-estar da população, em linha com os princípios da sustentabilidade e justiça social preconizados pelos ODS.

Nesse estudo considerou-se como âncora o ODS 4 intitulado de Educação de Qualidade tendo como declaração de missão “Garantir uma educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”, por tratar-se do exame dos ODS na educação continuada dos profissionais (IPEA, 2024).

Nesse sentido, este estudo tem como objetivo descrever o conhecimento dos profissionais que atuam na Educação Continuada e no Conselho Consultivo da Secretaria de Saúde de Manaus sobre os ODS e examinar como os ODS podem ser otimizados na opinião desses profissionais.

MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa exploratória descritiva, de abordagem qualitativa que visa compreender a lógica interna de grupos, instituições, quanto a valores culturais e representações sobre sua história e temas específicos, processos históricos e sociais (Minayo, 2013).

O artigo é parte da dissertação de Mestrado submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), aprovado sob o seguinte número de Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE): 84853924.0.0000.5020. A pesquisa foi realizada na Secretaria de Saúde de Manaus, no período de janeiro a março de 2025. Os participantes da pesquisa foram os profissionais que atuam na Educação Continuada e os membros de um Conselho Consultivo.

A escolha dos participantes da pesquisa foi estabelecida através de visitas prévias e leitura de documentos, essa imersão permitiu conhecer os agentes diretamente ligados às ações de Educação Continuada dos servidores da Secretaria.

A fase de coleta de dados foi iniciada após a anuência da Instituição envolvida e aprovação do projeto no Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas. Após aprovação, o levantamento dos dados iniciou-se através do convite aos participantes, mediante o envio de e-mail ou mensagens nos demais canais de comunicação digital, realizando uma apresentação prévia da pesquisa e marcando data e local para realização da entrevista semiestruturada.

As entrevistas foram pré-agendadas e aconteceram de forma presencial, mediante explicitação dos objetivos e métodos e em seguida foram convidados a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE, concordando ou não com sua participação no estudo, garantindo-lhes sigilo de informações, anonimato, e a possibilidade de desistência em qualquer momento da pesquisa, se assim desejassem.

Foram entrevistadas as profissionais do setor responsável pelas ações de Educação Continuada dentro da Secretaria. O setor é composto por 4 profissionais, sendo que uma delas encontrava-se de licença durante o período de coleta de dados do estudo, totalizando três entrevistadas

Os membros do Conselho Consultivo da também foram entrevistados, esses profissionais são responsáveis por avaliar as ações de Educação Continuada que são oferecidas aos trabalhadores e sistematizadas através da Agenda de Educação em Saúde. O Conselho Consultivo é formado por 13 titulares e apenas 04 deles responderam ao convite de participação da pesquisa. Ao total foram entrevistadas 07 profissionais, 03 da Educação Continuada e 04 do Conselho Consultivo, totalizando 50% dos profissionais que integram esses setores.

Ressalta-se que os dados coletados foram armazenados de forma segura e confidencial, ficando sob a guarda do pesquisador principal, por um período de 05 anos. Após esse período, os dados serão destruídos, garantindo a privacidade e a segurança das informações dos participantes.

As entrevistas foram guiadas por um instrumento semiestruturado (em anexo) contendo duas partes. A 1ª Parte: Compreendia a caracterização das profissionais, com dados relativos a sexo, idade, local de trabalho e tempo de trabalho. A 2ª foi composta por perguntas abertas voltadas ao conhecimento, vivência e projetos relacionados aos ODS, de acordo com os objetivos de: Descrever o conhecimento dos profissionais e examinar como os ODS podem ser otimizados. Para manter o anonimato e privacidade dos participantes, ambos serão identificados com a letra P de Profissionais, numerados de 1 a 7.

As entrevistas foram realizadas com o objetivo de obter informações aprofundadas sobre as práticas e políticas de educação continuada adotadas no contexto dos ODS. Essas entrevistas permitiram uma compreensão mais detalhada dos desafios, estratégias e impactos das ações de formação continuada dos profissionais de saúde, assim como formas de potencializar os ODS.

Os dados foram analisados de acordo com a análise de conteúdo de Bardin, que consiste em um conjunto de técnicas de análise de comunicação, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo e das mensagens. Tais procedimentos são criteriosos e observáveis e colaboram significativamente para desvendar os conteúdos dos documentos (Bardin, 2011). As categorias foram estabelecidas a posteriori conforme metodologia proposta para o estudo.

RESULTADOS

Emergiram as seguintes categorias construídas a posteriori: Conhecimento heterogêneo sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; e Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável importantes mas invisibilizados.

Inicialmente procurou-se saber quais os conhecimentos os profissionais têm sobre ODS, desencadeando na primeira categoria estabelecida.

1. Conhecimento heterogêneo sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

O conhecimento das profissionais sobre ODS foram referidas sob diferentes perspectivas, como uma lembrança vaga associada aos ODM e a movimentos passados, conforme constatado na fala a seguir:

Eu já ouvi falar dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, há um tempo atrás, se não me engano, existia o Objetivo do Desenvolvimento do Milênio, que tem alguns objetivos que são comuns. A minha dissertação do mestrado tinha uma parte dos ODM, que estavam relacionados à mortalidade materna e infantil fetal. Então, dali eu já comecei a entender um pouco da questão dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e depois eu li um pouco sobre a questão dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (P1).

É uma reprogramação dos Objetivos do Milênio, né? Eu tenho, como eu falei, 40 anos de serviço público, então sempre tive ações voltadas para a atenção à saúde da mulher e da criança. E aí, você tem todo um contexto que vem desde a Conferência de Alma-Ata, que é clássico, e todos os acordos e compromissos relacionados aos direitos humanos e direitos básicos. Então, vamos pensar assim: desde sempre, esse tipo de compromisso, mudando de nome, fez parte da minha vida e da minha história de trabalho (P7).

Há também quem se refira aos ODS como um assunto que conheceu fora do local de trabalho e como algo a ser inserido na cultura institucional da Secretaria, demonstrado através da seguinte fala:

Bem, eu particularmente vim tomar mais consciência dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, mais ou menos em 2016, 2017, por uma situação extra Secretaria, e então eu tive o conhecimento detalhado dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. [...] E aqui na Secretaria foi colocado porque? Porque também todos os planos, instrumentos de gestão têm que observar, né? Então os instrumentos de gestão da saúde [...] precisam estar inseridos, o ODS tem que estar inserido nas atividades fins e atividades meio, finalísticas ou administrativas (P5).

Há quem perceba a presença dos ODS nos indicadores circunscritos nas áreas em que atua mas, sem estabelecer diálogo com outras áreas técnicas:

Os ODS estão inclusos aqui com a Vigilância em muitos indicadores, eles estão descentralizados dentro das minhas áreas técnicas [...] Então cada área técnica acaba enxergando e acompanhando esses indicadores, mas muito internamente. [...] Hoje os ODS são visualizados, acompanhados pelas áreas técnicas, mas de uma forma muito fragmentada, dentro de cada área mesmo (P6).

Emerge também como um tema não conhecido ou já escutado, mas referido aos recursos naturais:

Eu já escutei, mas não aqui na Secretaria. Não tem um direcionamento, olha, a gente faz tal ação para atender tal objetivo? Dessa forma, não. [...] Talvez até já tenha escutado aqui, mas com esse link, ah, isso daqui é da agenda sustentável 2030, não escutei (P2).

Não, não me recordo, não acho que não (P4).

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável é um termo que a gente ouviu, né? Principalmente com relação aos recursos naturais. [...] Agora, dentro da questão da educação, eu não tenho muito contato com esse tema (P3).

1.1 A relevância dos ODS na APS.

A primeira fala faz a relação dos ODS com os indicadores sociais e de saúde:

Porque, na verdade, eles acabam impactando o alcance dos objetivos e acabam impactando mais indicadores de saúde, não só indicadores de saúde, indicadores sociais também (P1).

Seguindo na direção dos determinantes sociais e os ODS, P4 reforça que assuntos como acesso a água potável, moradia, educação e renda estão intimamente relacionados com os objetivos da APS e as metas globais.

Considero sim importante, porque, como eu disse, nós temos os determinantes sociais que influenciam as questões da saúde e esses determinantes estão de certa forma aí vinculados com esses objetivos (P4).

A ideia de que os ODS precisam ser desenvolvidos em sua integralidade, proporcionando a intersetorialidade, envolvendo todos os atores da área da saúde é ressaltado por P5:

Quando a gente fala em ODS, você não pode fazer uma abordagem só à saúde, você tem que abordar juntamente com todas as outras áreas que têm correlação com a saúde, que se relacionam, que é a Secretaria do Meio Ambiente, que é a questão da água, da energia e por aí vai (P5).

A conscientização também é trazida para o debate no bojo da discussão:

As pessoas às vezes fazem, mas elas não conectam, né? Elas não percebem que estão contribuindo com essa agenda (P3).

Destaca-se que há uma referência para a integração dos ODS nos instrumentos de gestão que guiam o planejamento em saúde:

Sim, seria importante colocá-los sempre dentro das áreas técnicas, mas colocando junto com os ODS e os outros indicadores que também nós temos que responder tanto do Plano Anual de Saúde como do Plano Plurianual da Prefeitura (P6).

A participante ainda argumentou que existe o distanciamento dos indicadores da realidade prática dos profissionais, que essa ação pode estar enfraquecendo o vínculo com as metas globais, e que pequenos ajustes podem gerar grandes impactos positivos:

Se os indicadores fossem mais lembrados e falados no dia a dia, talvez trouxesse um indicador que parece estar tão distante mais para próximo da realidade (P6).

A APS como espaço estratégico de resolutividade, prevenção e racionalização de custos também foi levantado por P7, que destacou o papel da APS na redução de agravos e na detecção precoce de doenças: *“A APS teria a capacidade de ter uma resolutividade muito maior e de menor custo que os outros níveis de atenção à saúde.”*

Para mais, ressaltou a obrigação institucional em vista do pacto assumido pelo Brasil como signatário da Agenda 2030: *“Primeiro, porque é um pacto e o Brasil é signatário.”*

Segundo, pela capilaridade e capacidade da Atenção Primária à Saúde em impedir o agravamento de doenças."

Até mesmo aquelas entrevistadas que não demonstraram com clareza, houve reconhecimento da importância do tema, ainda que de forma limitada e sem fundamentação teórica: *"Sim. Uma coisa leva a outra, né? Então, assim, eu acredito que sim, mas dando um exemplo agora eu não sei falar."*

2. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável importantes mas invisibilizados.

Um dos principais obstáculos relatados trazidos é à falta de compreensão ampla e clareza sobre a relação entre as ações institucionais e os ODS:

"Eu acho que precisa mais esclarecimento, e clareza, que tipo, ah, essa ação aqui, esse objetivo de desenvolvimento aqui, ele colabora, ele influência nessa ação aqui..." (P1).

Destaca-se também que as falas demonstram que as áreas técnicas costumam atuar focadas em indicadores específicos de saúde, entretanto, sem articular explicitamente com os ODS:

"As áreas técnicas trabalham em cima dos indicadores de saúde... no caso de sustentabilidade, eu não saberia dizer se tem algum dentro da Secretaria, talvez em outras secretarias..." (P2).

Ressalta-se que uma das falas indica a forte influência das demandas do Ministério da Saúde em relação às propostas e ações que a Secretaria realiza, entretanto, sem vincular as atividades as metas globais/nacionais dos ODS:

"Os coordenadores estão ligados mais diretamente com o Ministério da Saúde... e eu não vejo menção sobre os ODS nas justificativas e objetivos das propostas." (P3).

Não obstante, uma das compreensões aponta que parte das ações contemplam os determinantes sociais da saúde, sugerindo que de certa forma os ODS estão sendo apresentados como uma ratificação formal do que na prática já se faz.

"Não vejo limitações. ODS seria uma ratificação do que já é feito." (P4).

Como um dos principais limitantes apresentados, a falta de conhecimento sobre o tema e a ausência de uma divulgação interna sobre os ODS:

"Se eles [ODS] não foram inseridos no planejamento, fica uma dificuldade para quem vai executar... depois, vem a questão do conhecimento, da divulgação..." (P5).

Para mais, a ausência de articulação, estratégias integradas e a necessidade de um objetivo em comum fragmenta o trabalho das equipes da Secretaria, como reforçado por P6:

"Eu nunca tive uma ampla divulgação sobre os ODS... Se todo mundo sabe o que todos estão fazendo e seguem uma única direção, somos uma força muito grande." (P6).

Chama também a atenção as fragilidades apontadas na formação acadêmica, de educação permanente e continuada dos profissionais direcionadas aos ODS:

"Se fizer um levantamento na graduação e com os profissionais sobre os ODS, não vai ter essa informação... temos muitos eventos de fala, poucos de escuta e muito poucos de correlação..." (P7).

Quando questionados sobre como os ODS podem ser potencializados na Secretaria, as entrevistadas demonstraram sugestões que se dirigem a necessidade de maior integração institucional, capacitação dos profissionais, comunicação estratégica e articulação intersetorial, como será demonstrado pelas falas a seguir:

De acordo com o entendimento das entrevistadas, uma das estratégias fundamentais para otimização é que se tenha a compreensão conceitual e práticas dos ODS pelas áreas técnicas:

"As áreas técnicas precisam se reconhecer contribuindo ou realizando algum ODS... é mais questão de compreensão." (P1).

A P1 fortalece que as articulações da Secretaria de Saúde com as demais, como a de infraestrutura e meio ambiente, tem potencial de ampliar o alcance de pessoas mobilizadas ao alcance das metas globais.

P2 ressalta a importância de ações de conscientização:

"Talvez um direcionamento melhor para a população, para os trabalhadores... a abordagem tem que ser diferente para a pessoa se conscientizar." (P2)

A divulgação adequada e a vinculação dos ODS com as ações da Atenção Primária à Saúde, são citadas por P3 como formas eficazes de otimização.

"É muito importante... você saber que está contribuindo para uma proposta mundial... a promoção da saúde já é um carro-chefe que se aproxima muito dos ODS." (P3)

Ressaltado por P4, há necessidade de uma proposta institucional estruturada e que seja construída por diversas áreas e segmentos:

"Tem que ser uma agenda que envolva realmente a gestão superior... que segue um fluxo institucional." (P4)

A definição de prioridades entre os ODS e que leve em consideração elementos fundamentais como a capacidade orçamentária do município, é destacada:

"Tem que haver a divulgação, o compromisso... não podem ser executados sozinhos... tem que haver o tripé: prefeitura, estado e governo federal." (P5).

A necessidade de uma comunicação mais unificada e estratégica entre as áreas técnicas é levantado por P6 como uma estratégia para potencializar as metas da Agenda 2030:

"Uma forma de comunicação única ajudaria... você saber disso e trazer não só um número frio, mas trazer aquilo mais perto de você faz diferença." (P6)

Ademais, P7 reforça que a fragilidade no vínculo dos profissionais, às mudanças políticas frequentes e os desafios logísticos (transporte, internet e regulação) dificultam a efetividade das ações relacionadas aos ODS:

"A educação permanente e continuada é fundamental... temos um compromisso, várias ações, mas qual é o impacto?... monitoramento e avaliação sempre." (P7).

DISCUSSÃO

Os resultados deste estudo desenvolveram-se a partir de duas categorias: O conhecimento heterogêneo sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; e Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável importantes mas invisibilizados. A primeira categoria foi dividida em suas subcategorias: Conhecimento das profissionais sobre os ODS; e A relevância dos ODS na APS, que serão discutidas a seguir.

O conhecimento heterogêneo sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

A análise das falas provenientes da primeira subcategoria, que trata sobre o Conhecimento das profissionais sobre os ODS indica uma heterogeneidade significativa de entendimento tanto do ponto de vista conceitual como de aplicação prática das ações de saúde na atenção primária à saúde. Essa realidade reflete tanto os limites institucionais quanto os potenciais formativos individuais para a incorporação da Agenda 2030 nas práticas de saúde pública.

Primariamente, pode-se afirmar que o conhecimento sobre os ODS varia entre as participantes da pesquisa, partindo desde o desconhecimento, compreensão superficial e apropriação crítica do assunto. A presença de diversos níveis de conhecimento pode ser justificada pela trajetória acadêmica e profissional das entrevistadas e pela ausência dessa temática na Secretaria. Nesse sentido, Sachs (2015) e Giovanella et al. (2021), afirmam que a compreensão e o engajamento com os ODS carecem não apenas acesso à informação, mas também a existência de uma cultura institucional que valorize o planejamento estratégico, a intersetorialidade e o enfrentamento dos determinantes sociais da saúde.

Corroborando com esses achados, o estudo realizado por Silva et al (2020), destaca que o grande desafio que os estados e municípios brasileiros precisam encarar é a institucionalização da Agenda 2030, acarretando a necessidade de não apenas reconhecer formalmente os ODS em planos de gestão, mas transformá-los em ações concretas.

A necessidade dos ODS como referência nos instrumentos de gestão da saúde foi reconhecida por algumas entrevistadas, particularmente aquelas que atuam diretamente com indicadores técnicos. No entanto, esse reconhecimento aparece afastado de uma prática cotidiana intencional e sistematizada, evidenciando uma ruptura no processo de operacionalização dos ODS. As falas apontam como os indicadores relacionados à Agenda 2030 são percebidos de maneira fragmentada, sem articulação entre áreas técnicas e sem visibilidade para os profissionais da linha de frente. Tal realidade corrobora o que apontam

Mendes (2011) e a Organização Pan-Americana da Saúde (2018) ao discutirem a dificuldade de transformar agendas globais em ações concretas no âmbito local.

Em contrapartida, algumas participantes demonstraram maior domínio dos ODS ao articulá-los com marcos históricos importantes: os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e a Declaração de Alma-Ata. Além da articulação com momentos históricos, a fala de P7 é representativa ao situar os ODS como parte de uma trajetória profissional marcada pelo compromisso com políticas públicas que historicamente buscaram equidade e justiça social.

A intersectorialidade foi outro ponto recorrente nas falas, sendo compreendida por algumas participantes como essencial para o alcance das metas da Agenda 2030. A articulação entre saúde, educação, meio ambiente, segurança alimentar e saneamento básico foi destacada como condição necessária para uma APS resolutiva e orientada pelos determinantes sociais. Tal perspectiva está em consonância com o que propõe a própria Agenda 2030 (ONU, 2015) ao enfatizar que o desenvolvimento sustentável é o equilíbrio entre a sustentabilidade ambiental, econômica e social, dependente da integração entre as diferentes áreas e as políticas públicas.

Nesse sentido, Sachs (2012), também destaca que para atingir os ODS é preciso uma mobilização coletiva e sem antecedentes, envolvendo vários setores e regiões, públicos e privados, universidades, iniciativas privadas e sociedade civil, com o objetivo de encontrar um percurso até o sucesso das metas da Agenda 2030.

Apesar da identificação de práticas que dialogam com os ODS, muitas vezes as entrevistadas não as reconhecem como tal, o que reforça a necessidade de formação continuada e de mecanismos que tornem visíveis essas conexões. A ausência de um vínculo explícito entre as ações cotidianas da APS e os ODS pode comprometer o potencial transformador dessa Agenda, uma vez que os profissionais deixam de reconhecer seu papel estratégico na promoção do desenvolvimento sustentável em nível local, exemplo disso é a fala de P3: “as pessoas às vezes fazem, mas elas não conectam”.

Nessa direção, Silva (2020, p. 424), salienta que: “O primeiro grande desafio é a efetiva incorporação dos ODS na cultura organizacional da Administração Pública estadual.” O que vai ao encontro das falas anteriores, na qual se observa a aparente ausência dos ODS na política institucional.

Ainda que algumas das participantes reconheçam os ODS como relevantes, o fazem de maneira genérica ou pouco operacionalizada, o que aponta para uma apropriação parcial e, muitas vezes, restrita ao campo conceitual. Esse dado reforça a importância de políticas institucionais que promovam a tradução dos ODS para a realidade concreta da APS,

especialmente considerando que esse nível de atenção é o mais próximo da população e, portanto, o mais estratégico para o cumprimento das metas globais.

Colaborando com essa afirmação, Silva (2020), destaca que se não houver ações efetivas por parte dos gestores públicos, de nada adianta os ODS estarem incorporados nos documentos oficiais dos estados e municípios.

Em síntese, essa primeira subcategoria indica que, embora os ODS estejam presentes de formas diretas e indiretas nos discursos e instrumentos de gestão, sua incorporação plena nas práticas da APS ainda é incipiente. Para que a Agenda 2030 cumpra seu papel de orientar políticas públicas sustentáveis e equitativas, é necessária sua institucionalização, criando possibilidades para promover a articulação intersetorial, valorizar o planejamento em saúde como prática cotidiana e fortalecer os processos formativos, sendo e a Agenda de Educação na Saúde é um importante espaço para difusão dessa temática.

A relevância dos ODS na APS.

A segunda subcategoria desenvolve sobre a relevância dos ODS na APS, os conhecimentos apontam para uma compreensão crescente de que esses objetivos globais funcionam como instrumentos estratégicos para a qualificação da gestão, fortalecimento da intersetorialidade e promoção da equidade em saúde. As falas refletem uma compreensão de que os ODS, mesmo que nem sempre plenamente incorporados à prática cotidiana, oferecem um arcabouço teórico e técnico fundamental para o planejamento e monitoramento das ações em saúde.

Inicialmente, observa-se que há entre as participantes o reconhecimento da relação direta entre os ODS e os indicadores sociais e de saúde, o que evidencia uma aproximação entre os referenciais globais e os mecanismos locais de avaliação da atenção. Esse vínculo é coerente com a proposta dos ODS, que defende o uso de indicadores como ferramentas de gestão para orientar políticas públicas e avaliar o impacto das ações nos determinantes sociais da saúde (ONU, 2015; PAHO, 2018).

As participantes também identificam que determinantes sociais como acesso à água potável, moradia digna, educação e renda, estão no cerne tanto da Agenda 2030 quanto dos objetivos da APS, reforçando a noção de que saúde e desenvolvimento sustentável são dimensões indissociáveis. Essa compreensão está em acordo com o conceito de saúde pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pela Declaração de Alma-Ata, os quais reconhecem que as condições socioeconômicas influenciam diretamente os níveis de saúde das populações (WHO, 1978; Giovanella et al., 2021).

A consideração de que os ODS não podem ser abordados de maneira isolada, remete a discussão para a intersetorialidade, ponto central também nessa discussão. Considera-se necessário integrar setores como meio ambiente, saneamento, energia e educação em uma abordagem articulada. Esse entendimento reforça a lógica de que a APS deve atuar como eixo estruturante de políticas intersetoriais, conforme propõe a própria Agenda 2030, especialmente nos ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), 6 (Água Potável e Saneamento), 4 (Educação de Qualidade) e 10 (Redução das Desigualdades).

Apesar desse reconhecimento, uma das barreiras identificadas é a falta de visibilidade dos ODS nas rotinas de trabalho. A ideia de que “as pessoas fazem, mas não conectam”, evidencia um problema recorrente na implementação de agendas globais: a ausência de estratégias de comunicação institucional e de educação permanente e continuada que possibilitem aos profissionais reconhecerem e se apropriarem dos ODS como parte de suas atribuições diárias. Isso se alinha ao argumento que embora os indicadores estejam nos instrumentos de planejamento, eles são pouco lembrados ou discutidos no cotidiano da prática, o que pode enfraquecer o vínculo simbólico e prático com as metas globais.

Além disso, os relatos revelam que, embora os ODS estejam presentes nos Planos de Saúde e nos relatórios de gestão, ainda que se deixe suspenso tais informações, a ausência de uma sistematização entre esses indicadores e as ações efetivas da APS compromete seu potencial como instrumento de planejamento e avaliação. Isso reforça a crítica de Mendes (2011) quanto à dificuldade de operacionalizar, no campo da APS, agendas estruturadas por meio de indicadores macro e globais, especialmente quando há distanciamento entre gestão estratégica e execução local.

Por outro lado, a fala de P7 ressalta a capacidade resolutiva, preventiva e econômica da APS, destacando que sua capilaridade e proximidade com a população a tornam a instância mais adequada para promover os ODS em escala local. Tal visão é corroborada por Starfield (2002), que defende a APS como nível de atenção com maior potencial para enfrentar iniquidades em saúde, devido à sua vocação para a detecção precoce de agravos, racionalização de recursos e articulação comunitária.

Ainda que algumas participantes não tenham conseguido elaborar exemplos concretos sobre a relação entre os ODS e a prática em saúde, suas falas apontam para um entendimento intuitivo da relevância do tema. Esse reconhecimento, ainda que incipiente, revela uma disposição favorável à incorporação dos ODS na gestão e nas ações da APS, o que pode ser potencializado por meio de processos formativos e estratégias institucionais.

Assim, as falas das profissionais indicam um campo fértil para o fortalecimento da agenda dos ODS na APS, desde que as ações estejam acompanhadas de capacitação, articulação entre os setores e valorização dos indicadores como ferramentas de avaliação e transformação social.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável importantes mas invisibilizados.

A segunda categoria apresenta as Limitações e estratégias para otimização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Gestão Municipal de Saúde. Essa categoria demonstra um conjunto de limitações estruturais, organizacionais e formativas que dificultam a incorporação efetiva dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na gestão municipal de saúde. Embora haja reconhecimento da importância da Agenda 2030, as participantes informam que sua operacionalização no cotidiano das secretarias de saúde enfrenta obstáculos significativos, tanto no plano conceitual quanto prático.

Um dos principais obstáculos destacados é a falta de clareza sobre a vinculação entre os ODS e as ações institucionais. As falas evidenciam a ausência de estratégias de incorporação dos ODS para o nível das práticas cotidianas, o que compromete a capacidade dos profissionais de reconhecerem sua contribuição para as metas globais.

Essa lacuna entre o discurso estratégico e a prática operacional é um ponto crítico frequentemente apontado na literatura (Giovanella et al., 2021; Mendes, 2011; Silva, 2020), como já citado, principalmente no que tange a aproximação de diretrizes internacionais a realidades locais e o processo de institucionalização dos ODS.

Silva (2020), reforça que o principal desafio localiza-se na efetiva incorporação dos ODS à cultura organizacional da Administração Pública, e que apesar dos ODS estejam presentes nos instrumentos de planejamento, sua eficácia depende da atuação dos gestores públicos. Sem a implementação de ações concretas alinhadas à Agenda 2030, os princípios de sustentabilidade contidos nesses documentos correm o risco de se tornarem meramente formais e ineficazes.

Acerca das limitações organizacionais, a desagregação do trabalho das áreas técnicas da Secretaria, que lidam com indicadores específicos sem articular suas ações com os ODS, como demonstrado pelas falas das profissionais, compromete a eficácia de uma abordagem integrada e intersetorial, princípio central da Agenda 2030.

Destaca-se ainda a ausência de estratégias estruturadas de comunicação interna, formação continuada e divulgação institucional sobre os ODS. Essa ausência contribui para o conhecimento superficial e para o enfraquecimento da atuação coletiva, dificultando a

construção de uma cultura institucional orientada pelo desenvolvimento sustentável. Estudos como os de Sachs (2015) e OPAS (2018) reforçam que o êxito dos ODS depende não apenas de diretrizes políticas, mas também da mobilização dos atores locais e da capacitação permanente dos profissionais de saúde.

Em relação limitações formativas, as falas das entrevistadas destacam que há uma lacuna em relação à formação acadêmica e nas estratégias de educação permanente e continuada voltadas aos ODS, destacando o desconhecimento sobre, evidenciando a realização de muitos eventos centrados na fala e não na escuta e a pouca correlação que existe na prática. No sentido da formação, Serafim (2021) destaca que o crescimento significativo da produção científica que aborda a relação entre desenvolvimento sustentável e ensino superior evidencia que os ODS têm atribuído novos significados às Instituições de Ensino Superior (IES), ampliando sua responsabilidade e reforçando o impacto social de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Ainda de acordo com Serafim (2021), o protagonismo das IES na construção de alternativas para o desenvolvimento é primordial. A crise sanitária e econômica global intensificou diversas problemáticas compreendidas pelos ODS, sobretudo nas regiões mais vulneráveis do mundo, paralelamente, a crise climática se agrava de forma crítica. Diante desse cenário, torna-se cada vez mais urgente fortalecer a conexão entre a produção de conhecimento e a melhoria das condições de vida dos povos e dos biomas do planeta.

No que tange ao setor saúde e a atuação dos profissionais, Gordon (2020), reforça a importância desses atores no alcance de um sistema cada vez mais sustentável. Furukawa (2023), considera que essas ações são urgentes, reunindo pensamentos e inovações para reverter os danos que ameaçam a vida no planeta.

Apesar dessas dificuldades, algumas falas reconhecem que parte das ações da Secretaria já se alinham aos ODS de maneira indireta. Esse conhecimento é relevante, mas incompleto, pois demonstra que existe um espaço fértil para o reconhecimento e valorização das práticas realizadas, mas que precisam ser ressignificadas à luz dos princípios da Agenda 2030.

Um dos aspectos que distingue os ODS das práticas já realizadas, é que os ODS tratam de um pacto global, que traz a consciência que não estamos sozinhos no mundo, ao se tornar signatário desse pacto, o Brasil assume o compromisso coletivo com mais 192 nações de contribuir com o não deixar ninguém para trás, de rever suas metas nacionais sem perder de vista as metas globais estabelecidas pela ONU. Ao assumir esse compromisso também contribui com o pode ser considerado de contaminação positiva junto com outros países, numa via de mão dupla.

No campo das propostas para otimização dos ODS, as falas apresentam estratégias coerentes com os desafios identificados. A necessidade de maior integração institucional, está em consonância com a proposta de uma gestão intersetorial, essencial para lidar com os determinantes sociais da saúde e para a construção de políticas públicas sustentáveis (ONU, 2015). A compreensão conceitual dos ODS pelas áreas técnicas é outra condição apontada como fundamental para transformar metas abstratas em ações concretas e localmente adaptadas.

O estudo realizado por Silva (2020), também realizado na região norte do país, conclui afirmando que é primordial instituir formalmente estruturas federais, estaduais e municipais para o alcance da Agenda 2030, estabelecendo claramente atribuições, responsabilidades, prazos e produtos. Ao definir esses itens, espera-se atuar em problemas estruturais relacionados às descontinuidades de iniciativas, assegurando sua efetividade e o alcance das metas internacionais/nacionais.

As sugestões de ações de conscientização, divulgação estratégica e definição de prioridades considerando a capacidade orçamentária municipal reforçam a importância de que a implementação dos ODS se dê de forma realista, participativa e contextualizada (Silva, 2020). Outro conhecimento evidencia os desafios mais estruturais, como a rotatividade de gestores, precariedade logística e a frágil cultura de monitoramento e avaliação, fatores que minam a continuidade e o impacto das ações vinculadas à Agenda 2030.

Dessa forma, os resultados indicam que otimizar os ODS na gestão municipal de saúde exige a superação de barreiras conceituais, operacionais e políticas, por meio de um conjunto de medidas que envolvam: fortalecimento da educação permanente e continuada; criação de estratégias de comunicação institucional claras e horizontais; integração intersetorial planejada; valorização de práticas já existentes e adaptação das metas globais à realidade local.

CONCLUSÃO

Ancorado no ODS 4, intitulado de Educação de Qualidade, tendo como declaração de missão “Garantir uma educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”, esse estudo teve como objetivo descrever o conhecimento dos profissionais que atuam na EC e Conselho Consultivo sobre os ODS e examinar como os ODS podem ser otimizados na opinião desses profissionais.

Concluiu-se que o conhecimento das profissionais sobre os ODS são heterogêneas sendo mais de domínio de umas que de outras. O acesso à informação sobre a temática se deu fora da Secretaria, por meio de cursos realizados, embora esses conteúdos não tenham sido aplicados

no cotidiano das profissionais. Os ODM foram referidos como antecedente aos ODS, entretanto, nenhum dos 17 ODS foram citados nominalmente, apenas algumas referências vagas das participantes que aparentemente tinham menor domínio sobre o tema, enquanto das que tinham maior domínio uma análise crítica de sua ausência institucional.

A afirmativa de que os ODS estão presentes no cotidiano da Secretaria foi recorrente valendo-se do estabelecido nas metas do Ministério da Saúde. No entanto, tal articulação deve ser evitada uma vez que o estabelecido pelo MS não tem na sua origem vinculação com o pacto global e só se refere ao ODS 3 - Saúde e Bem-estar. O que os ODS buscam é que se considere que ninguém está sozinho no planeta terra, e que, portanto, os problemas de um país poderão afetar outros países; também podemos contribuir uns com os outros na solução de problemas comuns pela troca de experiências e solidariedade, uma espécie de contaminação positiva e tornando concreto o “não deixar ninguém para trás”.

Preliminarmente à referência quanto a como os ODS podem ser otimizados as participantes referiram algumas limitações: ausência de diretrizes claras que articulem as ações rotineiras às metas da Agenda 2030 mesmo reconhecendo sua importância estratégica para o enfrentamento dos determinantes sociais da saúde e para o fortalecimento das ações intersetoriais. Entre as principais limitações apontadas para a efetiva implementação dos ODS no âmbito municipal estão: a carência de conhecimento técnico e conceitual sobre os objetivos; a baixa articulação entre áreas técnicas e o planejamento institucional; a fragilidade na formação acadêmica e na educação permanente e continuada voltada para a temática; e a ausência de estratégias de comunicação e sensibilização direcionadas tanto aos profissionais quanto à população.

As profissionais consideraram a importância dos ODS, especialmente por sua capacidade de orientar o planejamento em saúde, promover a prevenção e racionalizar custos, mas carecem de institucionalização e reconhecimento coletivo. Como medidas para otimização dos ODS na Secretaria foram citadas a institucionalização como medida central para o sucesso de sua implantação, a promoção de formações específicas e contínuas sobre o tema; desenvolver estratégias de comunicação mais eficazes e direcionadas; ampliar a articulação intersetorial; e integrar os ODS aos instrumentos de planejamento e avaliação, de forma que possam ser reconhecidos como parte estruturante das ações e metas da Secretaria.

A temática poderia ter sido mais explorada não fosse a limitação de tempo dos profissionais envolvidos com sua agenda diária, entretanto as participantes ouvidas possibilitaram alcançar os objetivos propostos.

Assim, conclui-se que o fortalecimento dos ODS na gestão de saúde depende, fundamentalmente, da criação de uma cultura institucional que reconheça os Objetivos como parte do compromisso ético e político com o desenvolvimento sustentável, exigindo o engajamento coletivo, a transversalidade das ações e a promoção de práticas baseadas na equidade, participação social e responsabilidade compartilhada.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

CESÁRIO, N. C. M.; COSTA, R. J. V. da; PEREIRA, J. T. O enfermeiro no ambiente escolar: práticas educativas atuais e eficazes. *Revista Tecer*, Belo Horizonte, v. 7, n. 12, maio 2014.

FIELDS, L.; DEAN, B. A.; PERKISS, S.; MORONEY, T. Education on the Sustainable Development Goals for nursing students: Is Freire the answer? *Nursing Inquiry*, v. 29, n. 4, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/nin.12493>. Acesso em: 29 jun. 2025.

FURUKAWA, P. O.; CUNHA, I. C. K. O.; PEDREIRA, M. L. G. Time to act sustainably: Why can't we wait any longer? *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 76, n. 5, e20220813, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2022-0813pt>. Acesso em: 29 jun. 2025.

GIOVANELLA, Lígia et al. Atenção Primária à Saúde no Brasil: conceitos, práticas e política. In: GIOVANELLA, Lígia et al. (org.). *Política e gestão em saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2021. p. 405-437.

GORDON, D. Sustainability in the operating room: reducing our impact on the planet. *Anesthesiology Clinics*, v. 38, n. 3, p. 679–692, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.anclin.2020.05.002>. Acesso em: 29 jun. 2025.

MENDES, Eugênio Vilaça. *A construção social da atenção primária à saúde: reflexões sobre o futuro do SUS*. Brasília: CONASS, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

ONU – Organização das Nações Unidas. *Transformando o nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Nova York: Nações Unidas, 2015. Disponível em: <https://www.un.org/sustainabledevelopment/pt/brasil/>. Acesso em: 26 ago. 2024.

OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde. *Saúde na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Washington, DC: OPAS, 2018. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/objetivos-do-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 26 jun. 2025.

SACHS, Jeffrey D. *The age of sustainable development*. New York: Columbia University Press, 2015.

SERAFIM, M. P.; LEITE, J. P. DE A.. O papel das Universidades no alcance dos ODS no cenário do "pós"-pandemia. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, v. 26, n. 2, p. 343–346, maio 2021.

SILVA, Elcias; XERFAN, Andrea; BORBA, Dualyson. A Agenda 2030 na Amazônia Legal: os desafios do Estado do Pará para institucionalização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). *International Journal of Development Research*, v. 10, n. 11, p. 42430–42438, 2020. DOI: <https://doi.org/10.37118/ijdr.20479.11.2020>. Acesso em: 24 jun. 2025.

STARFIELD, Barbara. *Primary care: balancing health needs, services, and technology*. New York: Oxford University Press, 2002.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO); UNITED NATIONS CHILDREN’S FUND (UNICEF). *Declaration of Alma-Ata: International Conference on Primary Health Care, Alma-Ata, USSR, 6–12 September 1978*. Geneva: WHO, 1978.

CONCLUSÃO

O estudo teve como objetivo analisar como se deu a abordagem educativa dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na Educação Continuada dos profissionais da Atenção Primária à Saúde, nesse sentido foram analisadas se as Agendas de Educação na Saúde publicadas no período de janeiro de 2022 a janeiro de 2024, contemplavam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; descrito o conhecimento dos profissionais que atuam na EC e Conselho Consultivo sobre os ODS, e examinados como os ODS podem ser otimizados na opinião desses profissionais.

Disso concluímos que não há referência dos ODS na Agenda de Educação na Saúde, sendo o conteúdo dos cursos e eventos constituídos pelas ações programáticas e agravos prevalentes do Ministério da Saúde.

Ao aproximarmos os conteúdos ministrados nos cursos e eventos dos ODS e suas metas, concluímos que a AES apresenta uma predominância da dimensão social, sendo hegemônico o ODS 3 – Saúde e bem-estar, seguido da dimensão ambiental e ausência da dimensão econômica. Em razão da AES não operar com os ODS, a indissociabilidade e a articulação prevista nesses Objetivos não acontece.

No que se refere ao conhecimento das profissionais sobre os ODS e meios de otimização, conclui-se que são heterogêneas sendo mais de domínio de umas que de outras; que o acesso à informação sobre a temática se deu fora do espaço institucional, por meio de cursos realizados, embora esses conteúdos não tenham sido aplicados no cotidiano; que o pouco conhecimento sobre o tema se expressa na ausência de citação de nenhum dos 17 ODS; que há um reducionismo conceitual e operacional em se considerar que as ações programáticas do MS são o mesmo que os ODS. Em síntese, concluímos que a ausência de institucionalização dos ODS inviabiliza o desenvolvimento de uma cultura organizacional que tenha como eixo estruturante das ações os ODS.

Desse modo, se faz necessário que os ODS sejam assumidos como um pacto global do qual o Brasil é signatário com mais 192 países; que para tornar concreto o pacto global é necessária a corresponsabilidade de todos os setores da sociedade: governos, empresas, academia e sociedade civil, incluindo os profissionais de saúde; que o entendimento aprofundado sobre os ODS por parte dos profissionais é fundamental para sua institucionalização; que a AES é uma importante estratégia para disseminação das informações sobre a temática, tendo como fundamento a solidariedade entre os povos e a premissa de “não deixar ninguém para trás”.

A temática poderia ter sido melhor explorada não fosse a limitação de tempo dos profissionais envolvidos com sua agenda diária, entretanto, as participantes ouvidas possibilitaram alcançar os objetivos propostos deste estudo.

REFERÊNCIAS

- AGENDA 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <https://bit.ly/2CgNH9A>. Acesso em: 10 mar. 2024.
- ALCAMO, J. Water quality and its interlinkages with the Sustainable Development Goals: current opinion in environmental sustainability. *Current Opinion in Environmental Sustainability*, [S.l.], v. 36, p. 126–140, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.cosust.2018.11.00>. Acesso em: 15 abr. 2024.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HOSPITAIS PRIVADOS (ANAHP). *ESG nos Hospitais ANAHP: resultados e boas práticas*. 2022. Disponível em: https://anahp.com.br/pdf/ESG_nos_hospitais_Anahp.pd. Acesso em: 22 mai. 2024.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011. Acesso em: 30 jun. 2024.
- BARBOSA, V. C.; PASCO, A. D.; FAUSTINO, A.; MANTOVANELI JUNIOR, O. A universidade e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): contribuições do programa de educação superior para o desenvolvimento regional (PROESDE/FURB). In: *SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL*, 9., 2019, Santa Cruz do Sul. Anais [...]. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2019. Acesso em: 5 jul. 2024.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* [Internet]. 2018. Disponível em: <https://ods.ibge.gov.br/>. Acesso em: 12 fev. 2024.
- BRASIL. Ministério da Saúde (MS). *A Educação Permanente entra na Roda: Polos de Educação Permanente em Saúde: conceitos e caminhos a percorrer*. Brasília: MS, 2005. Acesso em: 8 jan. 2024.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Relatório Consolidado sobre o processo de implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS)*. Brasília, 2018b. Disponível em: <https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/dezembro/12/Relatorio.Consolidado-sobre-o-processo-de-implementa----o-da-PNEPS--DEGES---SGTES--MS-2018-.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2024.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Subsecretaria de Assuntos Administrativos. *Educação Permanente em Saúde: um movimento instituinte de novas práticas no Ministério da Saúde: Agenda 2014*. 1. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Acesso em: 25 set. 2024.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. *Política Nacional de Educação Permanente em Saúde: o que se tem produzido para o seu fortalecimento?* Brasília: Ministério da Saúde, 2018a. Acesso em: 2 nov. 2024.
- BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão e da Regulação do Trabalho em Saúde. Câmara de Regulação do Trabalho em Saúde. Brasília: MS, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação em Saúde. *Política Nacional de Educação Permanente em Saúde* / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Departamento de Gestão da Educação em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. *Caderno de educação popular e saúde* / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília: Ministério da Saúde, 2007.

BRASIL. ODM BRASIL. *Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio*. 2000. Disponível em: <http://www.odmbrasil.gov.br/os-objetivos-de-desenvolvimento-domilenio>. Acesso em: 04 jan. 2024.

BRASIL. Portaria nº 198/GM/MS, de 13 de fevereiro de 2004. Institui a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde como estratégia do Sistema Único de Saúde para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2004.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. *Planejamento orientado à Agenda 2030*. Brasília: Secretaria Nacional de Planejamento/MPO, 2024. 316 p. (Série Planejamento Nacional). Acesso em: 20 mai. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. *Relatório nacional voluntário, Brasil 2024* / Secretaria-Geral da Presidência da República. Brasília: Presidência da República, 2024. 35463 p.: il.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 8.892, de 27 de outubro de 2016. Cria a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. [Internet]. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8892.htm. Acesso em: 12 fev. 2024.

BRASIL. Secretaria de Governo da Presidência da República. *Relatório Nacional Voluntário sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Brasil 2017* [Internet]. 2017. Disponível em: http://www4.planalto.gov.br/ods/publicacoes/relatoriovoluntario_brasil2017port.pdf/view. Acesso em: 20 mar. 2024.

BUNDER, Douglas. A agenda 2030 e o contexto atual no Brasil: compromissos e desafios. Disponível em: <https://radar.ibegesp.org.br/a-agenda-2030-e-o-contexto-atual-no-brasil-compromissos-e-desafios/>. Acesso em: 23 mar. 2024.

CARDOSO, M. L. M. et al. A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde nas Escolas de Saúde Pública: reflexões a partir da prática. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 22, n. 5, p. 1489-1500, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232017225.33222016>. Acesso em: 16 mar. 2024.

CECCIM, R. B.; FEUERWERKER, L. C. M. O Quadrilátero da Formação para a Área da Saúde: Ensino, Gestão, Atenção e Controle Social. *PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 41-65, 2004.

CECCIM, R. B. Educação permanente em saúde: desafio ambicioso e necessário. *Interface (Botucatu)*, Botucatu, v. 9, p. 161–168, 2005.

CESÁRIO, N. C. M.; COSTA, R. J. V. da; PEREIRA, J. T. O enfermeiro no ambiente escolar: práticas educativas atuais e eficazes. *Revista Tecer*, Belo Horizonte, v. 7, n. 12, maio 2014.

CONFERÊNCIA RIO+5, Nova Iorque, 1997. Disponível em: https://www.are.admin.ch/are/en/home/sustainable-development/sustainability-policy/2030agenda/un-_milestones-in-sustainable-development/1997--rio-5-conference--new-york.html. Acesso em: 25 mar. 2024.

COSTA, A. J. S.; CÂMARA, G.; NOGUEIRA, P. J.; HENRIQUES, M. A. P. Global Nursing and the Sustainable Development Goals. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 2023;31:e4038. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1518-8345.0000.4038>. Acesso em: 22 mar. 2024.

CRUZ, D. K. A. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as fontes de dados para o monitoramento das metas no Brasil. *Revista do SUS. Epidemiologia e Serviços de Saúde*, Brasília, 31 (nspe1):e20211047, 2022

DOSSEY, B.; ROSA, W. E.; BECK, D. M. Nursing and the Sustainable Development Goals: from Nightingale to now. *AJN American Journal of Nursing*, 2019;119(5):44-9. Disponível em: <https://doi.org/10.1097/01.NAJ.0000557912.35398.8f>. Acesso em: 18 fev. 2024.

FIELDS, L.; DEAN, B. A.; PERKISS, S.; MORONEY, T. Education on the Sustainable Development Goals for nursing students: Is Freire the answer? *Nursing Inquiry*, 2022;29(4). Disponível em: <https://doi.org/10.1111/nin.12493>. Acesso em: 05 abr. 2024.

FIELDS, L. M.; PERKISS, S.; DEAN, B. A.; MORONEY, T. Nursing and the Sustainable Development Goals: a scoping review. *Journal of Nursing Scholarship*, 2021;53(5):568–577. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/jnu.12675>. Acesso em: 10 abr. 2024.

FRANÇA, T. et al. Política de Educação Permanente em Saúde no Brasil: a contribuição das Comissões Permanentes de Integração Ensino-Serviço. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 6, p. 1817-1828, jun. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017002601817&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 jun. 2024.

FURUKAWA, P. O.; CUNHA, I. C. K. O.; PEDREIRA, M. L. G. Time to act sustainably: Why can't we wait any longer? *Revista Brasileira de Enfermagem*, 2023;76(5):e20220813. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2022-0813pt>. Acesso em: 28 jun. 2024.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: GASKELL, G.; BAUER, M. W. (Org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 64-89.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas em pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2006.

GIRADE, M. G.; CRUZ, E. M. N. T.; STEFANELLI, M. C. Educação continuada em enfermagem psiquiátrica: reflexão sobre conceitos. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 40, n. 1, p. 105-110, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v40n1/14v40n1.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2024.

GORDON, D. Sustainability in the operating room reducing our impact on the planet. *Anesthesiology Clinics*, 2020;38(3):679–692. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.anclin.2020.05.003>. Acesso em: 03 abr. 2024.

GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A AGENDA 2030. III Relatório Luz da Sociedade Civil sobre a implementação nacional da Agenda 2030 [Internet].

Disponível em:

https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2019/09/relatorio_luz_portugues_19_final_v2_download.pdf. Acesso em: 05 abr. 2024.

GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A AGENDA 2030. 8º Relatório Luz da Sociedade Civil sobre a implementação nacional da Agenda 2030 [Internet]. Disponível em: https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2024/01/rl_2024_pt-web-completo_lowres.pdf. Acesso em: 10 abr. 2024.

HADDAD, A. E. et al. Política Nacional de Educação na Saúde. *Revista Baiana Saúde*, 2008.

HEALTH CARE WITHOUT HARM. Global Road Map for Health Care Decarbonization: a navigational tool for achieving zero emissions with climate resilience and health equity [Internet]. 2021 [cited 21 jun. 2024]. Disponível em: <https://healthcareclimateaction.org/sites/default/files/2021-06/Road%20Map%20for%20Health%20Care%20Decarbonization%20Executive%20Summary.pdf>.

IGNACIO, Julia. ECO-92: o que foi a conferência e quais foram seus principais resultados? *Politize*, 24 nov. 2020. Disponível em: <https://www.politize.com.br/eco-92/>. Acesso em: 21 mar. 2024.

INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION. Quem se importa ganha. Disponível em: https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/de954acc-504f-4140-91dc-d46cf063b1ec/WhoCaresWins_2004.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=ROOTWORKSPACE-de954acc-504f-4140-91dc-d46cf063b1ec-jqeE.mD. Acesso em: 22 abr. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Agenda 2030: objetivos de desenvolvimento sustentável: avaliação do progresso das principais metas globais para o Brasil: ODS 4: assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos. Brasília: Ipea, 2024. 17 p. (Cadernos ODS, 4). DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/ri2024ODS4>. Acesso em: 08 jul. 2025.

KASTRUP, V. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Orgs.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2012. p. 32-51.

KROEF, Renata Fischer da Silveira; GAVILLON, Póti Quartiero; RAMM, Laís Vargas. Diário de Campo e a Relação do(a) Pesquisador(a) com o Campo-Tema na Pesquisa-Intervenção. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 464-480, ago. 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812020000200005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 04 jul. 2024. <https://doi.org/10.12957/epp.2020.52579>.

LAVALL, T. P.; OLSSON, G. Governança global e o desenvolvimento na sua pluridimensionalidade: um olhar sobre a Agenda 2030 das Nações Unidas. *Direito e Desenvolvimento* [Internet], 2019; 10(1):51–64. Disponível em: <https://periodicos.unipe.br/index.php/direitoedesenvolvimento/article/view/990>. Acesso em: 07 jul. 2024. doi: 10.26843/direitoedesenvolvimento.v10i1.990.

LEMOS, C. L. S. Educação Permanente em Saúde no Brasil: educação ou gerenciamento permanente? *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 913-922, mar. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016000300913. Acesso em: 10 jun. 2024.

LEMOS, F. M.; SILVA, G. G. A. Educação permanente em saúde: o estado da arte. *Revista Interdisciplinar de Promoção da Saúde - RIPS*, Santa Cruz do Sul, v. 1, n. 3, p. 207-213, jul./set. 2018.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, J. F. F. P. et al. Educação Permanente no cotidiano da Atenção Básica no Mato Grosso do Sul. *Saúde em Debate*, 2015, v. 39, n. 104, p. 102-113. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-110420151040223>. Acesso em: 20 jun. 2024.

MANAUS. Secretaria Municipal de Saúde de Manaus. ESAP de Manaus: Legislação, 2018. Disponível em: <https://semsa.manaus.am.gov.br/institucional-escola-desau-de-publica/>. Acesso em: 25 jul. 2024.

MANAUS. Plano Plurianual 2022-2025. Manaus: Prefeitura de Manaus, 2021. Disponível em: https://manaus.am.gov.br/semsa/wp-content/uploads/sites/8/2023/01/Plano-Municipal-de-Saude-2022-2025_revisao-2023.pdf. Acesso em: 29 jul. 2024.

MANCIA, J. R.; CABRAL, L. C.; KOERICH, M. S. Educação permanente no contexto da enfermagem em saúde. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, v. 57, n. 5, p. 605-610, set./out. 2004.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

MERRIAM, S. B. *Qualitative research and case study applications in education*. San Francisco: Jossey-Bass, 1998.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Plano Nacional de Educação Permanente em Saúde, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sgtes/pneps>. Acesso em: 12 jul. 2024.

MOREIRA, M. R.; RIBEIRO, J. M.; OUVENEY, A. M. Obstáculos políticos à regionalização do SUS: percepções dos secretários municipais de Saúde com assento nas Comissões Intergestores Bipartites. *Ciência & Saúde Coletiva* [internet], 2017 [acesso 15 mar. 2024]; 22(4):1097-1108. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017002401097&lng=pt. doi: 10.1590/1413-81232017224.03742017.

MOREIRA, M. R.; RIBEIRO, J. M.; OUVENEY, A. M. Obstáculos políticos à regionalização do SUS: percepções dos secretários municipais de Saúde com assento nas Comissões Intergestores Bipartites. *Ciência & Saúde Coletiva* [internet], 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017002401097&lng=pt. Acesso em: 20 abr. 2024. doi: 10.1590/1413-81232017224.03742017.

MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez/UNESCO, 2002.

MOTTA, J. I. J.; RIBEIRO, E. C. O.; WORZOLER, M. C. C.; BARRETO, C. M. G.; CANDAL, S. Educação permanente em saúde. *Olho Mágico*, 2002; 9(1):67-78.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável [Internet]. 2019. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 18 mai. 2024

OLIVEIRA, R. D. C. M. (2014). (Entre) Linhas de uma pesquisa: O Diário de Campo como dispositivo de (in)formação na/da abordagem (Auto)biográfica. *Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos*, 2(4), 69-87, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/educajovenseadultos/article/view/1059/730>. Acesso em: 21 jun. 2024.

ONU, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. *Rio+20: A conferência das Nações Unidas sobre o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro, 2012.

ONU. *Transformando o nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Nova York: Nações Unidas, 2015. Disponível em: <https://www.un.org/sustainabledevelopment/pt/brasil/>. Acesso em: 26 ago. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Ganha quem se importa: 2º Relatório de Políticas Públicas de Empreendedorismo Social no Brasil*. Brasília: PNUD, 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Guidelines for the Global Data Structure Definition for Sustainable Development Goals Indicators*. 2019a.

OSINGADA, C. P.; PORTA, C. M. Nursing and Sustainable Development Goals (SDGs) in a COVID-19 world: The state of the science and a call for nursing to lead. *Public Health Nursing*, 2020; 37(5):799-805. <https://doi.org/10.1111/phn.12776>

OSSEBAARD, H. C.; LACHMAN, P. Climate change, environmental sustainability and health care quality. *International Journal for Quality in Health Care*, 2021; 33(1):1-3. <https://doi.org/10.1093/intqhc/mzaa036>. Acesso em: 05 jan. 2024.

PARANÁ. Escola de Saúde Pública. Centro Formador de Recursos Humanos. *Plano Estadual de Educação Permanente do Paraná*. Curitiba, 2019. Disponível em: <https://www.conass.org.br/planos-estaduais-educacao-permanente/PEEPS-PR.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2024.

PATTERSON, A.; CLARK, M. A. COVID-19 and Power in Global Health. *International Journal of Health Policy and Management*, 2020; 9(10):429-31. <https://doi.org/10.34172/ijhpm.2020.72>. Acesso em: 25 mar. 2024.

PERNAMBUCO. Governo do Estado. Secretaria de Saúde. *Experiências em educação permanente em saúde no estado de Pernambuco: formação que se constrói em rede*. Recife: Secretaria de Saúde, 2019. Acesso em: 05 abr. 2024.

PINTO, I. C. M.; ESPERIDIÃO, M. A. (Org.). *Política nacional de educação permanente em saúde: monitoramento e avaliação*. Salvador: EDUFBA, 2022. Acesso em: 25 jun. 2024.

PONTE, J. P. O estudo de caso na investigação em educação matemática. *Quadrante*, v. 3, n. 1, p. 3-18, 1994. Disponível em: <http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/jponte/docs-pt%5C94>. Acesso em: 05 jul. 2024.

RIBEIRO, J. M.; MOREIRA, M. R. A crise do federalismo cooperativo nas políticas de saúde no Brasil. *Saúde em Debate* [internet], 2016 [acesso 15 mar. 2024]; 40(esp):14-24. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042016000500014&lng=pt.

RIO +10 – Conferência da Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: https://ambientes.ambientebrasil.com.br/gestao/artigos/rio_mais_10_-_conferencia_da_cupula_mundial_para_o_desenvolvimento_sustentavel.html#google_vignette. Acesso em: 21 mar. 2024.

ROMANELLO, M. et al. The 2022 report of the Lancet Countdown on health and climate change: health at the mercy of fossil fuels. *Lancet*, 2022; 400(10363):1619-54. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(22\)01540-9](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(22)01540-9). Acesso em: 30 set. 2024.

SACHS, J. D. Dos objetivos de desenvolvimento do milênio aos objetivos de desenvolvimento sustentável. *Lancet*, 9 jun. 2012; 379(9832):2206-11. DOI: 10.1016/S0140-6736(12)60685-0. PMID: 22682467.

SEMSA - Secretaria Municipal de Saúde de Manaus. Sobre a SEMSA. Disponível em: <https://www.manaus.am.gov.br/semsa/principal/sobre/>. Acesso em: 26 jul. 2024.

SEMSA. Instrução Normativa nº 001, de 2022. Submissão de propostas de educação permanente. Manaus: ESAP/SEMSA, 2022. Disponível em: https://www.manaus.am.gov.br/semsa/wp-content/uploads/sites/8/2024/04/6.-INSTRUCAO-NORMATIVA-001_2022-SUBMISSAO-DE-PROPOSTAS-EDUCACAO-PERMANENTE-1.pdf. Acesso em: 29 jul. 2024.

SENA, R. R. et al. Educação permanente nos serviços de saúde: atividades educativas desenvolvidas no estado de Minas Gerais, Brasil. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, v. 38, n. 2, p. 1-7, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1983-1447.2017.02.64031>. Acesso em: 15 jun. 2024.

SHULLA, K. et al. Effects of COVID 19 on the Sustainable Development Goals (SDGs): discover sustainability. 2021; 2:15. <https://doi.org/10.1007/s43621-021-00026-x>. Acesso em: 20 mai. 2024.

SILVA, C. B. G.; SCHERER, M. D. A. A implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde na visão de atores que a constroem. *Interface*, Botucatu, v. 24, e190840, 2020. Acesso em: 18 abr. 2024.

SILVA, G. M. da; SEIFFERT, O. M. L. B. Educação continuada em enfermagem: uma proposta metodológica. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, v. 62, n. 3, p. 362-366, mai./jun. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v62n3/05.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2024.

TAMINATO, M.; FERNANDES, H.; BARBOSA, D. A. Nursing and the Sustainable Development Goals (SDGs): An Essential Commitment. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 2023; 76(6):e760601. <https://doi.org/10.1590/0034-7167.2023760601pt>. Acesso em: 12 set. 2024.

THE JOHANNESBURG DECLARATION on Sustainable Development. Johannesburg: United Nations, 2002. Acesso em: 08 fev. 2024.

VENDRUSCOLO, C. et al. Frutos dos movimentos de educação permanente em saúde de Santa Catarina: caminhos e oportunidades. 1. ed. Porto Alegre: UNIDA, 2018. (Série Atenção Básica e Educação na Saúde, v.16). Acesso em: 30 mar. 2024.

VUORI, H. A qualidade em saúde. *Divulgação em Saúde para Debate*, 1991; 3:17-25. Acesso em: 02 jan. 2024.

WORLD BUSINESS COUNCIL FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT. Eco-efficiency: creating more value with less impact. Report of the WBCSD [Internet]. 2000 [cited 21 jun. 2024]. 36 p. Available from: <http://www.ceads.org.ar/downloads/Ecoeficiencia.%20Creating%20more%20value%20with%20less%20impact.pdf>.

WHO – World Health Organization. Constitution Of The World Health Organization. Nova Iorque, 22 jul. 1946. Disponível em: https://www.who.int/governance/eb/who_constitution_en.pdf?ua=1. Acesso em: 29 jul. 2024.

ZANELLA, C. K.; GOMES, J. F.; MORAES, C. A. F. de. Os objetivos de desenvolvimento sustentável e a saúde no Brasil em meio à pandemia global de COVID-19. Texto para discussão, n. 14, UFSM, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/23462>. Acesso em: 29 jul. 2024.



Universidade Estadual do Pará
Universidade Federal do Amazonas
Escola de Enfermagem de Manaus
Programa de Pós-Graduação em Enfermagem - UEPA/UFAM



APÊNDICE A – ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DE ANÁLISE DOCUMENTAL

1. Título do documento:
2. Ano de publicação do documento:
3. A qual ODS o documento está vinculado ?:
4. Validade do documento:
5. Como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são apresentados nos documentos? :
6. Qual a modalidade (curso/evento)?
7. Quem participa/público-alvo?
8. Qual a duração/carga horária?
9. Por que foi institucionalizado?
10. Quais os resultados?
11. Quem elaborou?
12. Tem financiamento? () Sim () Não
13. Conteúdo programático:
14. Há projetos relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nos documentos? :
15. Informações adicionais



Universidade Estadual do Pará
Universidade Federal do Amazonas
Escola de Enfermagem de Manaus
Programa de Pós-Graduação em Enfermagem - UEPA/UFAM



APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO.

PARTE I.

1. **Codínome:** _____
2. **Sexo:** () Fem. () Masc () Outro
3. **Idade:** _____
4. **Profissão:** _____
5. **Formação:** () Superior não universitária (Tecnólogo) () Graduação () Técnico
6. **Tempo de conclusão da formação (em anos):** _____
7. **Qualificação/Titulação:** () Especialização em _____ () Residência em _____ () Mestrado em _____ () Doutorado em _____ () Outro (especificar) _____
8. **Tipo de contrato na instituição:** () Efetivo (Município) () Prestador de serviço (Cooperativa) () Outras formas de contratação. Especificar: _____
9. **Setor em que trabalha:** _____
10. **Tempo de experiência profissional (em anos) na Instituição:** _____
11. **Tempo de experiência na atual função (em anos):** _____
12. **Jornada de trabalho semanal na instituição:** _____
13. **Outro emprego (vínculo de emprego) ou trabalho (autônomo)?** () Sim () Não
14. **Jornada de trabalho semanal total (contando esta instituição):** () até 20h () 20-40h () 41-60h () 61-80h () >80.



Universidade Estadual do Pará
Universidade Federal do Amazonas
Escola de Enfermagem de Manaus
Programa de Pós-Graduação em Enfermagem - UEPA/UFAM



PARTE II - Profissionais da Educação Continuada.

1. Como é sua prática/rotina de trabalho; quais suas atribuições ?;
2. Você já ouviu falar sobre os ODS? Se sim, há quanto tempo? Em qual situação (como)?
3. O que são os ODS para você? Qual a sua importância?
4. Em relação ao edital de seleção de cursos para a Agenda de Educação na Saúde, quem elabora, como é construído, há direcionamento para as temáticas dos cursos e eventos ?
5. Como se dá a construção da Agenda da Educação na Saúde ?
6. Os ODS estão presentes na Agenda da Educação na Saúde? Se sim, como?
7. Existem limitações que impedem a implementação dos ODS, se sim, quais ? ;
8. Você considera importante a abordagem dos ODS no APS? Se sim ou se não, por quê?
9. De que maneira os ODS estão integrados nas ações educativas desenvolvidas na Atenção Primária à Saúde?
10. Os ODS podem ser potencializados na Secretaria, se sim, de que forma ?.

Membros do Conselho Consultivo:

1. Como é sua prática/rotina de trabalho; quais suas atribuições como membro do Conselho Consultivo ?;
2. Você já ouviu falar sobre os ODS? Se sim, há quanto tempo? Em qual situação (como)?
3. O que são os ODS para você? Qual a sua importância?
4. Como é realizado o processo de seleção dos cursos e eventos que compõem a Agenda de Educação na Saúde ?
5. Quais os critérios de avaliação das propostas de cursos e eventos ?
6. Há algum direcionamento em relação às temáticas dos cursos e eventos ?
7. Os ODS estão contemplados nas propostas dos cursos e eventos ?
8. Existem limitações que impedem a implementação dos ODS, se sim, quais ? ;
9. Você considera importante a abordagem dos ODS no APS? Se sim ou se não, por quê?
10. Os ODS podem ser potencializados na Secretaria, se sim, de que forma ?.



Universidade Estadual do Pará
Universidade Federal do Amazonas
Escola de Enfermagem de Manaus
Programa de Pós-Graduação em Enfermagem - UEPA/UFAM



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Via participante

Olá, você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada: **OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA EDUCAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE NO MUNICÍPIO DE MANAUS**, sob responsabilidade da Orientadora de Mestrado e docente do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem (PPGENF), Profa. Dra. Nair Chase da Silva (PPGENF/EEM/UFAM) e do Enf. Lucas Pereira da Costa, discente do Mestrado Acadêmico. As informações a seguir serão fornecidas a você para assegurarmos que sua participação seja voluntária neste estudo.

O objetivo principal da pesquisa é Analisar como se dá a abordagem educativa dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na Educação Continuada dos profissionais da Atenção Primária à Saúde. Nossa pesquisa inclui etapa de coleta de dados a partir de entrevistas. Para tanto, solicitamos no presente Termo, sua expressa autorização e informamos que seus dados serão mantidos em sigilo, os dados coletados e analisados serão utilizados exclusivamente para esta pesquisa.

O estudo traz como benefícios o aprofundamento das questões relacionadas a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), partindo da seguinte questão norteadora: "Como está sendo realizada a abordagem educativa dos ODS na Secretaria de Saúde de Manaus?".

Por conseguinte, esclarecemos que todas as pesquisas com seres humanos envolvem riscos, neste estudo acreditamos que se relacionam a problemas psicoemocionais do tipo incômodo ou constrangimento por estar expondo seu conhecimento sobre o assunto. Para evitar que esses desconfortos ocorram, buscaremos um ambiente calmo, no qual o(a) Sr(a). se sinta confortável, as perguntas serão feitas de forma clara e objetiva. O Sr(a). terá oportunidade para esclarecer suas dúvidas a qualquer momento e liberdade para não responder as perguntas que possam lhe causar constrangimento. Caso o(a) Sr(a). venha a sentir algo dentro desses padrões, comunique o pesquisador para que sejam tomadas as devidas providências como pausa imediata da entrevista e, se necessário, encaminhamento para apoio emocional e psicológico,

sem ônus a(o) Sr(a). Caso o(a) Sr(a). apresente esse desconforto, será encaminhado para atendimento médico e/ou psicológico, para que as medidas cabíveis sejam tomadas (acompanhamento e/ou tratamento).

Caso o(a) Sr(a). sofra algum dano psicoemocional no momento da pesquisa terá o direito a assistência integral gratuita a danos diretos/indiretos e imediatos/tardios decorrentes da participação no estudo, pelo tempo que for necessário, assim como será garantido o direito de ressarcimento das despesas, que será disponibilizado pelo pesquisador conforme solicitado, do participante da pesquisa e de seu acompanhante, quando necessário, e no caso de eventuais despesas ainda não previstas inicialmente.

Salienta-se que os itens ressarcidos não são apenas aqueles relacionados a transporte e alimentação, mas tudo o que for necessário ao estudo. Ao participante da pesquisa da pesquisa está assegurado o direito de pedir indenizações e cobertura material para reparação a danos causados pela pesquisa ao participante. Se depois de consentir em participar, o participante desistir de permanecer na pesquisa tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer momento da pesquisa, seja antes ou depois da coleta de dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo.

Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas a identidade destes não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Entretanto, pelo fato dos participantes serem em número reduzido é possível que sejam identificados. Os pesquisadores se comprometem a preservar o máximo possível o anonimato dos mesmos. Os participantes terão um encontro com um dos membros da equipe de pesquisa (um dos pesquisadores), devendo ser obedecidas todas as normas institucionais de biossegurança, para que, após lerem este termo (TCLE) e concordarem em participar da pesquisa, possam assinar as 02 (duas) vias originais do documento. Caso o (a) Sr (Sra) concorde, a entrevista será gravada ficando as gravações sob a guarda do pesquisador que as destruirá pelo tempo de 5 anos.

Está garantido o direito de retirada do consentimento a qualquer momento, bem como de deixar de participar do estudo, sem qualquer prejuízo, sendo desconsideradas todas as informações por eles prestadas (arquivamento). Todas as informações coletadas serão guardadas em sigilo e todo o material será utilizado para publicação em eventos e/ou revistas científicas.

Em qualquer etapa do estudo, os participantes da pesquisa poderão ter acesso ao pesquisador Lucas Pereira da Costa, que pode ser contactado através do telefone (92) 98847-1931. Caso os participantes da pesquisa tenham alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, devem entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UFAM), na

Rua Teresina, 495 (Escola de Enfermagem UFAM), Adrianópolis, CEP: 69.057-070, Manaus-AM; Telefone: (92) 3622-2724, ramal 32, atendimento das 08 às 12 horas; e-mail: cep@ufam.edu.br. O Comitê de Ética em Pesquisa é uma instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Dessa forma o Comitê tem o papel de avaliar e monitorar o andamento do projeto de modo que a pesquisa respeite os princípios éticos de proteção aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade. Solicitamos que assine o consentimento pós-informação, afirmando que compreendeu e está de acordo com os termos apresentados.

Consentimento pós-informação:

Eu, _____, declaro que concordo em participar da pesquisa.

Assinatura do participante da pesquisa _____

Assinatura do pesquisador _____

Assinatura do Orientador: _____

Data:



Universidade Estadual do Pará
Universidade Federal do Amazonas
Escola de Enfermagem de Manaus
Programa de Pós-Graduação em Enfermagem - UEPA/UFAM



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Via pesquisador

Olá, você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada: **OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA EDUCAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE NO MUNICÍPIO DE MANAUS**, sob responsabilidade da Orientadora de Mestrado e docente do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem (PPGENF), Profa. Dra. Nair Chase da Silva (PPGENF/EEM/UFAM) e do Enf. Lucas Pereira da Costa, discente do Mestrado Acadêmico. As informações a seguir serão fornecidas a você para assegurarmos que sua participação seja voluntária neste estudo.

O objetivo principal da pesquisa é Analisar como se dá a abordagem educativa dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na Educação Continuada dos profissionais da Atenção Primária à Saúde. Nossa pesquisa inclui etapa de coleta de dados a partir de entrevistas. Para tanto, solicitamos no presente Termo, sua expressa autorização e informamos que seus dados serão mantidos em sigilo, os dados coletados e analisados serão utilizados exclusivamente para esta pesquisa.

O estudo traz como benefícios o aprofundamento das questões relacionadas a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), partindo da seguinte questão norteadora: "Como está sendo realizada a abordagem educativa dos ODS na Secretaria de Saúde de Manaus?".

Por conseguinte, esclarecemos que todas as pesquisas com seres humanos envolvem riscos, neste estudo acreditamos que se relacionam a problemas psicoemocionais do tipo incômodo ou constrangimento por estar expondo seu conhecimento sobre o assunto. Para evitar que esses desconfortos ocorram, buscaremos um ambiente calmo, no qual o(a) Sr(a). se sinta confortável, as perguntas serão feitas de forma clara e objetiva. O Sr(a). terá oportunidade para esclarecer suas dúvidas a qualquer momento e liberdade para não responder as perguntas que possam lhe causar constrangimento. Caso o(a) Sr(a). venha a sentir algo dentro desses padrões, comunique o pesquisador para que sejam tomadas as devidas providências como pausa imediata da entrevista e, se necessário, encaminhamento para apoio emocional e psicológico,

sem ônus a(o) Sr(a). Caso o(a) Sr(a). apresente esse desconforto, será encaminhado para atendimento médico e/ou psicológico, para que as medidas cabíveis sejam tomadas (acompanhamento e/ou tratamento).

Caso o(a) Sr(a). sofra algum dano psicoemocional no momento da pesquisa terá o direito a assistência integral gratuita a danos diretos/indiretos e imediatos/tardios decorrentes da participação no estudo, pelo tempo que for necessário, assim como será garantido o direito de ressarcimento das despesas, que será disponibilizado pelo pesquisador conforme solicitado, do participante da pesquisa e de seu acompanhante, quando necessário, e no caso de eventuais despesas ainda não previstas inicialmente.

Salienta-se que os itens ressarcidos não são apenas aqueles relacionados a transporte e alimentação, mas tudo o que for necessário ao estudo. Ao participante da pesquisa da pesquisa está assegurado o direito de pedir indenizações e cobertura material para reparação a danos causados pela pesquisa ao participante. Se depois de consentir em participar, o participante desistir de permanecer na pesquisa tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer momento da pesquisa, seja antes ou depois da coleta de dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo.

Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas a identidade destes não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Entretanto, pelo fato dos participantes serem em número reduzido é possível que sejam identificados. Os pesquisadores se comprometem a preservar o máximo possível o anonimato dos mesmos. Os participantes terão um encontro com um dos membros da equipe de pesquisa (um dos pesquisadores), devendo ser obedecidas todas as normas institucionais de biossegurança, para que, após lerem este termo (TCLE) e concordarem em participar da pesquisa, possam assinar as 02 (duas) vias originais do documento. Caso o (a) Sr (Sra) concorde, a entrevista será gravada ficando as gravações sob a guarda do pesquisador que as destruirá pelo tempo de 5 anos.

Está garantido o direito de retirada do consentimento a qualquer momento, bem como de deixar de participar do estudo, sem qualquer prejuízo, sendo desconsideradas todas as informações por eles prestadas (arquivamento). Todas as informações coletadas serão guardadas em sigilo e todo o material será utilizado para publicação em eventos e/ou revistas científicas.

Em qualquer etapa do estudo, os participantes da pesquisa poderão ter acesso ao pesquisador Lucas Pereira da Costa, que pode ser contactado através do telefone (92) 98847-1931. Caso os participantes da pesquisa tenham alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, devem entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UFAM), na

Rua Teresina, 495 (Escola de Enfermagem UFAM), Adrianópolis, CEP: 69.057-070, Manaus-AM; Telefone: (92) 3622-2724, ramal 32, atendimento das 08 às 12 horas; e-mail: cep@ufam.edu.br. O Comitê de Ética em Pesquisa é uma instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Dessa forma o Comitê tem o papel de avaliar e monitorar o andamento do projeto de modo que a pesquisa respeite os princípios éticos de proteção aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade. Solicitamos que assine o consentimento pós-informação, afirmando que compreendeu e está de acordo com os termos apresentados.

Consentimento pós-informação:

Eu, _____, declaro que concordo em participar da pesquisa.
Assinatura do participante da pesquisa _____

Assinatura do pesquisador _____

Assinatura do Orientador: _____

Data:

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A ABORDAGEM EDUCATIVA DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE NO MUNICÍPIO DE MANAUS: ESTUDO DE CASO.

Pesquisador: LUCAS PEREIRA DA COSTA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 84853924.0.0000.5020

Instituição Proponente: Escola de Enfermagem de Manaus

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.269.004

Apresentação do Projeto:

Desenho:

A pesquisa trata-se de um Estudo de caso permitindo a investigação aprofundada e detalhada do fenômeno em questão.

Resumo:

O estudo tem como proposta abordar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), junto ao setor saúde, levando em consideração os desafios globais contemporâneos. Os ODS compreendem 17 ações identificadas como objetivos que compõem a Agenda 2030 proposta pela

Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015, compreende 169 metas e 231 indicadores, que se propõem a promover o desenvolvimento sustentável: desenvolvimento econômico, ambiental e social. No contexto brasileiro, o país aderiu aos ODS desde o princípio, em 2016, sendo a

Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS) responsável por internalizar a Agenda, estimular sua implementação, acompanhar, difundir e dar transparência às ações realizadas no âmbito do Governo Federal. Em paralelo, o Relatório Luz da Sociedade Civil e o Relatório Nacional Voluntário da Secretaria-geral da Presidência da

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-4000

E-mail: cep@ufam.edu.br

Continuação do Parecer: 7.269.004

República propõem-se a fazer o monitoramento dos ODS apresentando o desempenho quanto ao alcance ou não das metas estabelecidas a exemplo do 8º Relatório Luz de 2024 que revela retrocessos significativos nas metas, evidenciando a deterioração das políticas públicas. O setor saúde é essencial para o alcance dos ODS necessitando para tanto seu preparo. O fortalecimento da educação sobre os ODS apresenta-se como pilar para preparar efetivamente os profissionais a contribuírem para o alcance da agenda global. Nesse sentido, o estudo tem como questão norteadora "Como está sendo realizada a abordagem educativa dos ODS na APS de Manaus?".

Introdução:

Atualmente, vários eventos em escala global têm impactado significativamente o profissional da área da saúde. As mudanças climáticas e a pandemia de COVID-19 são apenas alguns exemplos das questões complexas que têm gerado desafios e incertezas em todo o mundo. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) oferecem diretrizes para lidar com essas preocupações globais, mas requerem uma análise mais profunda (Fields, 2022). Em 2015, foi iniciada uma nova agenda global, denominada Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotada por 193 Estados-membros da ONU. Trata-se de um plano de ação global, que abrange as dimensões ambiental, econômica e social do desenvolvimento sustentável, de forma integrada e inter-relacionada. Nessa Agenda, estão incluídos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), compostos por 17 objetivos e 169 metas de ação global para alcance até 2030 (Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030, 2019). Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são parte integrante da Agenda 2030, que tem como eixos os cinco P: Paz, Pessoas, Planeta, Prosperidade e Parceria e como metas erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir que as pessoas alcancem a paz e a prosperidade. Fruto de um processo construído ao longo dos anos, os ODS devem ser assumidos pelos diferentes segmentos da sociedade, a saber: instituições, organizações, empresas privadas, academia, mídia e sociedade civil (ONU, 2015). Os ODS foram antecidos pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que possuíam 8 objetivos, 21 metas e 60 indicadores, compondo a Agenda 21 em referência ao Século 21. O Brasil destacou-se no cumprimento da maioria das metas estabelecidas antes da finalização de seu prazo de vigência. Na década de 90, aproximadamente 36,2 milhões de brasileiros viviam em extrema pobreza. Com a adoção rigorosa das metas, em 2003 o país conseguiu reduzir em 1/3 e em 2008 superou a meta (Barbosa, 2019, p.11). Os ODS representam um apelo global à ação para acabar com a pobreza (ODS 1) e a fome (ODS 2); promover a saúde e bem-estar (ODS 3);

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-4000

E-mail: cep@ufam.edu.br

Continuação do Parecer: 7.269.004

assegurar educação (ODS 4), água potável e saneamento (ODS 6) e energia (ODS 7); igualdade de gênero (ODS 5); promover o trabalho decente e o crescimento econômico (ODS 8), a indústria, a inovação e a infraestrutura (ODS 9), e as cidades e comunidades sustentáveis (ODS 11); reduzir a desigualdade (ODS 10); assegurar consumo e produção sustentáveis (ODS 12), a vida na água (ODS 14) e a vida terrestre (ODS 15); agir contra a mudança climática (ODS 13); promover a paz, a justiça e instituições eficazes (ODS 16); e fortalecer parcerias para o desenvolvimento (ODS 17) (ONU, 2015). No contexto brasileiro, o país aderiu aos ODS desde o início de sua vigência, no ano de 2016, com a função de internalizar, difundir e prover transparência ao processo de aderência e implantação da agenda 2030 foi instituído a Comissão Nacional para os ODS (CNOODS) (Brasil, 2016). Na convergência entre o Ministério da Saúde (MS) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, retomamos ao conceito de saúde pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que define como o estado do mais completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de enfermidade (WHO, 1946). Ao entender o significado nota-se que os 17 ODS propostos refletem sobre a saúde humana, destacando o caráter integrador e transversal da Agenda 2030 (Zanella, 2020). Ainda que se reconheça que os ODS são transversalizados, este estudo terá como foco o ODS 3: Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades. As principais metas incluem: Reduzir a mortalidade materna e infantil; Eliminar epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças negligenciadas; Combater hepatite e doenças transmissíveis; Diminuir a mortalidade por doenças não transmissíveis e promover a saúde mental; Reforçar a prevenção e tratamento do abuso de substâncias; Reduzir mortes e ferimentos por acidentes de trânsito; Assegurar acesso universal a serviços de saúde sexual e reprodutiva; Alcançar cobertura universal de saúde e reduzir mortes por produtos químicos perigosos; Implementar a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco; Apoiar pesquisa e desenvolvimento de vacinas e medicamentos e Aumentar o financiamento da saúde e fortalecer a capacidade de resposta a riscos de saúde (ONU, 2015). Com o objetivo de realizar o acompanhamento do cenário atual de desenvolvimento dos ODS surge a partir do ano de 2017 o Relatório Luz, produzido pelo Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 (GT Agenda 2030/GTSC A2030), com o objetivo de compromisso firmado com a ONU de atingir as metas globais até 2030. O 8º Relatório Luz, publicado em 2024, mostra que das 169 metas, apenas 13 metas (7,73%) registraram progresso satisfatório, 58 (34,52%) apresentaram progresso insuficiente, 40 metas (23,8%) retrocederam, 43 (25,59%) permaneceram estagnadas e 10 (5,95%) estão ameaçadas. Além disso, 4 metas (2,38%) não possuem dados

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

UF: AM

Município: MANAUS

CEP: 69.057-070

Telefone: (92)3305-4000

E-mail: cep@ufam.edu.br

Continuação do Parecer: 7.269.004

suficientes para avaliação (Relatório

Luz, 2024). Segundo o Relatório Nacional Voluntário (2024), o desempenho dos indicadores da Agenda 2030 foram intensamente impactados nos últimos anos. A crise política e econômica pós 2015 ocasionou cortes no financiamento de políticas sociais, aumento de desemprego e a inflação, refletindo diretamente no preço dos alimentos, soma-se a esse cenário negativo a pandemia de COVID-19. Atualmente o país ainda enfrenta significativos desafios, com destaque os retrocessos deixados pelas gestões anteriores, que fragilizaram as políticas ambientais e as mudanças climáticas. Bunder (2023) afirma que a situação atual do Brasil em relação à Agenda 2030 reflete uma combinação de avanços e desafios complexos. Para concretizar os ODS, é crucial intensificar os esforços em prol da sustentabilidade e da justiça social, harmonizando o desenvolvimento e a preservação, tendo em vista o curto prazo restante para cumprimento das metas estabelecidas pela Agenda. Na perspectiva de atuar com responsabilidade social e compromisso com a cidadania, como promotor da saúde do ser humano, o profissional da saúde deve estar apto a desenvolver ações de prevenção de agravos, promoção, proteção e reabilitação da saúde, tanto em nível individual quanto coletivo. Cada profissional deve assegurar que sua prática seja realizada de forma integrada e contínua com as demais instâncias do sistema de saúde, sendo capaz de pensar criticamente, de analisar os problemas da sociedade e de procurar soluções para os mesmos (Cesáreo; Costa; Pereira, 2014). No que diz respeito ao setor saúde, as dificuldades em alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estão relacionadas a questões históricas e são agravadas pela crise do federalismo cooperativo que fundamenta o Sistema Único de Saúde (SUS). Estados e municípios enfrentam dificuldades financeiras, limitam investimentos, atrasam o pagamento de salários de servidores e lidam com a falta de recursos federais como um dos principais desafios para a melhoria do SUS (Ribeiro, 2016). Reconhecendo que a educação sobre os ODS é um alicerce fundamental para que os profissionais da saúde contribuam ativamente para o alcance das metas, é necessária a abordagem crítica da educação para criar a transformação almejada, para que os profissionais tenham formação sobre os ODS que capacite para a ação, quer ao nível da investigação, quer ao nível da prática, quer ao nível das políticas (Fields, 2022). Assim, a relação entre os ODS e a educação é indissociável, pois a educação contínua dos profissionais da saúde é essencial para alcançar as metas estabelecidas pela ONU. Através da formação contínua e da atualização constante sobre práticas e tecnologias, os profissionais de saúde podem oferecer um atendimento de qualidade, reduzir a incidência de doenças e contribuir para a promoção do

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-4000

E-mail: cep@ufam.edu.br

Continuação do Parecer: 7.269.004

bem-estar da população, em linha com os princípios da sustentabilidade e justiça social preconizados pelos ODS.

Hipótese:

A abordagem educativa dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Atenção Primária a Saúde de Manaus é ineficiente?

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:- Analisar como se dá a abordagem educativa dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na Atenção Primária à Saúde de Manaus

Objetivo Secundário:

- Descrever como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estão presentes nas ações educativas dos documentos oficiais da SEMSA/ESAP no período de janeiro de 2016 a janeiro de 2024;
- Apresentar os projetos desenvolvidos nos últimos 5 anos pela Educação Continuada;
- Descrever as concepções dos profissionais que atuam na EC sobre os ODS;
- Examinar como os ODS podem ser otimizados na opinião dos profissionais da EC.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Para minimizar riscos, buscaremos um ambiente calmo, acolhedor, onde os participantes sintam-se à vontade, além de oferecermos esclarecimentos sobre os métodos utilizados no levantamento de dados. Os riscos possíveis que poderão acometer os participantes do estudo se relacionam a problemas psicoemocionais do tipo incômodo ou constrangimento por estar expondo sobre a rotina dos serviços. Caso o participante apresente desconforto, será encaminhado para atendimento médico e/ou psicológico, para que as medidas cabíveis sejam tomadas (acompanhamento e/ou tratamento). Caso tal sofra algum dano psicoemocional no momento da pesquisa terá o direito a assistência integral gratuita a danos diretos/indiretos e imediatos/tardios decorrentes da participação no estudo pelo tempo necessário para reparação do dano, bem como o ressarcimento em espécie de eventuais despesas, que será disponibilizado pelo pesquisador conforme solicitado, do participante da pesquisa e de seu acompanhante, quando necessário, e no caso de eventuais despesas ainda não previstas inicialmente. Salienta-se que os itens ressarcidos não são apenas aqueles relacionados a transporte e alimentação, mas a tudo o que

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-4000

E-mail: cep@ufam.edu.br

Continuação do Parecer: 7.269.004

for necessário ao estudo.

Ao participante da pesquisa está assegurado o direito de pedir indenizações e cobertura material para reparação a danos causados pela pesquisa. Se depois de consentir em participar, o entrevistado desistir de permanecer na pesquisa tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes, durante ou depois da coleta de dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo. Os participantes não

terão nenhuma despesa e não receberão nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas a identidade destes não será divulgada, sendo guardada em sigilo.

Durante o processo de coleta de dados, caso os participantes concordem, as entrevistas serão gravadas e posteriormente transcritas, a fim de auxiliar no processo de análise dos dados, conforme solicitado mediante o consentimento do participante por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Ressalta-se que os dados coletados serão armazenados de forma segura e confidencial por um período de 05 anos. Após esse período, os dados serão destruídos, garantindo a privacidade e a segurança das informações dos participantes.

Benefícios:

Os benefícios previstos estão relacionados à contribuição para a intensificação, promoção, alcance e entendimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no âmbito da SEMSA, haja vista que esses objetivos contribuem para a erradicação da pobreza em todas as suas

formas e dimensões, a promoção de vida digna a todos, combate a todo e qualquer tipo de desigualdade, preservação do planeta, promoção de crescimento econômico sustentável e a promoção da inclusão social. Ressalta-se o impacto positivo da abordagem acerca dos ODS na comunidade, além da educação e disseminação a nível individual e coletivo, buscando a união entre organizações e governos em prol de um grande objetivo em comum.

A pesquisa busca contribuir com o fortalecimento da SEMSA e da ESAP, inserindo-as em uma política de ação global, buscando examinar como os ODS podem ser potencializados, além de conduzi-los para posição de destaque, haja vista o curto prazo restante para alcance das metas, além de destacar o que já é realizado.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa trata-se de um Estudo de caso permitindo a investigação aprofundada e detalhada do fenômeno em questão. Segundo Merriam (1988),

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-4000

E-mail: cep@ufam.edu.br

Continuação do Parecer: 7.269.004

o estudo de caso qualitativo caracteriza-se pelo seu carácter descritivo, indutivo, particular e a sua natureza heurística pode levar à compreensão do próprio estudo. De acordo com Ludke e André (1986), o foco do estudo de caso incide naquilo que ele tem de único, de particular, mesmo que depois fiquem evidentes certas semelhanças com outros casos ou situações, afirmando que este tipo de estudo deve ser escolhido quando se quer estudar algo singular. Dentre as principais vantagens deste tipo de investigação temos o método ideal para caracterizar e aprender acerca de um fenômeno em particular. Outra vantagem muito importante nos estudos de caso é o fato do pesquisador poder, a qualquer momento da investigação, alterar os métodos da recolha de dados e estruturar novas questões de investigação (Merriam, 1998). Nesta pesquisa o estudo de caso se dará sobre a SEMSA Manaus, na Divisão de ações estratégicas de educação na saúde, da Escola de Saúde Pública, que será descrita no decorrer do estudo. Essa pesquisa prevê as seguintes etapas: pesquisa documental e pesquisa de campo. 1) A Pesquisa documental tem como objetivo compreender uma realidade, contextualizando-a e trazendo as informações desse momento. Ludke e André (1986, p. 39) afirmam que os documentos constituem uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentam afirmações e declarações do pesquisador, e [...] representam ainda uma fonte "natural" de informação. Não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto. Por outro lado, Vuori (1991; 23), considera as limitações da análise de documentos, destacando que nem tudo o que é realizado se traduz em registros escritos. Essa perspectiva é fundamental, pois sugere que muitos aspectos das práticas sociais, decisões e interações humanas ocorrem fora do alcance da documentação formal. Além disso, a ausência de registros escritos pode levar a uma visão incompleta ou distorcida da realidade analisada, já que experiências, conversas informais e dinâmicas interpessoais muitas vezes não são capturadas em documentos. Portanto, a análise documental, embora valiosa, deve ser complementada por outras abordagens metodológicas que considerem as nuances e as complexidades da vida

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-4000

E-mail: cep@ufam.edu.br

Continuação do Parecer: 7.269.004

social, permitindo uma compreensão mais rica e abrangente do fenômeno em estudo. A primeira etapa da pesquisa terá como foco a análise de documentos oficiais disponibilizados pela SEMSA.

Será construído um roteiro de análise de documentos (em anexo), subsidiando a extração de informações sobre a abordagem educativa dos ODS.

Através dos documentos, será possível o acesso a informações precisas e atualizadas sobre o panorama dos ODS, dados estatísticos, programas em andamento, planejamento de ações educativas entre outras questões relevantes para o estudo. A análise detalhada permitirá a compreensão do cenário atual e a identificação de possíveis lacunas e desafios a serem abordados ao longo da pesquisa, respondendo ao objetivo específico 1, relacionado à apresentação nos documentos oficiais da SEMSA, e ao objetivo específico 2: projetos desenvolvidos nos últimos 05 anos sobre os ODS. A pesquisa documental se dará através dos documentos oficiais com foco nos ODS a saber: Plano Municipal de Saúde, Agenda de Educação

na saúde, Instruções normativas e Relatórios de gestão, documentos contidos no seguinte site: Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA (manaus.am.gov.br). 2) A Pesquisa de campo permite reunir informações sobre o objeto de estudo, aproximando o pesquisador da realidade. Essa interação com a realidade favorece um aprofundamento das questões formuladas e elaboração de dados empíricos (Gil, 2006).

Critério de Inclusão:- Atuar na Educação Continuada em Saúde

- Critério de Exclusão: - Profissionais que estiverem de férias ou licença por qualquer motivo durante o levantamento de dados.

Metodologia de Análise de Dados:

A análise dos dados tem como objetivo organizar e sumarizar os dados de tal forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema investigado (Gil, 2008). Os dados de caracterização dos profissionais (primeira parte do instrumento), serão analisados no seu conjunto e apresentados em quadros descritivos. Os dados obtidos através da pesquisa documental e pelas respostas à segunda parte do instrumento, relacionado aos objetivos específicos 1, 2, 3 e 4, serão transcritos durante a entrevista e analisados de acordo com a análise de conteúdo de Bardin, que consiste em um conjunto de técnicas de análise de comunicação.

A análise de conteúdo utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo e das mensagens. Tais procedimentos são criteriosos e observáveis e colaboram

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-4000

E-mail: cep@ufam.edu.br

Continuação do Parecer: 7.269.004

significativamente para desvendar os conteúdos dos documentos (Bardin, 2011).

O processo de análise dos dados envolve várias fases para obtenção de significação dos resultados coletados. O método traduz-se na organização da análise, compreendendo a pré-análise que consiste na fase de organização e sistematização das ideias para operacionalização da análise, integrada pela leitura flutuante, que representa o primeiro contato com os documentos, deixando-se invadir pelas impressões dos textos lidos.

A escolha de documento e constituição de um corpus que é o conjunto de documentos escolhidos para análise, requer para sua constituição regras de seleção a saber: regra de exaustividade, regra de representatividade, regra de homogeneidade e regra de pertinência.

A exploração do material é uma fase longa que consiste essencialmente em operações de codificação dos materiais, a saber: O recorte, enumeração e classificação e agregação. E por fim o Tratamento dos resultados obtidos e interpretação onde o pesquisador analisa os dados coletados, identifica padrões, relações e tendências, e interpreta o significado das mensagens presentes no texto. Os resultados obtidos são então apresentados de forma clara e objetiva, com base nas categorias de análise previamente estabelecidas. (Bardin, 2011).

Cronograma de Execução

Levantamento de dados	01/01/2025	28/02/2025
Redação da dissertação/artigos	01/03/2025	31/05/2025
Pesquisa bibliográfica	11/11/2024	30/06/2025
Submissão do projeto ao CEP	11/11/2024	30/11/2024
Defesa da dissertação	01/06/2025	30/06/2025
Análise de dados	01/01/2025	28/02/2025
Orçamento Financeiro Total em Real (R\$) -	R\$ 240,00	

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O projeto em tela é a Versão: 1 de uma Dissertação de Mestrado do PPG EM ENFERMAGEM - PPGENF MESTRADO ACADÊMICO em ASSOCIAÇÃO UEPA-UFAM; Com o Título da Pesquisa: A ABORDAGEM EDUCATIVA DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE NO MUNICÍPIO DE MANAUS: ESTUDO DE CASO. Do Pesquisador Responsável: LUCAS PEREIRA DA COSTA e os seguintes colaboradores: Orientadora: Profa. Dra. Nair Chase da Silva; com o CAAE: 84853924.0.0000.5020 e foi Submetido em: 19/11/2024; A Instituição Proponente: Escola de Enfermagem de Manaus-UFAM com um Financiamento Próprio de R\$240,00.

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-4000

E-mail: cep@ufam.edu.br

Continuação do Parecer: 7.269.004

Para atender as Resoluções 466/2012, 510/2016 e N.O.001/2013 foram apensados os seguintes documentos: -Introdução; - Objetivos; - Metodologia com Critérios de Inclusão e Exclusão - Apensados e Contemplados; - Riscos e Benefícios - Apensados e Contemplados; -Folha de Rosto - apensada e assinada por : Gilsirene Scantelbury de Almeida (Coordenadora PPGENF UEPA/UFAM), em 18/11/2024;- Termo de Anuência - Apensada e assinada por Márcia Poinho Moraes - Chefe do Núcleo de Pesquisa e Extensão e Inovação Tecnológica da SEMSA-MANAUS-AM, em 14/11/2024; - TCLE - Apensado e Contemplado; - Instrumentos de Coleta de Dados - Apensados e Contemplados.

Recomendações:

Não se Aplica

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Diante do exposto o parecer , é pela, Aprovação,SMJ.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2456535.pdf	19/11/2024 11:19:06		Aceito
Outros	APENDICE_B.pdf	19/11/2024 11:17:03	LUCAS PEREIRA DA COSTA	Aceito
Outros	APENDICE_A.pdf	19/11/2024 11:16:35	LUCAS PEREIRA DA COSTA	Aceito
Outros	ANUENCIA_ESAPSEMSA.pdf	19/11/2024 11:16:04	LUCAS PEREIRA DA COSTA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO DISSERTACAO CEP.pdf	19/11/2024 11:13:31	LUCAS PEREIRA DA COSTA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	19/11/2024 11:10:37	LUCAS PEREIRA DA COSTA	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	19/11/2024 11:09:44	LUCAS PEREIRA DA COSTA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	19/11/2024 11:05:29	LUCAS PEREIRA DA COSTA	Aceito
Folha de Rosto	folha_De_Rosto_CEP.pdf	19/11/2024 11:04:52	LUCAS PEREIRA DA COSTA	Aceito

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-4000

E-mail: cep@ufam.edu.br

Continuação do Parecer: 7.269.004

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MANAUS, 04 de Dezembro de 2024

Assinado por:

**Eliana Maria Pereira da Fonseca
(Coordenador(a))**

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-4000

E-mail: cep@ufam.edu.br

ANUÊNCIA nº 104/2024 – ESAP/SEMSA

Manaus, 13 de novembro de 2024.

TERMO DE ANUÊNCIA PARA SUBMISSÃO AO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Declaramos para os devidos fins junto ao Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, que a Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA, está de acordo com a condução da pesquisa abaixo especificada:

TÍTULO: A abordagem educativa dos objetivos de desenvolvimento sustentável na atenção primária à saúde no município de Manaus: estudo de caso

PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL: Lucas Pereira da Costa

INSTITUIÇÃO: Universidade Federal do Amazonas

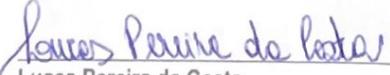
LOCAL(IS) DA PESQUISA: Escola de Saúde Pública

O(a) Pesquisador(a) está devidamente orientado(a):

1. Que os objetivos e a metodologia desenvolvida por essa pesquisa, não deverão interferir no processo de trabalho do local de abrangência da pesquisa;
2. Que o desenvolvimento do projeto deverá ocorrer sem ônus para esta Secretaria, ou seja, é vedada a utilização de recursos humanos, material de expediente e outros;
3. Que se compromete em apresentar os resultados da sua pesquisa na Mostra Científica promovida, anualmente, pela ESAP/SEMSA e em submeter o resumo de seu trabalho de pesquisa para os anais do referido evento.
4. Que deve fazer referência, nos agradecimentos, ao apoio prestado pela Secretaria Municipal de Saúde em todas as formas de divulgação, como nas publicações científicas e nos trabalhos apresentados em eventos de qualquer natureza e meio de comunicação.
5. Que a execução do projeto terá seu início somente após APROVAÇÃO por um CEP, mediante a apresentação do parecer ético consubstanciado à SEMSA assegurando que os resultados obtidos da presente pesquisa serão tratados conforme prevê a Resolução CNS nº 466/2012 e suas complementares;
6. Que após parecer consubstanciado do CEP deverá enviar cópia digitalizada para o e-mail: nupes.semsa@manaus.am.gov.br, solicitar AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA e aguardar a emissão do Termo de Autorização pela Escola de Saúde Pública de Manaus/SEMSA para início da pesquisa de campo.

Documento assinado digitalmente
 **MÁRCIA POINHO ENCARNÇÃO DE MORAIS**
Data: 13/11/2024 16:41:31.0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Márcia Poinho Encarnação de Moraes
Chefe do Núcleo de Pesquisa, Extensão e Inovação em Saúde
NUPES/DETEC/ESAP/SEMSA


Lucas Pereira da Costa
Pesquisador(a) Responsável

037.518.532-19
CPF

14/11/2024
DATA